

Sobre este relatório

Este é o nosso oitavo relatório anual de sustentabilidade, elaborado de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). Adotamos a versão G3 da GRI, contudo, a nossa nova análise de materialidade e os indicadores de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) seguem as diretrizes da versão G4. O nosso nível de aplicação continua sendo o A+, com a apresentação dos indicadores do Suplemento Setorial de Mineração e Metais e dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas¹. Todos os indicadores e Itens de Perfil estão sinalizados ao longo do relatório com suas respectivas siglas.

O relatório foi verificado pela empresa de auditoria independente Bureau Veritas Certification, conforme a declaração na [página 117](#). **IP3.13**

Ao longo deste relatório, buscamos prestar contas à sociedade de nossas ações, resultados e compromissos nas dimensões econômica, social e ambiental para o ano de 2014² e, sempre que aplicável³ e para efeitos de comparação, apresentamos a série histórica dos dois anos anteriores. **IP2.9, IP3.1, IP3.2, IP3.3, IP3.9, IP4.14, IP4.15, IP4.16, IP4.17**

Como resultado do processo de análise de materialidade realizado em 2014, foram definidos os temas relevantes que orientam a organização do presente relatório. Consequentemente, os principais *stakeholders* são apresentados no decorrer desse relatório associado aos temas relevantes. Conheça os mecanismos de diálogos com os nossos principais *stakeholders* na [página 28](#). **IP1.2, IP3.5, IP4.15**

Para definição dos temas materiais conforme as diretrizes G4 da GRI, foram seguidas estas etapas:

1ª – Levantamento dos temas de maior relevância: Avaliação de diversos documentos internos, bem como de documentos externos relacionados ao nosso setor de atuação, além da realização de seis entrevistas com representantes de áreas-chave da empresa.

2ª – Priorização dos temas de maior relevância: Os temas identificados na primeira etapa foram avaliados por meio de entrevistas semiestruturadas com 11 diretores, três especialistas externos em temas-chave de sustentabilidade e quatro membros do Comitê de Governança e Sustentabilidade da empresa. Para cada tema mapeado, foram analisadas a sua capacidade de influenciar as avaliações e decisões das partes interessadas (eixo influência) e a importância dos nossos impactos econômicos, ambientais e sociais (eixo impacto). As contribuições foram organizadas conforme pesos e faixas de priorização, o que permitiu a elaboração da nossa matriz de materialidade.

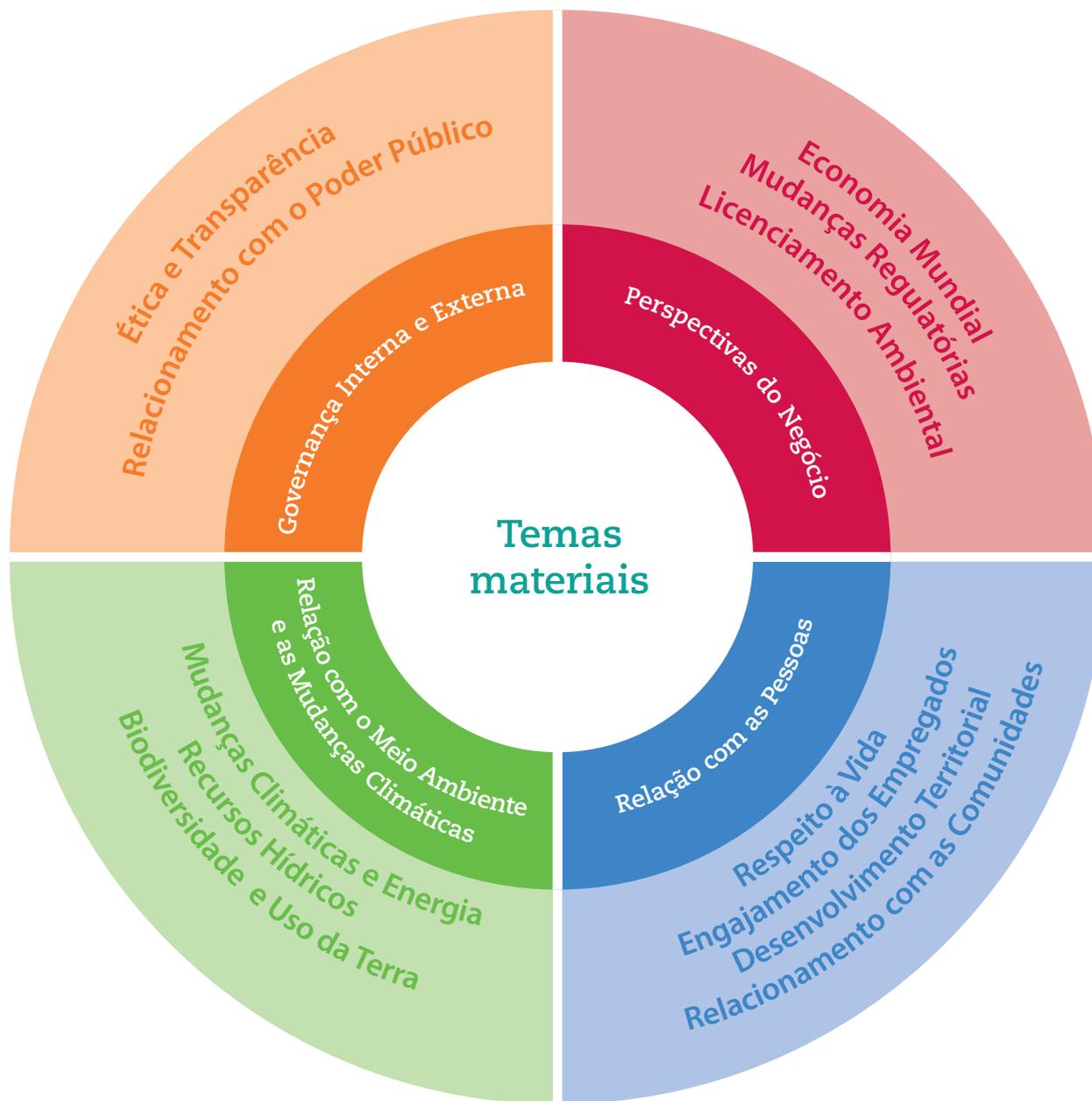
3ª – Validação e organização dos temas de maior relevância: Após a consolidação, o resultado foi validado pelos *stakeholders* envolvidos no processo de definição da materialidade, pela Diretora-Executiva de Recursos Humanos, Saúde e Segurança, Sustentabilidade e Energia e pelo Diretor-Presidente.

Para facilitar a sua apresentação, os temas materiais foram organizados em quatro grandes dimensões: Governança Interna e Externa; Perspectivas do Negócio; Relação com as Pessoas; e Relação com o Meio Ambiente e as Mudanças Climáticas.

1. O Relatório de Sustentabilidade desempenha a função de instrumento de comunicação de progresso (COP) do Pacto Global.
2. As eventuais diferenças no total de dados e porcentagens, nos gráficos e tabelas, devem ser atribuídas ao arredondamento dos valores. Ao longo do relatório, os valores em reais foram convertidos para dólares americanos pela taxa de 2,32.
3. Em razão da complexidade de nossas atividades, não temos um critério único de reporte de unidade de negócio. Por isso, alguns indicadores não são apresentados como percentual de unidade de negócio.



Para acessar as legendas das fotos passe o mouse sobre as imagens



Dois temas adicionais foram levantados durante o processo de validação da materialidade: Direitos Humanos e Cadeia de Suprimentos, que, por serem entendidos como transversais, permeiam diferentes trechos deste relatório.

Com base no resultado do processo de materialidade, estão aqui reportados 57 indicadores, sendo 31 essenciais, 18 adicionais e oito do suplemento setorial.

Abrangência e escopo

Adotamos a mesma metodologia de definição do escopo (limite) utilizada nos relatórios anteriores, que tem como critérios o grau de influência (controle acionário ou operacional) e potenciais impactos em sustentabilidade⁴. Em 2014, as principais mudanças foram: a Vale Mina do Azul S.A. (minério de manganês) foi incorporada pela Vale S.A.; a Vale S.A. vendeu a totalidade de sua participação indireta na Vale Florestar S.A. (empresa de produção florestal). Quanto à Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA) e à Ferrovia Norte-Sul (FNS), concluímos a venda de parte de nossa participação na VLI S.A.⁵, na qual mantivemos a participação de 37,6% ao fim da transação. Em março de 2015, a Vale vendeu 49% de sua participação no projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) para a CEMIG e, portanto, a participação indireta da Vale no capital da Norte Energia é de 4,59%. Mais detalhes nos quadros na **página 101**. **IP2.9, IP3.6, IP3.7, IP3.8, IP3.10, IP3.11, IP4.17**

⁴. O escopo das operações cobertas em cada indicador pode variar. As especificidades mais relevantes são apresentadas ao longo do relatório.

⁵. Como a transação foi concluída ao longo de 2014, o desempenho de alguns indicadores como Água e Energia foi reportado neste relatório.



Para mais informações sobre sustentabilidade, acesse www.vale.com ou entre em contato por meio do canal Fale Conosco, disponível em nosso site. **IP3.4**

Governança Interna e Externa

Pilares estratégicos

Cuidar das pessoas; incorporar a sustentabilidade aos negócios; gerenciar o portfólio com rigor e disciplina; focar minério de ferro; crescer por meio de ativos de classe mundial. **pág. 17**

90%

Empregados que assinaram em 2014 o novo Código de Ética e Conduta, ação que segue em 2015. **pág. 22**

Desde 2006, a efetividade dos nossos controles internos é avaliada internamente pela própria administração e atestada pelos auditores independentes, conforme previsto na Lei Sarbanes-Oxley (SOX).

pág. 21

95%

Metas alcançadas de acordo com o Plano de Ação em Sustentabilidade (PAS). Nosso programa de remuneração variável atrela o desempenho econômico-financeiro à excelência operacional e à sustentabilidade, que estão vinculadas a temas que buscam nossa melhoria contínua. **pág. 35**

Ouvidoria

Completou um ano em 2014. Tem o objetivo de promover o contínuo aprimoramento da consciência ética e garantir aos públicos interno e externo um canal de comunicação proativo, transparente, independente e imparcial para o tratamento de denúncias. **pág. 21**

4

dimensões de nossa gestão de riscos: mercado, crédito, operacional e projetos.

pág. 20

Relacionamento com o Poder Público

Visamos à participação proativa na formulação de políticas públicas e na compreensão de nossos pontos de vista, objetivando o estabelecimento ou a manutenção de um ambiente favorável ao setor mineral.

pág. 24

Direitos Humanos

Adotamos como referência os Princípios Norteadores sobre Direitos Humanos e Empresas das Nações Unidas. Desde 2009, contamos com a Política de Direitos Humanos, com nova revisão aprovada, em 2014, pelo Conselho de Administração.



pág. 25

Código de Ética e Conduta de Fornecedores

Forma pela qual divulgamos os nossos princípios e valores para fornecedores. O documento é assinado por eles e especifica a proibição da utilização de trabalho infantil e forçado ou análogo ao escravo. **pág. 27**

Perspectivas do Negócio

Novo paradigma na indústria

Empresas do setor entraram em período de mudanças estruturais em busca de aumento de produtividade, gestão de custos e criação de valor para os investidores.

pág. 39

Sólido desempenho

em 2014, apesar dos desafios impostos pelo declínio dos preços de *commodities*. **pág. 40**



8

projetos de capital concluídos em 2014; a maioria deles no prazo previsto e de acordo com o orçamento.

No Canadá
primeiro níquel produzido pela nova usina hidrometalúrgica de Long Harbour.

Na Malásia
início das operações do Terminal Marítimo de Teluk Rubiah.

Na Nova Caledônia
recorde de produção anual de 19 mil toneladas de níquel.

pág. 40



Minas em Carajás que obtiveram licenças ambientais que possibilitaram a expansão e continuidade das atividades de operação e representam avanço no processo de crescimento da nossa produção de minério de ferro.

US\$ 1,1 bilhão

Recursos aplicados em 2014 em proteção e conservação ambiental e em projetos sociais. **pág. 44**

pág. 41

1,2 bilhão

de dólares: redução das despesas, graças ao empenho dos nossos empregados para a manutenção de nossa competitividade na indústria da mineração. **pág. 40**

Recorde de produção

em minério de ferro, cobre e ouro em 2014, e a melhor marca anual desde 2008 em níquel. **pág. 40**

Relação com as Pessoas

206,4 mil

empregados próprios e terceirizados em 2014, sendo 77% no Brasil, a maioria nos estados de Minas Gerais e Pará. **pág. 55**



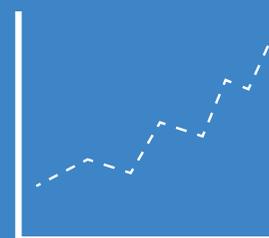
Cuidado Ativo Genuíno

O conceito significa cuidar de si, cuidar do outro e deixar que os outros cuidem de você, e foi disseminado em nossas ações de engajamento no ano. **pág. 54**

Modelo de Gestão Integrada

3 mil

demandas e reclamações das comunidades registradas, 57% delas solucionadas, 12% em tratamento e 31% não cabiam à empresa atender.



pág. 63

US\$ 192,2 milhões

Financiamentos e créditos liberados para capacitação de fornecedores em diversas áreas de gestão. **pág. 72**

64%

Empregados contratados localmente. **pág. 71**



89%

Empregados que concordam que proporcionamos um ambiente de trabalho que aceita as diferenças entre homens e mulheres. **pág. 60**



88%

Compras realizadas localmente. **pág. 71**

Fundação Vale

Articulações intersetoriais em Canaã dos Carajás (PA). **pág. 67**

130 mil

Empregados e contratados que participaram do Dia de Reflexão sobre as fatalidades para intensificar os esforços coletivos para atingirmos a perda zero. **pág. 53**

Relação com o Meio Ambiente e as Mudanças Climáticas



5,9x

É quanto a área que protegemos, entre iniciativas próprias e por meio de parcerias, supera o total de nossa área operacional. Dos 15,2 mil km² de áreas naturais, 98% foram protegidos em conjunto com governos locais. **pág. 93**



195

Fornecedores treinados desde 2012 na elaboração de inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE). **pág. 84**

5%

Meta de redução de emissões diretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) em 2020. **pág. 80**



30%

Redução aproximada da demanda total de água no Porto do Complexo de Tubarão, em razão da instalação de medidores mais modernos e automatizados. **pág. 87**

80%

Nossas unidades em áreas de “baixo risco” e “baixo a médio risco” de estresse hídrico. **pág. 87**

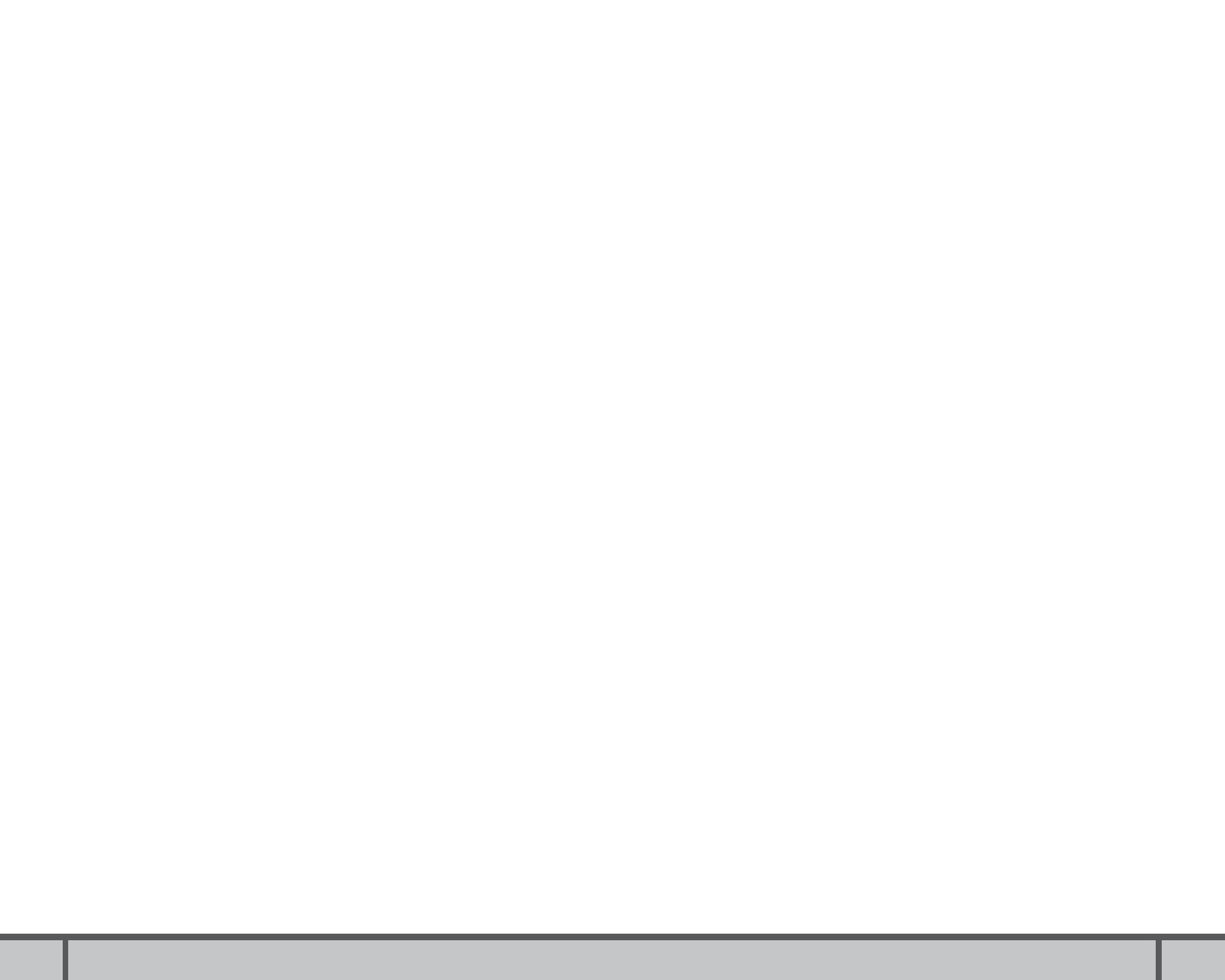
21%

Ampliação da contribuição do Fundo Vale para a proteção e/ou o desenvolvimento sustentável em seis estados da Amazônia. **pág. 95**



76%

Nossa taxa de água reutilizada em 2014, quando deixamos de captar 1.130 milhões de m³ em fontes naturais. **pág. 89**



Nossa estratégia de negócios é direcionada ao desenvolvimento sustentável para permitir atravessar a volatilidade dos ciclos econômicos



Leo Aversa

Em 2014, nosso desempenho operacional foi afetado pela redução no preço das *commodities* minerais. A despeito da conjuntura econômica, no entanto, fortalecemos nossa capacidade de otimizar recursos, aumentar a produtividade e, conseqüentemente, criar valor para os investidores.

Nossa estratégia de negócios é direcionada ao desenvolvimento sustentável para permitir atravessar a volatilidade dos ciclos econômicos e baseia-se em ativos e projetos de classe mundial.

Concluímos projetos relevantes, como o centro de distribuição na Malásia e a usina hidrometalúrgica de Long Harbour, no Canadá, além de termos alcançado recorde de produção anual na Nova Caledônia. Em Moçambique, negociamos parceria estratégica no negócio de carvão e investiremos na conclusão da expansão da mina de Moatize, prevista para 2015, que vai duplicar a capacidade de produção dessa operação. Em paralelo, no Brasil, seguimos firmemente com a

implantação do projeto Ferro Carajás S11D, no Pará, que dará novo impulso aos nossos negócios a partir de 2016.

Para preservar a estrutura de capital adequada, em 2014, desembolsamos US\$ 4,2 bilhões em dividendos e investimos US\$ 11,9 bilhões na execução de projetos e manutenção das nossas operações. Os recursos aplicados na área socioambiental foram de US\$ 1,1 bilhão, 76% destinados às iniciativas ambientais e 24%, às sociais. Como reflexo da nossa disciplina na alocação de capital, planejamos investir US\$ 10,2 bilhões em 2015.

A efetividade dos nossos controles internos foi avaliada pela própria administração e atestada por auditores independentes, conforme previsto na Lei Sarbanes-Oxley (SOX), dando continuidade a um processo que ocorre desde 2006. A Ouvidoria, que reporta ao Conselho de Administração, com a responsabilidade de prestar informações ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Governança e Sustentabilidade, completou um ano em 2014.

Estamos listados no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA desde 2011 e, no âmbito das mudanças climáticas, integramos, pela quinta vez, o Climate Disclosure Leadership Index. Em nome do Conselho de Administração, também reforço o compromisso da Vale com o Pacto Global das Nações Unidas. O progresso na aplicação de seus princípios é apresentado ao longo deste relatório.

Por todos esses fatores, estou certo de que obteremos sucesso nessa jornada e agradeço aos que compartilham desse esforço, em especial aos nossos empregados e parceiros, empenhados na busca de resultados consistentes, com zelo pela saúde e segurança de quem trabalha na Vale. Por meio de relações éticas e confiáveis, estamos, todos juntos, contribuindo para construir um futuro melhor.

Dan Conrado

Presidente do Conselho
de Administração

Conduzimos uma estratégia de negócio marcada pela solidez e pautada por relações éticas, paixão pelas pessoas e pelo planeta

Os constantes desafios associados à competitividade na indústria da mineração reforçam a importância de atuarmos com sentimento de dono, cuidando da Vale com o mesmo zelo que dispensamos a nossos bens pessoais. Com esse entendimento, conduzimos uma estratégia de negócio marcada pela solidez e pautada por relações éticas, paixão pelas pessoas e pelo planeta, com foco na excelência e na criação de valor de longo prazo.

A gestão eficiente do negócio da Vale requer simplificação, disciplina e eliminação de desperdícios. Isso nos levou à redução de US\$ 1,2 bilhão em despesas no ano, resultado alcançado graças ao empenho de cada um dos empregados. Tenho a certeza de que o compromisso de engajar, desenvolver e reconhecer nossa força de trabalho promove o crescimento contínuo e contribui para resultados sustentáveis da empresa.

Em 2014, registramos recordes de produção em minério de ferro, cobre e ouro, e a melhor marca em níquel desde 2008. Também completamos oito projetos de capital e obtivemos licenças ambientais em Carajás, no Pará.

Tais conquistas são muito relevantes, mas nada se compara ao valor que damos à vida. Continuamos investindo na prevenção, com o objetivo de minimizar riscos à segurança

dos que aqui trabalham, e incentivamos a prática do Cuidado Ativo Genuíno, o que significa cuidar de si próprio, do outro e permitir que os outros cuidem de nós. Apesar de todos os esforços, oito dos nossos colegas perderam a vida no exercício dos seus trabalhos. Lamentamos profundamente essas perdas e nos solidarizamos com as famílias dos nossos empregados. Continuaremos na busca permanente e incansável pela preservação da vida.

Acredito que é essencial também promovermos o diálogo com as comunidades próximas aos nossos empreendimentos, assim como gerenciar e mitigar os impactos ambientais e sociais das operações. Atuar de forma intersetorial, potencializando os investimentos públicos e privados, tal qual estamos fazendo no município de Canaã dos Carajás, no Pará, tem se revelado fundamental para deixarmos um legado positivo às comunidades.

Diante do desafio global das mudanças climáticas, com graves impactos na sociedade, é crucial a mobilização de todos em torno do tema. Temos como meta reduzir em 5% as emissões diretas de Gases de Efeito Estufa nas operações da Vale em 2020. Também estamos atentos à crescente necessidade de proteção dos recursos hídricos

e promovemos o uso racional da água, estimulando o desenvolvimento de tecnologias inovadoras.

Por meio de iniciativas próprias e de parcerias, ainda protegemos uma área verde quase seis vezes maior do que o total de nossa área operacional. Já o Fundo Vale, instituição sem fins lucrativos criada pela Vale, ampliou em 21% sua contribuição para a proteção e/ou o desenvolvimento sustentável de seis estados da Amazônia.

Todas essas ações fazem parte do nosso compromisso com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas referentes a direitos humanos, direitos do trabalho, combate à corrupção e proteção ao meio ambiente. Convictos da importância de integrarmos iniciativas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, participamos do seleto grupo de empresas da plataforma Global Compact Lead.

Para conhecer mais nossas iniciativas na direção da sustentabilidade, convido todos à leitura deste relatório. Aproveito para agradecer aos empregados e parceiros que colaboraram para alcançarmos os resultados aqui apresentados. Conto com cada um de vocês para continuarmos a construir uma Vale ainda mais segura e eficiente.

Vantoen Pereira Jr.



Murilo Ferreira
Diretor-Presidente

Diretoria- Executiva



Murilo Ferreira
Diretor-Presidente



Galib Chaim
Diretor-Executivo
de Projetos de Capital



Humberto Freitas
Diretor-Executivo de
Logística e Pesquisa Mineral



Jennifer Maki*
Diretora-Executiva de
Metais Básicos



Luciano Siani
Diretor-Executivo de Finanças
e Relações com Investidores



Peter Poppinga**
Diretor-Executivo
de Ferrosos



Roger Downey
Diretor-Executivo de
Fertilizantes e Carvão



Vania Somavilla
Diretora-Executiva de Recursos
Humanos, Saúde e Segurança,
Sustentabilidade e Energia

*Em novembro de 2014, foi indicada pelo Conselho de Administração, ficando a sua posse sujeita à obtenção de visto, conforme exigido pela lei brasileira.

**Até novembro de 2014, ocupava o cargo de Diretor-Executivo de Metais Básicos.

Movimentações

José Carlos Martins

Diretor-Executivo de Ferrosos

Saída

novembro/2014



Missão

Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável

Visão

Ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta

Valores

- A vida em primeiro lugar
 - Valorizar quem faz a nossa empresa
 - Cuidar do nosso planeta
 - Agir de forma correta
 - Crescer e evoluir juntos
 - Fazer acontecer
- 

Perfil e Atuação Global

Somos o maior produtor mundial de minério de ferro, pelotas de minério de ferro e níquel. Nosso portfólio de produtos também inclui minério de manganês, ferroligas, cobre, metais do grupo da platina (PGMs), ouro, prata, cobalto, carvões metalúrgico e térmico, potássio, fosfatados e outros fertilizantes. Atuamos ainda nos setores de logística, siderurgia e energia. **IP2.1, IP2.2**

Nossa sede está localizada no Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), e contamos com operações, escritórios, atividades de exploração mineral e/ou *joint ventures*, conforme mapa na **página 15**. **IP2.3, IP2.4, IP2.5, IP2.7**

Nossa atuação é pautada pelo nosso posicionamento de marca, resumido na assinatura “Vale. Para um mundo com novos valores”. Ela capta a essência da empresa, suas crenças e premissas presentes na sua Missão, Visão e Valores.

Buscamos construir uma cultura organizacional que valorize a diversidade, que seja justa e inclusiva, ofereça oportunidades de crescimento profissional e privilegie a saúde e a segurança dos nossos empregados. Além disso, procuramos sempre estabelecer uma relação forte e aberta com as comunidades das áreas em que atuamos, contribuindo para o desenvolvimento das regiões

onde estamos presentes. A sustentabilidade é um dos nossos pilares estratégicos, fundamentada no conceito de que o desenvolvimento só é sustentável quando a empresa e a sociedade crescem juntas, compartilhando o valor gerado. **IP2.8**

Do ponto de vista econômico-financeiro, apresentamos forte desempenho operacional em 2014, com recordes de produção de minério de ferro, cobre e ouro, além de ter atingido a melhor marca de produção anual de níquel desde 2008. Somos uma empresa de capital aberto, com ações listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova York, Hong Kong, Paris e Madri. **IP2.6, IP2.8**

Minério de ferro



Potássio, fosfatados e nitrogenados



Níquel



Carvão



Manganês

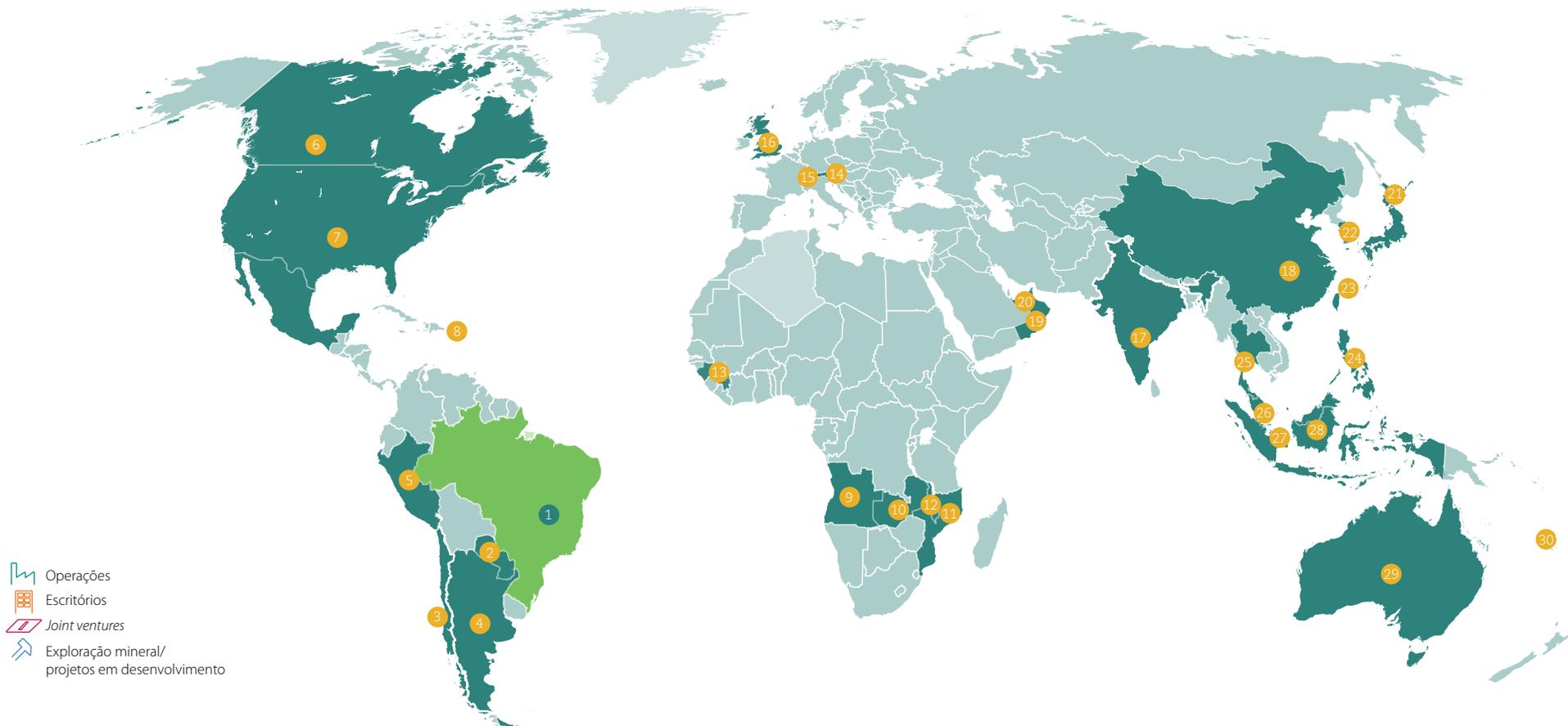


A Vale faz parte da sua vida



Cobre

Nossas operações ao redor do mundo



Américas

- 1 **Brasil (sede mundial da Vale)**    
- 2 Paraguai 
- 3 Chile  
- 4 Argentina   
- 5 Peru   
- 6 Canadá   
- 7 Estados Unidos  
- 8 Barbados 

África

- 9 Angola 
- 10 Zâmbia   
- 11 Moçambique   
- 12 Malaui 
- 13 Guiné 

Europa

- 14 Suíça 
- 15 Áustria 
- 16 Reino Unido  

Ásia e Oceania

- 17 Índia 
- 18 China   
- 19 Omã  
- 20 Emirados Árabes Unidos 
- 21 Japão  
- 22 Coreia do Sul  
- 23 Taiwan  
- 24 Filipinas  
- 25 Tailândia 
- 26 Malásia  
- 27 Cingapura 
- 28 Indonésia   
- 29 Austrália    
- 30 Nova Caledônia  

- Ética e Transparência
- Relacionamento com o Poder Público

Governança Interna e Externa

Nossos pilares estratégicos

Revisamos anualmente o planejamento estratégico considerando os objetivos dos acionistas, as aspirações das unidades de negócio e reconhecendo, principalmente, a importância do diálogo com as comunidades com vistas à criação de valor para todos.

Os nossos pilares estratégicos estão adequados à realidade da indústria da mineração e contribuem para alcançar a nossa visão de “Ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta”.

O nosso foco é na geração de valor no seu sentido mais amplo, que vai além dos resultados financeiros: buscamos criar legados para as comunidades onde atuamos. Trabalhamos pela excelência na gestão de projetos de capital, pela otimização dos fluxos de produção de nossas operações e projetos e por investimentos em ativos de classe mundial – de baixo custo de produção, com capacidade de expansão e vida útil longa.

Ser uma empresa mais simples e eficiente, com disciplina na gestão de recursos e foco em redução de custos, também é fundamental para gerar mais valor.

Pilares estratégicos

Cuidar das pessoas

Buscar o zero acidente, desenvolver um time de profissionais capacitados e responsáveis por suas decisões e ser uma ótima empresa para se trabalhar, com pessoas motivadas, oportunidades de desenvolvimento e qualidade de vida.

Incorporar a sustentabilidade aos negócios

Construir legados econômicos, sociais e ambientais nas regiões em que estamos presentes, mitigando os impactos de nossas operações nas comunidades em que atuamos e induzindo práticas sustentáveis ao longo de toda a cadeia de valor. Além disso, garantir a chamada licença para operar, por meio de uma atuação integrada, diálogo e transparência com nossos públicos de relacionamento.

Gerenciar o portfólio com rigor e disciplina

Ser austero no uso dos recursos financeiros, focando os ativos de maior rentabilidade, e atrair parceiros para alavancar crescimento e gerenciar riscos.

Focar minério de ferro

Reforçar nossa liderança no segmento de minério de ferro, aumentando a oferta e a qualidade dos nossos produtos sem aumentar os custos, de forma a recuperar nossa participação de mercado.

Crescer por meio de ativos de classe mundial

Criar valor, e não só adicionar volume, focando ativos e projetos competitivos, com escala e capacidade de expansão, que atravessem vários ciclos econômicos, em minério de ferro, níquel, fertilizantes, cobre e carvão metalúrgico.

Governança

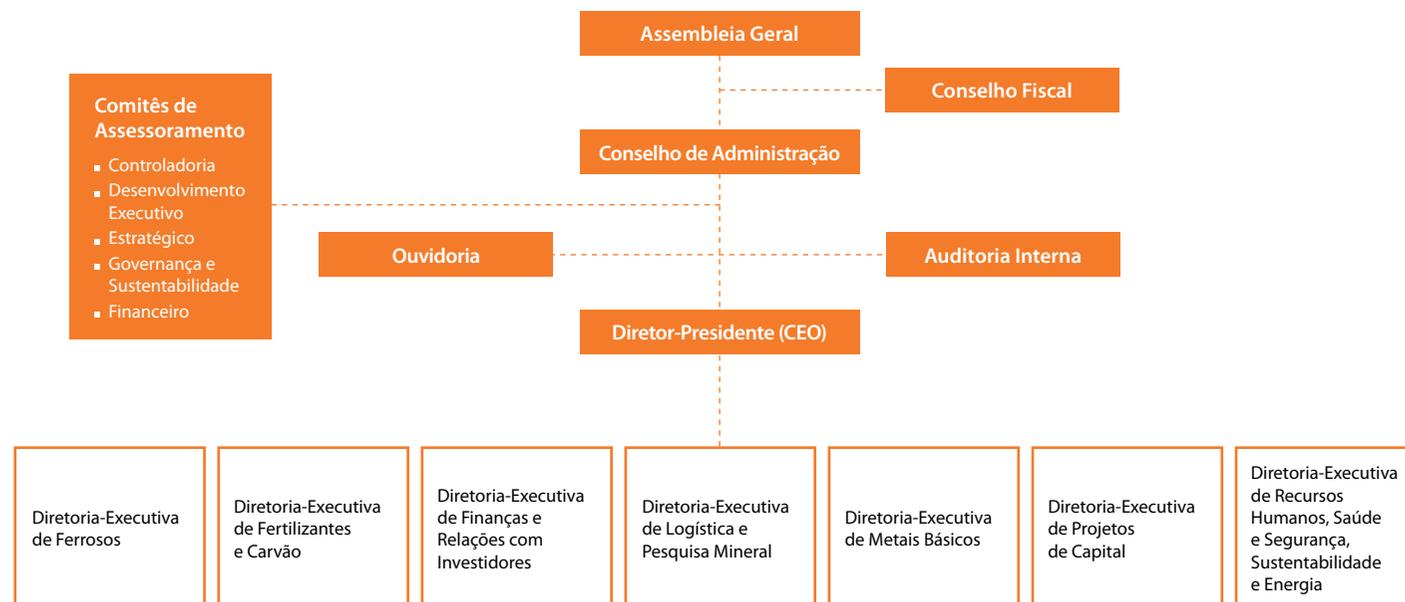
A nossa estrutura de governança atende às nossas demandas globais, promove nossos valores e nos mantém alinhados às melhores práticas internacionais de gestão. Além disso, garante a transparência necessária para que tenhamos clareza em nossos posicionamentos e decisões tanto no curto quanto no médio e longo prazos. Nossa governança é pautada por políticas e diretrizes, como a Política de Desenvolvimento Sustentável; a Política Global de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas; Política Global Anticorrupção; a Norma

de Responsabilidade de Saúde, Segurança e Meio Ambiente; entre outras. **IP4.1, IP4.8**

Em 2014, concluímos a revisão da Política de Direitos Humanos, publicada em 2009, para refletir os nossos avanços em relação ao tema. Essa política tem como princípios respeitar, proteger, conscientizar e promover os direitos humanos em nossas atividades e ao longo de nossa cadeia produtiva, em conformidade com a Carta Internacional de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nossa estrutura de governança está alinhada às melhores práticas internacionais de gestão, o que garante transparência em nossos posicionamentos e decisões, além de promover nossos valores

Estrutura de governança



Conselho de Administração

É responsável pela definição de nossas políticas e de nossas diretrizes gerais, pela análise dos planos e projetos propostos pela Diretoria-Executiva e pela avaliação dos resultados. Conta com 11 membros e respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral de acionistas ou nomeados pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 11, §10, do Estatuto Social¹, com mandato unificado de dois anos. Em dezembro de 2014, o Conselho era composto de nove conselheiros efetivos e nove suplentes indicados pelo acionista majoritário, um membro independente, sem vínculo com o grupo de controle, e dois representantes eleitos pelos empregados. **IP4.3, IP4.9**

Os acionistas minoritários podem se manifestar sobre as matérias em pauta por meio das Assembleias Gerais Ordinárias, realizadas anualmente, e Extraordinárias, sempre que convocadas pelo Conselho de Administração.

Os acionistas não controladores, titulares de ações ordinárias que representem pelo menos 15% do total das ações com direito a voto e de ações preferenciais com no mínimo 10% do capital social, têm direito de eleger um membro do Conselho de Administração e seu suplente.

Caso se verifique que os titulares de ações ordinárias e os de preferenciais não atenderam aos limites indicados, poderão juntar suas ações e, uma vez atingido o percentual de 10% do capital total, em conjunto, eleger um membro e seu suplente para o Conselho de Administração². **IP4.4**

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa. As remunerações global e anual dos administradores são estabelecidas pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas, com base em responsabilidades, no tempo dedicado às funções, na competência, na reputação profissional e no valor praticado no mercado. **IP4.5**

O Conselho de Administração não é submetido a processo formal de autoavaliação. Seus membros possuem reconhecida competência nas áreas de finanças e mercado de capitais, governança corporativa, mineração, comercialização de minérios e sustentabilidade. O presidente do Conselho de Administração, Dan Conrado, e os conselheiros não exercem função de diretores-executivos. **IP4.2, IP4.7, IP4.10**

A auditoria interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração, que tem a atribuição de nomear e destituir o responsável por sua gestão.

¹ Em caso de vacância do cargo de conselheiro ou de seu suplente, o substituto poderá ser nomeado pelos membros remanescentes e servirá até a Assembleia Geral seguinte, que deliberará sobre a sua eleição.

² O Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha foi eleito por indicação da Valepar S.A., dado que, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2013, os titulares de ações ordinárias de emissão da Vale, individualmente ou em conjunto, excluído o acionista controlador, não alcançaram os quóruns previstos e que os titulares de ações preferenciais, também excluído o acionista controlador, não indicaram candidato para representá-los no Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

De caráter permanente, é constituído por três a cinco membros (e igual número de suplentes) independentes, nos termos da lei brasileira, para fiscalizar as atividades da administração e revisar as demonstrações contábeis, reportando-se diretamente aos acionistas. Também desempenha as funções de Comitê de Auditoria, nos termos da Lei Sarbanes-Oxley e das normas que regulam a listagem de valores mobiliários na Bolsa de Valores de Hong Kong (HKSE). O Conselho Fiscal é composto por quatro membros efetivos e três suplentes dos quais um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente foram reeleitos pelos acionistas preferencialistas na Assembleia Geral Ordinária de 2014. Nenhum dos integrantes do Conselho Fiscal compõe o Conselho de Administração e a Diretoria-Executiva, conforme critérios de independência previstos na legislação brasileira.

Comitês de assessoramento

Para apoiar o Conselho de Administração na condução de suas atividades, há cinco comitês de assessoramento: Desenvolvimento Executivo; Estratégico; Financeiro; Controladoria; e Governança e Sustentabilidade. Eles representam fóruns de discussão, compartilhando as diferentes visões de seus membros, o que permite maior amadurecimento e alinhamento das proposições antes do encaminhamento ao Conselho de Administração. O objetivo é contribuir para a fluidez dos processos decisórios e a qualidade das decisões.



Marcelo Coelho

6,5mil

consultas realizadas
nos temas de direitos
humanos, segurança,
corrupção, entre outros,
para terceiros no Brasil



Marcelo Coelho

Diretoria-Executiva

Coloca em prática a estratégia de negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, elabora planos e projetos e é responsável pelos desempenhos operacional e financeiro. Os seus integrantes são indicados pelo diretor-presidente e eleitos pelo Conselho de Administração.

Além da remuneração fixa, nossos diretores-executivos e os demais executivos recebem remuneração variável, atrelada ao desempenho de acordo com metas individuais e coletivas, desdobradas para alcançar os resultados estratégicos, por meio de indicadores econômico-financeiros, técnico-operacionais e de sustentabilidade. **IP4.5**

Gestão integrada de riscos

Em conformidade com as diretrizes do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva, a Política de Gestão de Risco Corporativo da Vale prevê a mensuração e o monitoramento dos eventos de risco capazes de ocasionar impactos à saúde e à segurança, ao meio ambiente, à reputação, à sociedade e ao capital financeiro.

A aplicação dessa política é supervisionada pelo Comitê Executivo de Gestão de Riscos, ao qual cabe também revisar os princípios e instrumentos de gestão de risco corporativo e respaldar a Diretoria-Executiva nas análises de risco pertinentes e na emissão de pareceres. Trimestralmente, o Comitê avalia os principais riscos e seus respectivos controles e planos de ação, sempre orientado pelos padrões da norma ISO 31000.

A gestão de riscos da Vale considera as seguintes dimensões:

- **Mercado:** volatilidade de fatores de risco, como taxas de juros, moedas e preços de *commodities* no nosso fluxo de caixa;
- **Crédito:** probabilidade do descumprimento das obrigações assumidas por contrapartes, como clientes, instituições financeiras e fornecedores, entre outros;
- **Operacional:** perdas potenciais decorrentes de falhas ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, resultando em danos às pessoas, ao meio ambiente, à propriedade, à sociedade e à nossa reputação;
- **Projetos:** potenciais impactos sobre o investimento, o prazo e a segurança dos projetos; e o desempenho operacional de novas instalações. **IP1.2**

Os estudos de viabilidade de nossos projetos e o desenvolvimento de nossas operações consideram a aplicação do Princípio da Precaução na gestão de riscos corporativos, ambientais, sociais e de saúde e segurança, tanto nas questões que envolvem os empregados, os contratados e as comunidades vizinhas aos empreendimentos, quanto nas questões envolvendo o meio ambiente em geral. **IP4.11**

Além disso, desde 2009, realizamos no Brasil o trabalho de *due diligence* de terceiros, que tem como objetivo mitigar o risco de contratação ou subcontratação de empresas consideradas inidôneas, prevenindo possíveis riscos de imagem e de reputação. Em 2014, realizamos cerca de 6,5 mil consultas, englobando os temas de direitos humanos, segurança, corrupção, entre outros. A partir de 2013, esse processo também foi incorporado ao fluxo de certificação de novos fornecedores nos principais países em que atuamos.

Ética e transparência

O Código de Ética e Conduta da Vale foi atualizado em 2013, de forma alinhada com nossos valores, e reforça o nosso compromisso com a ética, com a apresentação do conceito de conflito de interesses e com a descrição de condutas esperadas dos empregados e as intoleráveis, sujeitas a medidas disciplinares. Desde 2006, a efetividade dos controles internos da Vale é avaliada internamente, pela própria administração, e atestada pelos auditores independentes, conforme previsto na Lei Sarbanes-Oxley (SOX). **IP4.6**

Para reforçar ainda mais nosso compromisso com a ética e transparência, criamos a nossa Ouvidoria em 2013, que reporta ao Conselho de Administração, com a responsabilidade de prestar informações ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Governança e Sustentabilidade (mais informações na **página 26**). A Ouvidoria tem o objetivo de promover o contínuo aprimoramento da consciência ética e garantir aos públicos interno e externo um canal de comunicação proativo, transparente, independente e imparcial para o tratamento de denúncias.

A partir de dezembro de 2014, passamos a apoiar, de forma independente, a Extractive Industry Transparency Initiative (EITI)³, iniciativa que promove a transparência dos fluxos financeiros entre as empresas

extrativistas e os governos dos países onde operam. Somos ainda signatários do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, criado pelo Instituto Ethos em convênio com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (Unodoc).

Nos últimos dois anos, vários países onde atuamos estabeleceram novas leis relacionadas à corrupção e ao suborno, com alcance e escopo mais amplos dos que os da Lei Americana de Práticas de Corrupção no Exterior (U.S. Foreign Corrupt Practices Act – FCPA). Nesse contexto, em 2012, decidimos aprimorar nossos padrões e procedimentos de conformidade antissuborno e anticorrupção, inclusive para contemplar essas exigências legais.

³. Fazemos parte também do Comitê de Coordenação da EITI em Moçambique e no Peru (nível subnacional).

O Código de Ética e Conduta foi atualizado de forma alinhada com nossos valores e reforça o nosso compromisso com a ética

Após a realização de avaliação⁴ global, detalhada, de risco de corrupção de nossas atividades (entre 2012 e 2013), desenvolvemos um Programa Global Anticorrupção que, entre outras iniciativas, provocou alterações no nosso Código de Ética e Conduta para reforçar disposições específicas relacionadas ao tema. Também aprovamos uma nova Política Global e um novo Manual Global Anticorrupção, com regras claras a respeito de oferta e recebimento de presentes e hospitalidade, de doações políticas e de caridade, de investimentos em comunidades, de patrocínios, de ações de relacionamento, de contratação de terceiros, de fusões, de aquisições e *joint ventures*, de seleção e remuneração de empregados e administradores, dentre outras. Possuímos equipes

dedicadas ao cumprimento do programa no Brasil, Canadá, em Moçambique e em Cingapura, cobrindo todas as nossas atividades, nos cinco continentes.

Em 2014, conscientizamos 90% dos nossos empregados que assinaram o novo Código de Ética e Conduta, que passou a reforçar disposições relacionadas à anticorrupção e antissuborno, ação que segue em 2015. Focamos também o treinamento específico de indivíduos considerados prioritários para a mitigação do risco de corrupção (por exemplo, áreas responsáveis por relações com funcionários de governo, contratação de terceiros e intermediários, doações, patrocínios e investimentos em comunidades e aquisição de empresas), envolvendo 1,1 mil participantes (32% do público prioritário).

Promovemos ainda a divulgação interna das regras estabelecidas na Política e no Manual e atuamos na implementação de melhorias nos controles que devem ser respeitados por todas as unidades de negócio e empresas controladas. **S03**

Além dessa avaliação de riscos realizada no âmbito do Programa Global Anticorrupção, nossa área de Segurança Empresarial mantém rotina de prevenção de perdas⁵ em projetos de capital. Em 2014, 7% das nossas operações foram avaliadas, compreendendo 14 projetos, das seguintes unidades de negócio: Ferrosos Sudeste (Alegria); Terminal Marítimo Ponta da Madeira; algumas operações da Vale Fertilizantes em Araxá, Cubatão, Tapira e Taquari-Vassouras; Projeto Salobo I; Projeto S11D; Projeto Itabira; e Projeto Serra Leste. **S02**

⁴ Novas avaliações estruturais serão realizadas periodicamente ou sempre que for detectada a necessidade de ajustes nas práticas de determinada área de negócio ou empresa do grupo.
⁵ As análises de prevenção de perdas são realizadas em atendimento à demanda das nossas operações.



90%

dos nossos empregados
assinaram o Código
de Ética e Conduta,
ação que segue em 2015



Consciência ética

Com um ano de existência, nossa Ouvidoria alcançou importantes resultados, entre eles a criação do Comitê de Ética, composto pelos diretores de Ouvidoria, Auditoria, Recursos Humanos e Consultoria Geral; a realização da primeira pesquisa sobre Ética e Ouvidoria; a abertura do canal direto com o ouvidor; e a criação dos reportes periódicos ao Conselho de Administração, aos diretores e aos empregados, conferindo maior transparência ao processo.

São várias as formas de contato disponíveis com a área, como formulário eletrônico, carta, e-mail e telefone, além da possibilidade de reunião pessoal com o ouvidor. Esses canais são operados por empresa terceirizada, especializada em tratar casos sigilosos, garantindo a confidencialidade do processo e o anonimato do denunciante.

Reestruturamos o processo de tratamento de denúncias, com a redução significativa, em 68%, do tempo de resposta ao denunciante e o aumento do comprometimento das lideranças das áreas envolvidas ao longo do processo. Para denúncias confirmadas, são realizadas análises de vulnerabilidade e risco e é elaborado plano de ação corretivo que inclui iniciativas para a mitigação de riscos identificados. Adicionalmente, refinamos a categorização das denúncias recebidas, permitindo, por exemplo, a identificação de casos de discriminação.

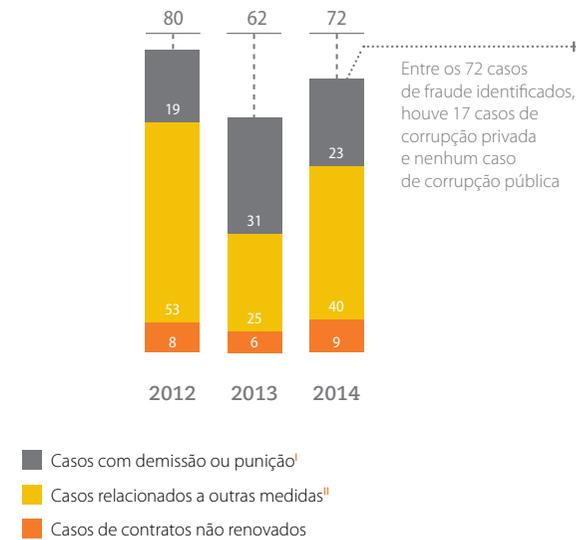
À Ouvidoria podem ser encaminhadas denúncias referentes ao descumprimento de qualquer regra ou conduta descrita em nosso Código de Ética, como assédio, discriminação, utilização imprópria de recursos, comportamento inadequado, fraudes, suborno, corrupção, conflito de interesses, descumprimento de legislação ambiental ou de procedimentos de saúde e segurança, entre outros. O canal pode ser usado ainda para o atendimento, em segunda instância, de questões que não foram resolvidas por outros meios⁶.

Não registramos, em 2014, situação de corrupção (ativa ou passiva) de funcionários públicos ou de representantes de governo por parte dos empregados. Foram confirmados 17 casos de corrupção privada, sendo que cinco⁷ resultaram em nove empregados demitidos, quatro tiveram como consequência a não renovação do contrato do fornecedor envolvido e, nos demais, nos quais não havia envolvimento de empregados ou fornecedores, foram adotadas outras medidas para mitigação de riscos. Essas ocorrências estão inseridas no total de 72 casos de fraude confirmados, conforme demonstra o gráfico ao lado. Nenhum deles diz respeito a possíveis irregularidades ou impropriedades nos registros contábeis ou controles internos. **SO4**

6. Fale Conosco, RH e Alô Ferrovia, por exemplo.

7. Para uma das situações que foram contabilizadas no número de casos que resultaram em demissão de empregados, também não houve a renovação do contrato.

Casos de fraude



I. Nos casos de fraude, o número de empregados demitidos/punidos foi 35, em 2012; 83 em 2013 e 31 em 2014. Para um dos casos de fraude, também não houve renovação de contrato.
II. Em todos os 72 casos de fraude apurados, houve a apresentação aos gerentes e diretores das áreas envolvidas, bem como de seus respectivos planos de ação. Em nove dos 72 casos, houve notificação, bloqueios de pagamentos, glosas e/ou multas aplicadas aos fornecedores.



Veja mais sobre nossas parcerias no
Capítulo Relação com as Pessoas.

Ouvidoria itinerante

Foi criada para aproximar os empregados da Ouvidoria, levando informações sobre a área e abrindo canais de diálogo com o ouvidor, em diferentes localidades. Em 2014, realizamos mais de 40 sessões da Ouvidoria Itinerante. Cerca de 4 mil empregados em nossas operações no Brasil (Itabira, Mariana, Brucutu, Carajás, Sossego, Onça Puma, Salobo, S11D, Vitória e São Luís), no Canadá (Thompson, Sudbury e Toronto), Malásia (Teluk Rubiah e Kuala Lumpur), Omã (Sohar) e em Moçambique (Tete, Maputo e Beira) já conversaram com o ouvidor e assistiram às apresentações sobre a área.

Em relação a situações de discriminação no ambiente de trabalho, em 2014, foram ajuizadas cinco ações, das quais quatro permanecem em andamento e uma delas já foi encerrada. Apuramos também, por meio da Ouvidoria, 11 denúncias, sendo uma confirmada. Esses números são significativamente menores do que os reportados no Relatório de Sustentabilidade de 2013 (577 denúncias recebidas e 155 confirmadas), porque, anteriormente, as denúncias de discriminação eram consideradas conjuntamente com as de assédio e outras de Recursos Humanos⁸. A Ouvidoria, com apoio da área de Recursos Humanos, apura e trata os casos de discriminação por meio de entrevistas com as partes envolvidas, pares e gestores. Em decorrência dos resultados das apurações, medidas corretivas são adotadas, incluindo ações disciplinares, como advertências ou desligamentos, e treinamento dos empregados. **HR4**

Relacionamento com o Poder Público

A mineração é responsável por grandes investimentos privados no Brasil, o que reforça a importância de políticas públicas compatíveis com a necessidade da sustentabilidade dos nossos negócios.

⁸. Utilizando-se o mesmo critério atual para 2013, teríamos cinco denúncias relacionadas à discriminação recebidas e uma confirmada.

Mantemos um diálogo contínuo com órgãos governamentais, preferencialmente, por meio de instituições e entidades de classe, nos países em que estamos presentes. Com isso, visamos à participação proativa na formulação de políticas públicas e na compreensão de nossos pontos de vista, objetivando o estabelecimento ou a manutenção de um ambiente favorável ao setor mineral.

Procuramos estimular também as parcerias intersetoriais para potencializar – em conjunto com os diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal), instituições públicas, empresas e sociedade civil – o desenvolvimento socioeconômico das localidades em que estamos presentes.

Em relação às atividades político-partidárias, atuamos de forma imparcial, com integral respeito à legislação de cada país. Os empregados, como indivíduos e cidadãos, têm liberdade para a participação, desde que suas ações e opiniões não interfiram no posicionamento da empresa.

A Vale S.A. não faz doações para campanhas eleitorais, embora outras empresas do grupo não estejam impedidas de fazê-las. O registro dessas doações pode ser encontrado em relatórios públicos das instituições oficiais responsáveis pela condução do processo eleitoral nos diferentes países e regiões. **S05, S06**



A Política de Direitos Humanos está disponível em www.vale.com

Compromisso com os direitos humanos

As empresas têm a responsabilidade de respeitar os direitos humanos nas suas atividades e ao longo de sua cadeia de valor. Para assegurar nosso comprometimento com o assunto, adotamos como referência os Princípios Norteadores sobre Direitos Humanos e Empresas das Nações Unidas e contamos com ferramentas, como a Política de Direitos Humanos, desde 2009. Uma nova revisão foi aprovada, em 2014, pelo Conselho de Administração.

Atualizamos também o nosso Guia de Direitos Humanos, que reúne orientações para engajar nossos empregados e outros públicos. Demos continuidade ao plano de educação estratégico em direitos humanos, que estabelece a formação necessária de nossos líderes e empregados, conforme a atividade exercida, em especial na área de segurança empresarial.

Além de reforçar continuamente a cultura de respeito aos direitos humanos, avançamos ano a ano no aperfeiçoamento de processos e ferramentas para identificar, prevenir, mitigar e monitorar potenciais violações aos direitos humanos. Avaliamos, com o apoio de diferentes áreas da empresa, como Meio Ambiente; Relações com a Comunidade; Segurança Empresarial; Relações Trabalhistas; Saúde e Segurança; e Suprimentos, os riscos em todas as fases das nossas atividades, incluindo a nossa cadeia de valor. Em 2014, aplicamos a matriz de risco de violações de direitos humanos em sete projetos de capital, incluindo o Ferro Carajás S11D (no Brasil) e Corredor Nacala (em Moçambique), dois dos nossos maiores empreendimentos.

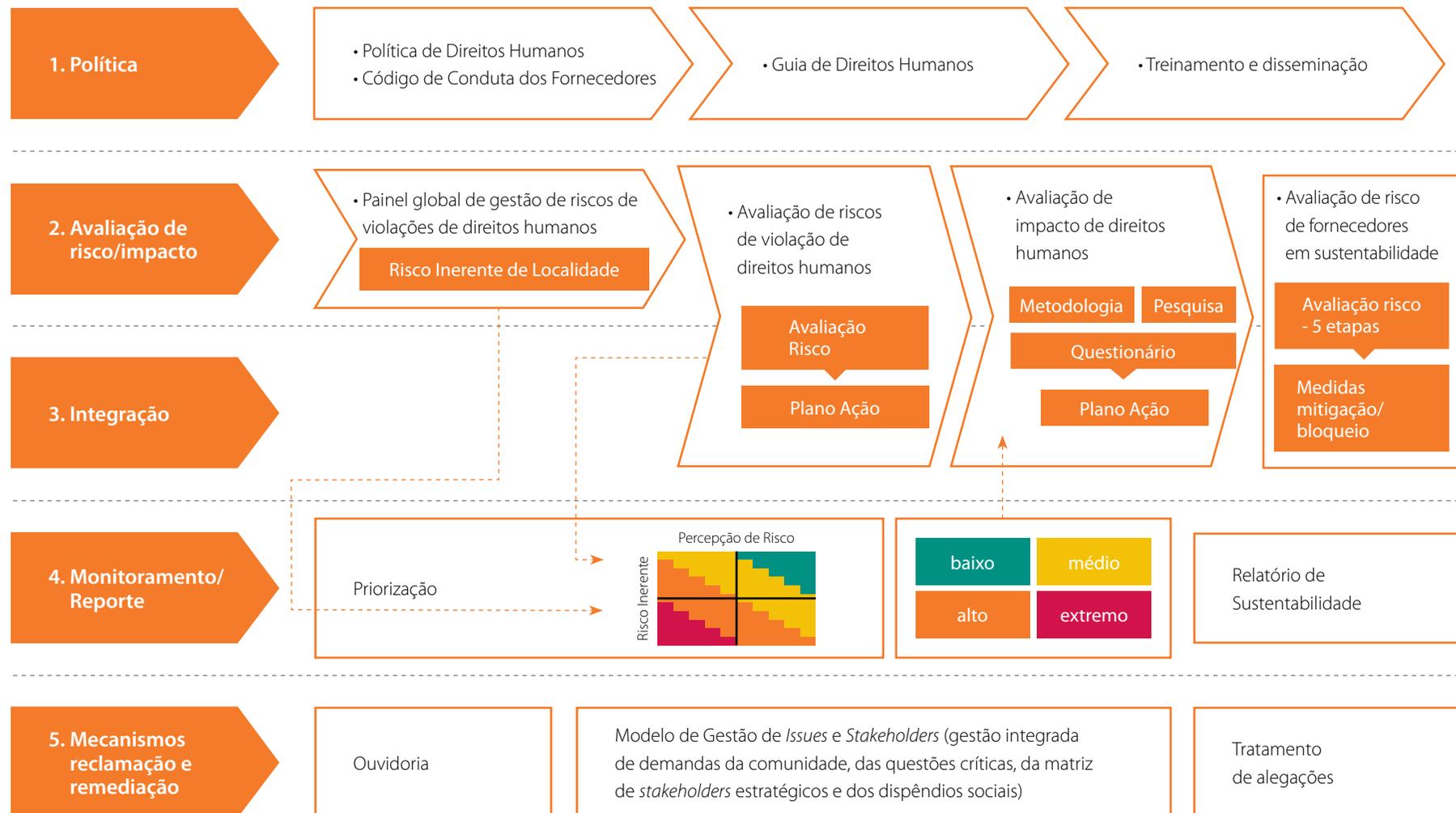


Em 2014

revisamos e atualizamos nossa Política de Direitos Humanos e nosso Guia de Direitos Humanos para engajar nossos empregados no tema



Processo de gestão de direitos humanos





Marcia Toledo

Uma de nossas ferramentas para avaliação de impactos é o painel estratégico de gestão de riscos de violações de direitos humanos, que cumpre a função de detectar os locais com maior risco de ocorrência de práticas de trabalhos infantil, forçado ou análogo ao escravo, dentre outras



Kaïque Alves

Uma de nossas ferramentas para avaliação de impactos é o painel estratégico de gestão de riscos de violações de direitos humanos, que cumpre a função de detectar os locais com maior risco de ocorrência de práticas de trabalhos infantil, forçado ou análogo ao escravo, dentre outras. Em relação aos nossos empregados, o risco quanto a essas práticas e à exposição de jovens a trabalhos perigosos é inexistente. Adotamos processo rigoroso em nossas contratações de empregados – todos os contratados são maiores de 18 anos – e controlamos o acesso às nossas dependências.

Os princípios e valores da Vale são divulgados por meio do Código de Ética e Conduta de Fornecedores, documento que é assinado pelos nossos fornecedores e que especifica a proibição da utilização de trabalho infantil e forçado ou análogo ao escravo.

Temos aprimorado continuamente a avaliação de risco de fornecedores. Uma das iniciativas foi o projeto piloto de análise de risco de sustentabilidade, realizado em 2013, que teve como resultado a melhoria do processo, contemplando riscos ambientais, de saúde e segurança e de direitos humanos. Em 2014, aplicamos a metodologia aprimorada nos fornecedores de serviço do projeto Ferro Carajás S11D. Como resultado, 24 deles passaram por auditoria externa de direitos humanos. Caso violações de direitos humanos pelos nossos fornecedores sejam comprovadas, por órgãos governamentais ou por meio de instrumentos legais, os responsáveis são notificados para adotarem ações corretivas. Se isso não ocorrer, as empresas estarão sujeitas a medidas disciplinares, que incluem o encerramento dos contratos.



Os fornecedores assinam o Código de Ética e Conduta de Fornecedores, que orienta sobre nossos princípios

Mecanismos de diálogo IP3.5, IP4.14, IP4.15, IP4.16

A qualidade de vida dos nossos profissionais, o desenvolvimento social e a proteção ambiental são prioridades para nós, que investimos ainda em soluções e tecnologias alinhadas ao desenvolvimento sustentável. Enfrentar com sucesso os desafios relacionados a essa forma de atuar requer diálogos constantes com todos os atores sociais, entre os quais governos, academia e comunidades do entorno de nossas operações. Mantemos à disposição desses e de outros públicos as seguintes ferramentas de comunicação, consulta ou diálogo:

Público em geral

- Relatório de Sustentabilidade
- Ouvidoria (descrito em www.vale.com)
- Fale Conosco (disponível em www.vale.com)
- Nossos sites (Global, Brasil, Canadá, Austrália, Indonésia, Japão, China e Nova Caledônia, Omã e Moçambique)
- Pesquisa de reputação em áreas de atuação e grandes capitais no Brasil⁹
- Campanhas de comunicação
- Redes sociais (Facebook, Youtube, Twitter, LinkedIn e Instagram)

Acionistas, debenturistas e investidores

- Relatórios 20-F, *press releases*, fatos relevantes, convocação e atas da Assembleia Geral de Acionistas, relatórios financeiros trimestrais (ITR), formulário de referência
- *Webcast* e *conference calls*
- Visitas às nossas operações
- Encontros com investidores
- Correio eletrônico: rio@vale.com
- Telefone de contato do Departamento de Relações com Investidores: 55-21-3814-4540
- Ouvidoria (descrito em www.vale.com)
- Área de Investidores em www.vale.com
- Aplicativo para iPad Vale Investors & Media – App Store

Clientes

- Campanhas
- Eventos especiais
- Visitas e encontros em nossas dependências
- Pesquisas de satisfação
- Ouvidoria (descrito em www.vale.com)
- Fale Conosco (disponível em www.vale.com)

Empregados

- Informativo eletrônico diário com interatividade
- Informativo impresso mensal
- Jornais murais nas operações
- Publicações internas
- Intranet (Global, Brasil, Canadá, Moçambique, Suíça-Áustria e Malásia)
- Pesquisa global do empregado¹⁰
- Eventos especiais, campanhas internas e ações de comunicação direta
- Comitês de Comunicação
- Ouvidoria (descrito em www.vale.com)
- Fale Conosco (disponível em www.vale.com)
- Redes sociais (Facebook, Youtube, Twitter, LinkedIn e Instagram)

Fornecedores

- Visitas e encontros em nossas dependências
- Programas de intercâmbio
- Reuniões estruturadas e *workshops* colaborativos
- Ouvidoria (descrito em www.vale.com)
- Portal Ariba (portal de avaliação e interface com os fornecedores)
- *Conference calls*
- Telefone e e-mails
- Área de Fornecedores em www.vale.com

Comunidades

- Comitês de interlocução – reuniões periódicas entre nossos representantes, comunidades, Poder Público local e demais empresas presentes no território
- Diagnósticos sociais participativos
- Diagnósticos socioeconômicos
- Encontros para consulta prévia
- Audiências públicas
- Visitas às unidades
- Processo de diálogo social
- Programa Encontro com Lideranças
- Publicação externa – notícias
- Alô Ferrovias – canal de atendimento aos usuários dos trens de passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e Estrada de Ferro Carajás (EFC) – Telefone 0800 285 7000
- Ouvidoria (descrito em www.vale.com)
- Encontros de diálogo social
- Contatos diretos com equipe de Relações com Comunidade (presenciais e por telefone)
 - Visitas às comunidades
 - Contatos por telefone
 - Contatos por e-mail
- Contatos diretos com demais áreas
 - Contatos com as equipes da área de Segurança
 - Contatos diretos com maquinistas e/ou demais equipes da ferrovia
- Fale Conosco (disponível em www.vale.com)
- Redes sociais (Facebook, Youtube, Twitter, LinkedIn e Instagram)

9. Estudo quantitativo realizado pelo Instituto Vox Populi no Brasil.

10. Estudo quantitativo realizado pela área de Recursos Humanos para os nossos empregados.



A participação em fóruns, instituições e outras iniciativas são oportunidades de acompanhar as tendências globais em desenvolvimento sustentável



Poder Público e sociedade civil

- Participação em associações e entidades
- Encontros para consulta prévia
- Entrevistas
- Ouvidoria (descrito em www.vale.com)
- Visitas e encontros em nossas dependências
- Participação em conferências, fóruns e debates

Imprensa

- Sala de Imprensa (em www.vale.com)
- Aplicativo para iPad Vale Investors & Media – App Store
- Telefones e e-mails de contato com assessores (disponíveis na Sala de Imprensa)
- Webcast
- Coletivas de imprensa presenciais
- Conference calls
- Entrevistas presenciais
- Visitas às nossas operações
- Visitas às redações
- Rodas de conversa

- Releases e notas
- Almoços de relacionamento
- Ouvidoria (descrito em www.vale.com)

Participações institucionais

A participação em fóruns, instituições e outras iniciativas são oportunidades de acompanhar as tendências globais em desenvolvimento sustentável e de conhecer boas práticas, além de permitir a troca de experiência entre as empresas. Acompanhamos discussões sobre políticas ambientais, comerciais, energéticas, de desenvolvimento sustentável, de transparência, entre outras.

Participamos de associações regionais e de organizações internacionais que promovem a sustentabilidade com abrangência além do setor extrativo. Trabalhamos ativamente como membro do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM) até maio de 2014. Desde então, em consonância com nossa linha de atuação de pensar globalmente, mas agir

localmente, estamos em processo de desligamento do ICMM, visando focar mais fóruns nacionais e regionais. A seguir, destacamos algumas de nossas principais atividades em entidades e associações. **IP4.12, IP4.13**

- **Columbia Center on Sustainable Investment (CCSI)** | Em 2014, o Vale Columbia Center on Sustainable International Investment (VCCI) tornou-se o Columbia Center on Sustainable Investment (CCSI), contando com o nosso contínuo apoio na busca de diversificação de suas fontes de recursos. O CCSI procura avançar uma agenda de desenvolvimento sustentável por meio da parceria entre investidores, academia e governos, reafirmando o papel essencial desempenhado por investidores responsáveis. Somos membros-fundadores e principais patrocinadores do antigo VCCI, uma parceria entre o Instituto Terra e a Faculdade de Direito da Universidade Columbia, nos Estados Unidos, liderada pelo professor e renomado economista desenvolvimentista Jeffrey Sachs.

■ **Pacto Global da Organização das Nações Unidas (Global Compact) |**

Desde 2007 somos signatários e seguimos os dez princípios propostos pelo Pacto Global¹¹. A convite da ONU, integramos, desde 2010, a plataforma Global Compact Lead, que reúne empresas líderes em questões de sustentabilidade já engajadas na iniciativa do Pacto Global. Mais informações no quadro ao lado.

■ **Comitê Consultivo de Empresas e Indústria da OCDE (BIAC) |**

Monitoramos e participamos ativamente de comitês relevantes para o nosso setor, como o Comitê de Matérias-Primas, Governança Corporativa, Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente, Energia e Comércio, entre outros. Além disso, na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), participamos de comitês de interesse para nossos negócios, como o Comitê do Aço, e de grupos de trabalho, como o Diálogo de Políticas para o Desenvolvimento Baseado em Recursos Naturais e o Grupo Consultivo sobre Engajamento das Partes Interessadas e *Due Diligence* no setor extrativo.

■ **Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês) |**

Até setembro de 2014, atuamos como membro promovendo, em suas diferentes esferas, uma agenda estratégica dos desafios globais enfrentados pelo setor privado que impactam diretamente o setor extrativo, particularmente a indústria de mineração. Participamos ativamente do Grupo Industrial sobre Mineração e Metais e de duas ações relevantes para o setor: Iniciativa para o Desenvolvimento Mineral Responsável (RMDI, na sigla em inglês) e Mineração e Metais em um Mundo Sustentável em 2050. Ambas debatem novos modelos de investimento em infraestrutura no setor de mineração e metais e o papel da mineração em um mundo sustentável.

¹¹. O índice remissivo deste relatório apresenta a correlação das nossas práticas e do nosso desempenho com os respectivos princípios do Pacto Global.

Pacto Global

Firmamos compromisso com a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, com a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Em prol dessa maior cooperação na plataforma Global Compact Lead, desde 2011, participamos de programas relacionados a assuntos como energia sustentável e engajamento com populações indígenas.

Além disso, participamos dos grupos que tratam da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e de novas formas de reporte empresarial, desde 2013. O grupo sobre Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 submeteu uma proposta de texto ao Secretário-Geral da ONU, incluindo a perspectiva empresarial, contribuindo para a definição dos objetivos de desenvolvimento sustentável que serão lançados pelos países-membros da ONU no segundo semestre de 2015. Já o grupo sobre novas formas de reporte empresarial tem como objetivo melhorar a habilidade das empresas de reportarem informações de sustentabilidade integradas aos dados econômicos. Durante 2014, investidores foram convidados a participar de reuniões e compartilhar os planos para a integração dos aspectos de sustentabilidade nas decisões de investimento. Destaca-se também nossa participação na Rede Brasileira do Pacto Global, em que atuamos no Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG).

- **Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, na sigla em inglês)** | Colaboramos com o desenvolvimento do projeto do WBCSD Ação 2020, cujo objetivo é apontar caminhos para as empresas exercerem seu papel no desafio por um planeta sustentável até 2050, com sugestões de políticas públicas e soluções empresariais. Em 2014, nossa principal contribuição foi nos grupos de trabalho sobre mudanças climáticas, ecossistemas, talentos, empregos, necessidades e direitos básicos. Mais informações no quadro ao lado.
- **Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável (SDSN)** | Fazemos parte tanto do Comitê Executivo quanto do Comitê de Liderança e participamos das discussões do grupo temático sobre boa governança dos recursos extrativos e do de biodiversidade.
- **Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)** | Participamos de diversas iniciativas e Programas Especiais promovidos pelo Instituto e demais parceiros, visando ao fomento do desenvolvimento sustentável por meio de estudos, manuais, guias, pesquisas, inovação e o uso das mais modernas tecnologias disponíveis.

WBCSD

Participamos do *workshop* do WBCSD e da International Finance Corporation (IFC), sobre capacitação e emprego, e do *workshop* de Direitos Humanos do WBCSD. No primeiro, foi aceita a nossa sugestão de colher exemplos práticos sobre como a indústria de mineração contribui para a criação de empregos e capacitação – o material subsidiou o relatório *Meeting the skills gap: best practices of WBCSD members in emerging markets*, publicado no início de 2015.

Na área de direitos humanos, contribuimos para os esforços da organização, compartilhando nossas boas práticas na operacionalização dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, que serviu de base para outro relatório, *Scaling up Action on Human Rights: Operationalizing the UN Guiding Principles for Business and Human Rights*, publicado no fim de 2014. Também interagimos com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), representante do WBCSD no Brasil.

Participação em entidades e associações

Globais

- Business for Social Responsibility (BSR)
- Centre National de Recherche Technologique Nickel et Son Environnement (CNRT Nickel)
- Cobalt Development Institute
- Columbia Center on Sustainable Investment (CCSI)
- Comitê Consultivo de Empresas e Indústria da OCDE (Biac)
- Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD)
- Fórum Econômico Mundial (WEF)
- Fundo Global para o Combate a Aids, Tuberculose e Malária (Global Fund)
- Global Business Coalition on HIV/Aids, Tuberculosis and Malaria (GBC)
- Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa (EITI)
- International Chamber of Commerce (ICC)
- Pacto Global da Organização das Nações Unidas (Global Compact)
- Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável (SDSN)
- Reputation Institute
- Sustainability 50
- The Nickel Institute

Regionais

- Conselho Empresarial do BRICS
- European Association of Metals (Eurometaux)
- European Steel Association (Eurofer)
- Fórum de CEOs Brasil-Canadá
- Fórum de CEOs Brasil-EUA
- Instituto Latino-Americano de Ferro e Aço (Ilafa)

Nacionais

- Academia Brasileira de Ciências (ABC)
- Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib)
- Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB)
- Associação dos Terminais Portuários Privados (ATP)
- Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF)
- Centro de Estudos Brasileiros de Relações Internacionais (Cebri)
- Comitê da Rede Brasileira do Pacto Global (CBPG)
- Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
- Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)
- Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- NSW Minerals Council
- Queensland Resource Council
- The Mining Association of Canada (MAC)

Reconhecimento e premiações IP2.10

Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo

Fomos listados pelo quinto ano consecutivo no ISE/BOVESPA, com vigência para 2015.

CDP Climate Change

Apresentamos a segunda maior pontuação de transparência na avaliação do questionário do CDP entre as empresas da América Latina e integramos pela quinta vez o índice CDLI (Climate Disclosure Leadership Index).

Programa Brasileiro do GHG Protocol

Nosso inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) foi qualificado com o selo Ouro do programa pelo quinto ano consecutivo.

Índice Carbono Eficiente (ICO2)

Participamos do Índice Carbono Eficiente (ICO2), desenvolvido pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Prêmio Época Empresa Verde

Ficamos entre as 22 empresas premiadas, com destaque na categoria Inovação Verde, com a iniciativa da peneira industrial, que separa as impurezas sem gastar água e reduz a quantidade de resíduos, em Carajás (PA).

16º Prêmio de Excelência da Indústria Minerometalúrgica Brasileira

Fomos reconhecidos por nossa qualidade e eficiência em soluções para mineração, durante a 16ª edição do prêmio promovido pela revista *Minérios e Minerale*s.

Executivo de Valor

Em 2013, nosso Diretor-Presidente, Murilo Ferreira, foi premiado na categoria Mineração do prêmio Executivo de Valor, iniciativa do jornal Valor Econômico, como reconhecimento por suas habilidades na condução dos negócios e gestão.



Fomos listados pelo quinto ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE/BOVESPA, com vigência para 2015



Empresas dos sonhos dos jovens

Ocupamos a quinta posição na votação que escolheu as Empresas dos Sonhos dos Jovens em 2014. A pesquisa realizada pela Cia de Talentos, em parceria com a Nextview People, contou com mais de 51 mil respostas de jovens entre 17 e 26 anos.

As empresas mais admiradas no Brasil

Ocupamos o 8º lugar da pesquisa As Empresas Mais Admiradas no Brasil, promovida pela revista *Carta Capital*.

Empresa de melhor reputação no País

Ocupamos o 6º lugar no levantamento das empresas com melhor reputação no Brasil, publicado pela revista *Exame*. Nosso Diretor-Presidente foi citado como o nono líder mais admirado do Brasil.

As empresas mais sustentáveis do Brasil

Segundo o *Guia Exame de Sustentabilidade* 2014, ficamos entre as 61 empresas mais sustentáveis do Brasil.

Inovação ambiental

O Fundo Vale ganhou o 10º Prêmio Brasil Ambiental, da Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro (Amcham), na categoria Inovação Ambiental.

Humanidade

O Fundo Vale recebeu o Prêmio von Martius de Sustentabilidade, da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, na categoria Humanidade.

Melhor parceiro sustentável

A Vale foi premiada na 5ª edição do Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza da Revista *Ecológico* de Minas Gerais, na categoria de Melhor Parceiro Sustentável.

Conformidade legal

Em 2014, registramos a existência de 306 processos relevantes¹², 119 judiciais e 187 administrativos. Nesse período, a Vale não sofreu sanção de caráter não pecuniário e não houve pagamento de multas relevantes¹³. **so8**

Civil

Em 2014, a Rio Tinto ajuizou ação contra a Vale, BSGR e outros perante a United States District Court for the Southern District of New York, alegando violação da legislação federal (RICO – Racketeer Influenced and Corrupt Organizations) relacionada à perda pela Rio Tinto de determinados direitos minerários em Simandou, à transferência desses direitos à BSGR e ao investimento feito pela Vale na VBG. Nós nos defendemos veementemente na referida ação, que entendemos não ter mérito.

Continuam a tramitar, na Justiça, 69 processos envolvendo a Vale, sem valor econômico definido, que contestam a legalidade da nossa privatização, ocorrida em 1997, todos ainda pendentes de decisão judicial final. Em nossa opinião, essas ações não devem afetar o resultado do processo de privatização ou produzir algum efeito negativo para a empresa.

Regulatório

Em 2012, no processo em que se discute a anulação da autorização que concede à Vale e outras empresas o direito de operação nos terminais de carvão e de produtos siderúrgicos em Praia Mole, no estado do Espírito Santo, a decisão da primeira instância, favorável à Vale, foi confirmada no âmbito do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região. A decisão final está pendente de confirmação, por causa da interposição de recursos, especial e extraordinário.

Tributário

Discutimos a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação aos lucros auferidos por coligadas e controladas no exterior para os períodos de 1996 a 2002 e 2013.

A empresa também contesta a cobrança de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), pelo estado do Pará e relacionada à base de cálculo do ICMS, na transferência do Minério de Ferro para o Maranhão.

A partir de 2014, a cobrança de ICMS supostamente incidente sobre o transporte próprio interestadual de minério de ferro, pelo estado de Minas Gerais, tornou-se relevante e é discutida em dois processos administrativos.

Contestamos ainda as exigências de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) em diversos processos administrativos e judiciais, concernentes a divergências de interpretação da legislação aplicável, bem como cobranças de PIS e COFINS e multas aplicadas.

¹². Os processos são considerados relevantes com base em pelo menos um dos seguintes critérios: a) em razão do valor, incluindo pedidos de indenizações e aplicação de multas acima de US\$2,15 milhões; b) em razão do tema de interesse da empresa ou de repercussão no público em geral; c) casos de paralisação das atividades. O total de processos relevantes não inclui um processo administrativo, encerrado em janeiro de 2015.

¹³. A Vale informa os casos existentes e que se encaixam no critério de relevância e divulga apenas os valores que apresentam uma quantia certa reconhecida como devida ou já paga, para melhor atender ao escopo dos indicadores **EN28** e **SO8** da GRI e para evitar eventuais distorções em relação à realidade dos processos administrativos e judiciais que, por estarem ainda pendentes de decisão final, normalmente não apresentam definição ou precisão quanto aos valores monetários em discussão. De qualquer forma, encontra-se disponível no Relatório 20-F da Vale uma estimativa de provisão de valores, conforme critérios contábeis.

Trabalhista

Prosseguem, no Brasil, as discussões judiciais sobre o recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pretendido pela União Federal, incidente sobre certas parcelas da folha de pagamento do período de 1999 a 2003.

Também prosseguem as discussões sobre acidentes fatais ocorridos no exercício de atividades laborais; condições de trabalho (períodos de descanso/temperaturas) na mina de potássio Taquari-Vassouras (Sergipe); terceirização de atividades de plano de fogo, detonação, operações com pás-carregadeiras e perfuratrizes e atividade de monitoramento de barragem de rejeitos nas minas do estado de Minas Gerais, que foi questionada pelo Ministério Público do Trabalho; e horas *in itinere* em Carajás, discutidas em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho. Nesse processo, foi celebrado acordo que está em fase de cumprimento.

Em outro caso judicial na Austrália, as operações da Integra Coal e a administração da Glennies Creek Coal estão sendo processadas por uma fatalidade de um empregado na mina Integra, em 2009. Uma investigação oficial (Coronial Inquest) foi realizada em novembro de 2012, na qual não foram encontradas evidências contra as operações da Integra Coal ou a gestão da Glennies Creek Coal. Em 2013, foram realizados julgamentos, porém, a validade das acusações foi contestada pelas empresas. O processo encontra-se em fase de análise das contestações, com expectativa de decisão judicial em 2015.

Concorrência desleal

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) arquivou, em setembro de 2014, os processos administrativos que investigavam possível conduta anticompetitiva em relação aos negócios de logística envolvendo a Companhia Portuária da Baía de Sepetiba (CPBS), nossa subsidiária. **SO7**

Plano de Ação em Sustentabilidade (PAS)

Nosso programa de remuneração variável atrela nosso desempenho econômico-financeiro à excelência operacional e à sustentabilidade, que estão vinculadas a temas que buscam nossa melhoria contínua. Esses indicadores têm foco em meio ambiente e, a partir de 2014, passaram a incorporar também questões sociais das unidades operacionais. Os indicadores ambientais consideram água, resíduos, emissões, energia direta e indireta e recuperação de áreas degradadas (RAD). Já os sociais contemplam as questões tratadas no modelo de gestão integrada de demandas (mais informações no capítulo Relações com as Pessoas). A tabela na página a seguir mostra as metas e os resultados alcançados em 2014.

Os resultados foram classificados considerando a escala de pontos variando de 0 a 125 (em substituição às faixas de 0 a 5, adotadas anteriormente), conforme listado abaixo:

- **Meta alcançada:** corresponde aos resultados iguais ou maiores a 100 pontos;
- **Meta parcialmente alcançada:** corresponde aos resultados iguais ou maiores a 50 pontos (até o limite da classificação acima). Para o negócio de níquel, a meta de geração de resíduos da unidade de Atlântico Norte foi parcialmente alcançada em razão da implantação de um novo modelo de destinação de resíduos. A demanda local por água impactou a meta de captação de água da unidade de Ásia Pacífico.
- **Meta não alcançada:** corresponde aos resultados menores que 50 pontos. A meta de captação de água para a unidade de níquel de Atlântico Norte não foi alcançada em razão do atraso na aquisição e instalação de equipamentos. **EN7**



Veja mais sobre nossas parcerias no
Capítulo Relação com as Pessoas.



Nosso programa de remuneração variável atrela nosso desempenho econômico-financeiro à excelência operacional e à sustentabilidade

Área de negócio	Indicadores	Métrica	Resultado 2014	Meta 2014 (variação média em relação a 2013)	Abrangência do negócio
Minério de ferro e Pelotas	EN3 – Consumo de energia direta	L Diesel/t movimentada	■	3% de aumento em 1 unidade	16,7%
	EN4 – Consumo de energia indireta	kWh/t produzida	■	10% de redução em 2 unidades	33,3%
	EN8 – Água retirada por fonte	m ³ /t de pelota produzida	■	33% de aumento em 1 unidade	16,7%
	EN10 – Água reciclada e reutilizada	%	■	4% de aumento em 4 unidades	66,7%
	EN20 – NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	Kg/t	■	Indicador novo para 1 unidade	16,7%
	EN22 – Peso total de resíduos	T/Mt movimentada	■	14% de redução em 2 unidades	33,3%
	Iniciativas Sociais Relevantes	% de ações concluídas	■	Primeiro ano de implantação do PAS	100,0%
	RAD – Recuperação de áreas degradadas	%	■	Manutenção da meta (100% de atingimento do Plano de RAD) em 3 unidades	50,0%
Cobre	EN3 – Consumo de energia direta	L Diesel/t movimentada	■	8% de redução em 1 unidade	50,0%
	EN4 – Consumo de energia indireta	kWh/t alimentada	■	Manutenção da meta em 1 unidade	50,0%
	EN8 – Água retirada por fonte	m ³ /t alimentada	■	32% de redução em 1 unidade	50,0%
	EN22 – Peso total de resíduos	T/Mt movimentada	■	37% de redução em 1 unidade	50,0%
	Iniciativas Sociais Relevantes	% de ações concluídas	■	Primeiro ano de implantação do PAS	50,0%
	Plano qualitativo – Energia	Milestones	■	Primeiro ano de implantação do PAS	50,0%
	Plano qualitativo – Meio Ambiente	Milestones	■	Primeiro ano de implantação do PAS	50,0%
Manganês	EN3 – Consumo de energia direta	L Diesel/t movimentada	■	Indicador novo para 1 unidade	100,0%
	EN4 – Consumo de energia indireta	pontos	■	Indicador novo para 1 unidade	100,0%
	EN8 – Água retirada por fonte	m ³ /t produzida	■	1% de aumento em 1 unidade	100,0%
	EN10 – Água reciclada e reutilizada	%	■	Indicador novo para 1 unidade	100,0%

Legenda	Quantidade	Percentual
■ Desafio alcançado (= 125)	44	67
■ Meta alcançada (≥ 100)	19	29
■ Meta parcialmente alcançada (≥ 50)	2	3
■ Meta não alcançada (< 50)	1	2
Total	66	100

Área de negócio	Indicadores	Métrica	Resultado 2014	Meta 2014 (variação média em relação a 2013)	Abrangência do negócio
Atlântico Norte	EN3 – Consumo de energia direta	L Diesel / MWh	■	Indicador novo para 2 unidades	66,7%
	EN4 – Consumo de energia indireta	kWh/t Níquel	■	Indicador novo para 1 unidade	33,3%
	EN8 – Água retirada por fonte	%	■	Indicador novo para 1 unidade	33,3%
	EN13 – <i>Habitats</i> protegidos ou restaurados	acres	■	Indicador novo para 1 unidade	33,3%
	EN21 – Descarte total de água, por qualidade e destinação	Kg	■	Indicador novo para 1 unidade	33,3%
	EN22 – Peso total de resíduos	Toneladas	■	Indicador novo para 1 unidade	100,0%
	MM3 – Quantidades totais de estéril, rejeitos e lamas e seus riscos associados	%	■	Indicador novo para 1 unidade	33,3%
	Iniciativas Sociais Relevantes	% de ações concluídas	■	Primeiro ano de implantação do PAS	100,0%
Níquel	Plano qualitativo – Energia	Milestones	■	Indicador novo para 2 unidades	66,7%
	EN21 – Descarte total de água, por qualidade e destinação	%	■	Primeiro ano de implantação do PAS	100,0%
	Iniciativas Sociais Relevantes	% de ações concluídas	■	Primeiro ano de implantação do PAS	100,0%
	Plano qualitativo – Energia	Milestones	■	Primeiro ano de implantação do PAS	100,0%
	Plano qualitativo – Meio Ambiente	Milestones	■	Primeiro ano de implantação do PAS	100,0%
Ásia-Pacífico	EN3 – Consumo de energia direta	GJ/t Ni produzida	■	Manutenção da meta em 1 unidade	50,0%
	EN8 – Água retirada por fonte	m ³ /t Ni produzida	■	15% de redução em 1 unidade	50,0%
	EN20 – NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	t SO ₂ /t Ni	■	14% de redução em 1 unidade	50,0%
	EN22 – Peso total de resíduos	Toneladas	■	6% de aumento em 1 unidade	50,0%
	Iniciativas Sociais Relevantes	% de ações concluídas	■	Primeiro ano de implantação do PAS	100,0%
	Plano qualitativo – Energia	Milestones	■	Indicador novo para 1 unidade	50,0%
Carvão	EN3 – Consumo de energia direta	L Diesel/t movimentada	■	Nova métrica de avaliação	50,0%
	EN4 – Consumo de energia indireta	KWh/t movimentada	■	Nova métrica de avaliação	50,0%
	EN16 – Total de emissões diretas de Gases de Efeito Estufa, por peso	tCO ₂ e/t movimentada (ROM kt)	■	Indicador novo para 1 unidade	50,0%
	Iniciativas Sociais Relevantes	% de ações concluídas	■	Primeiro ano de implantação do PAS	50,0%
	Plano qualitativo – Energia	Milestones	■	Avaliação qualitativa	50,0%
	Plano qualitativo – Meio Ambiente	Milestones	■	Primeiro ano de implantação do PAS	50,0%

Área de negócio	Indicadores	Métrica	Resultado 2014	Meta 2014 (variação média em relação a 2013)	Abrangência do negócio
Fertilizantes	EN3 – Consumo de energia direta	Vários	■	2% de redução em 4 unidades	100,0%
	EN4 – Consumo de energia indireta	KWh/t produzida	■	6% de redução em 4 unidades	100,0%
	EN8 – Água retirada por fonte	m³/t	■	7% de redução em 2 unidades	50,0%
	EN22 – Peso total de resíduos	t de Resíduo/t produzida	■	14% de redução em 1 unidade	25,0%
	Iniciativas Sociais Relevantes	% de ações concluídas	■	Primeiro ano de implantação do PAS	100,0%
Portos	EN3 – Consumo de energia direta	L Diesel/horas trabalhadas	■	Indicador novo para 1 unidade	33,3%
	EN4 – Consumo de energia indireta	kWh/t	■	Indicador novo para 2 unidades	66,7%
	EN8 – Água retirada por fonte	m³/kt movimentada	■	47% de redução em 1 unidade	33,3%
	EN10 – Água reciclada e reutilizada	%	■	40% de aumento em 1 unidade	33,3%
	EN20 – NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	%	■	Indicador novo para 1 unidade	33,3%
	EN22 – Peso total de resíduos	t/Mt movimentada	■	14% de redução em 3 unidades	100,0%
	Iniciativas Sociais Relevantes	% de ações concluídas	■	Primeiro ano de implantação do PAS	100,0%
Logística	EN3 – Consumo de energia direta	L /K TKB	■	Indicador novo para 2 unidades	100,0%
	EN8 – Água retirada por fonte	m³	■	Nova métrica de avaliação	100,0%
	EN22 – Peso total de resíduos	Toneladas	■	Nova métrica de avaliação	100,0%
	Iniciativas Sociais Relevantes	% de ações concluídas	■	Primeiro ano de implantação do PAS	100,0%
	Navios	Gestão de água de lastro (Normam 20)	%	■	13% de aumento em 1 unidade
Plano de Gestão de Eficiência Energética (Ship Energy Efficiency Management Plan – SEEMP)		Milestones	■	Avaliação qualitativa	100,0%
África	EN3 – Consumo de energia direta	L Diesel /TKB	■	Primeiro ano de implantação do PAS	100,0%
	EN22 – Peso total de resíduos	Kg/1000 TKB	■	Indicador novo para 1 unidade	100,0%
	Iniciativas Sociais Relevantes	% de ações concluídas	■	Primeiro ano de implantação do PAS	100,0%
Serviços Gerais	EN22 – Peso total de resíduos – disposição	%	■	9% de aumento em 1 unidade	100,0%

- Economia Mundial
- Mudanças Regulatórias
- Licenciamento Ambiental

Perspectivas do Negócio

O ano de 2014 foi marcado por sólido desempenho das nossas operações, apesar dos desafios impostos pelo declínio dos preços de *commodities*

Economia mundial

Na primeira década deste milênio, a economia chinesa foi um dos motores de crescimento da economia global, o que levou a um forte aumento na demanda por *commodities* minerais, culminando em preços internacionais mais elevados e, conseqüentemente, maior incentivo à produção devido ao aumento da rentabilidade dos projetos. Nos últimos anos, a mineração tem experimentado intensa volatilidade. A recondução do modelo econômico chinês, baseado em investimentos e exportações, para um novo padrão, com maior participação do setor de serviços e expansão do consumo, contribuiu em grande parte para taxas menores de crescimento mundial. O ajuste maior veio do setor imobiliário que, junto com o de infraestrutura, representa quase 60% do consumo de aço da China. A construção civil diminuiu seu ritmo de investimento depois de anos de expansão, impulsionados pelo surgimento de um mercado imobiliário privado, aumento da renda das famílias e estímulos do governo. O ajuste no setor imobiliário faz parte de uma mudança da política econômica

do governo chinês, que pretende, gradualmente, desenvolver o setor de serviços e o consumo interno e não mais estimular setores com excesso de investimentos, como no passado.

O ano de 2014 foi marcado por uma série de desafios e incertezas relacionados principalmente à queda brusca do preço das *commodities* minerais, especificamente de 47% de minério de ferro, em razão da desaceleração do crescimento mundial somado ao excesso de oferta dessas *commodities* no mercado. Esses fatores criaram um novo paradigma na indústria, fazendo com que as empresas do setor entrassem em período de mudanças estruturais em busca de aumentos de produtividade, gestão de custos e criação de valor para os investidores.

Diante desse novo cenário, direcionamos nossa estratégia de negócios para ativos e projetos de classe mundial, caracterizados por baixo custo, reservas abundantes, grande escala e maior capacidade de atravessar a volatilidade dos ciclos econômicos.

119,7 Mt

Foi a produção recorde alcançada no ano em Carajás. Ela somou-se a outras conquistas, como recordes de produção em minério de ferro, cobre e ouro e a melhor marca em níquel desde 2008

Buscamos, ainda, uma melhor utilização de nossa base de ativos, modelo operacional mais simples e estrutura enxuta. Além disso, queremos atingir a excelência na entrega de nossos projetos, reduzindo prazos e custos de implantação sem comprometer a segurança dos empregados, com respeito e transparência na relação com nossas partes interessadas, e adotar práticas sustentáveis ao longo de nossa cadeia de valor.

Valor adicionado **IP 2.8**

O ano de 2014 foi marcado por sólido desempenho das nossas operações, apesar dos desafios impostos pelo declínio dos preços de *commodities*. Atingimos recordes de produção em minério de ferro, cobre e ouro e a melhor marca anual em níquel desde 2008. Registramos recorde em Carajás de 119,7 Mt e a produção de minério de ferro foi de 331,6 Mt¹. Em cobre, atingimos a marca de 379,7 mil toneladas, com *ramp-up* de Salobo, que chegou a 98 mil toneladas. A produção de ouro, por sua vez, somou 321 mil oz, e a de níquel, de 275 mil toneladas.

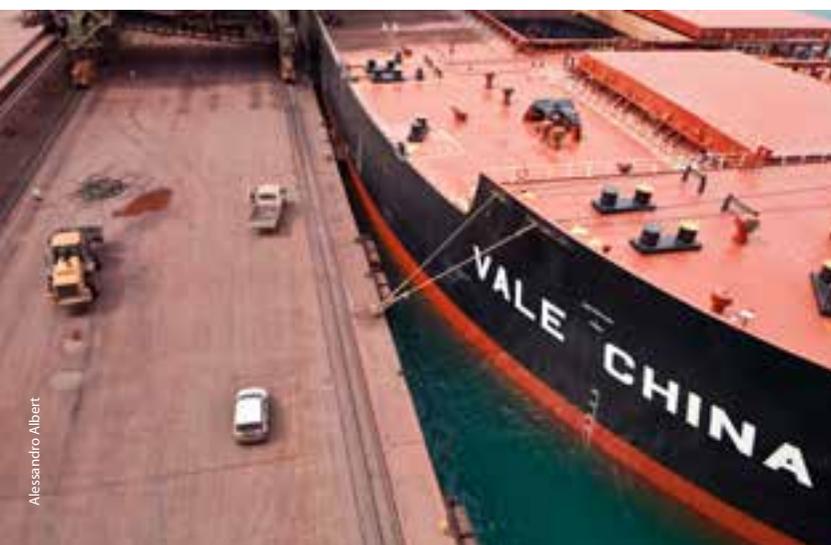
Paralelamente, reduzimos ainda mais nossas despesas no ano, em US\$ 1,2 bilhão², graças ao empenho dos nossos empregados para a manutenção de nossa competitividade na indústria da mineração, fruto de eficiência e austeridade. As despesas de vendas, administrativas e gerais (SG&A, na sigla em inglês), sem depreciação, apresentaram redução de 21,1% (US\$ 234 milhões) em relação a 2013. Redução ainda maior, de 45,9% (US\$ 747 milhões), foi registrada em despesas pré-operacionais e de parada (também sem depreciação), que passaram de US\$ 1,628 bilhão, em 2013, para US\$ 881 milhões.

Completamos oito projetos de capital (Tubarão VIII, Serra Leste, o centro de distribuição na Malásia, Vargem Grande, a quinta linha de Brucutu, Salobo II, Nacala e Long Harbour), a maioria deles no prazo previsto e de acordo com o orçamento. O Terminal Marítimo de Teluk Rubiah, em Lumut, na Malásia, começou a operar em novembro com capacidade para receber e exportar 30 milhões de toneladas de

minério de ferro por ano. No Canadá, comemoramos o primeiro níquel produzido pela nova usina hidrometalúrgica de Long Harbour, inaugurada com capacidade de produção de 50 mil toneladas métricas de níquel por ano, além de cobre e cobalto. Outra conquista foi o recorde de produção anual de 19 mil toneladas de níquel na Nova Caledônia, 3 mil toneladas a mais do que em 2013.

Ainda em 2014, reduzimos os nossos investimentos em US\$ 2,254 bilhões, negociamos parceria estratégica no negócio de carvão em Moçambique e desembolsamos US\$ 4,2 bilhões em dividendos, com a preservação de estrutura saudável de capital.

1. Não inclui a produção da Samarco.
2. Não inclui depreciação, amortização e o efeito não recorrente de transação de *goldstream*, no valor de US\$ 244 milhões.



1,2

bilhão de dólares
foi o valor da
redução das despesas
no ano, alcançado
graças ao empenho
dos empregados



Nosso lucro líquido básico, excluindo itens não recorrentes, foi de US\$ 4,419 bilhões, e a geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA ajustado, também excluindo itens não recorrentes, alcançou US\$ 13,353 bilhões, diminuição de 40,8% em comparação com os US\$ 22,560 bilhões de 2013, principalmente devido aos menores preços de *commodities*, que impactaram negativamente o EBITDA ajustado em US\$ 10,580 bilhões. Destaque nesse contexto foi o desempenho de metais básicos, que apresentou forte redução de custos operacionais e gerou um EBITDA ajustado de US\$ 2,521 bilhões no ano, 53,8% superior em comparação com 2013. Já o EBITDA ajustado de fertilizantes aumentou para US\$ 278 milhões em 2014 (em 2013, o valor era de US\$ 54 milhões negativos).

Intensificamos a pavimentação do nosso caminho rumo à forte geração de fluxo de caixa. Além da conclusão dos oito projetos de capital, recebemos as licenças para expandir a mina N4WS, em Carajás, dando suporte ao nosso plano de produção de minério de ferro para 2015 e 2016. Além disso, realizamos o acordo de investimento com Mitsui, que adquirirá 15% da nossa participação na Vale Moçambique (Mina de Moatize) e 50% de nossa participação no Corredor Logístico de Nacala, com um impacto estimado de US\$ 3,7 bilhões pela redução de nossos investimentos diretos nos projetos e recebimento de caixa. Também estendemos a licença de operação da PTVI até 2045.

Concluimos oito projetos de capital, a maioria deles no prazo previsto e de acordo com o orçamento

Valor gerado e distribuído

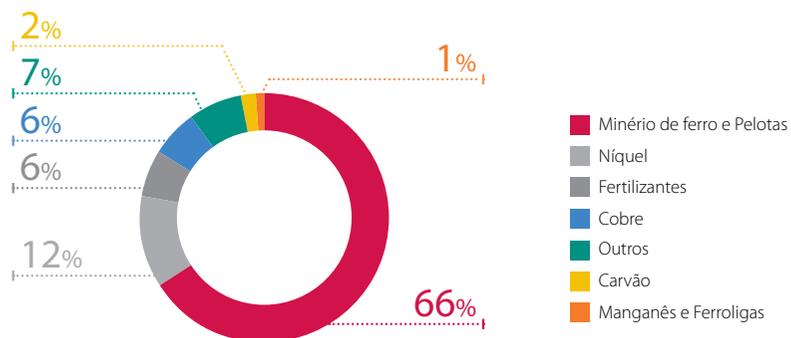
(Em US\$ milhões) **EC1, IP 2.8**

	Brasil	América do Sul, exceto Brasil	Canadá	América do Norte, exceto Canadá	Australásia	Europa	África	Oriente Médio	Total
Valor econômico direto gerado									
Receita de vendas	33.193	314	4.461	220	1.852	110	374	0	40.524
Valor econômico distribuído									
Custos operacionais	16.763	279	3.858	16	2.103	4	690	320	24.033
Salários e benefícios de empregados	2.730	37	959	4	418	31	26	49	4.254
Pesquisa e desenvolvimento	540	20	72	1	92	0	9	0	734
Pagamento para provedores de capital	8.300	0	0	810	0	0	0		9.110
Pagamentos ao governo	4.028	75	(361)		143	(237)	(13)		3.635
Recursos aplicados na comunidade	233	2	10	0	5	0	19	1	270
Total	32.594	413	4.538	831	2.761	(202)	731	370	42.036
Valor econômico gerado menos valor econômico distribuído	599	(99)	(77)	(611)	(909)	312	(357)	(370)	(1.512)

O padrão contábil utilizado é o IFRS, considerando alguns ajustes, conforme estabelecido pela metodologia GRI: além da receita operacional bruta, as receitas na tabela incluem os resultados financeiros e os provenientes de vendas de ativos.

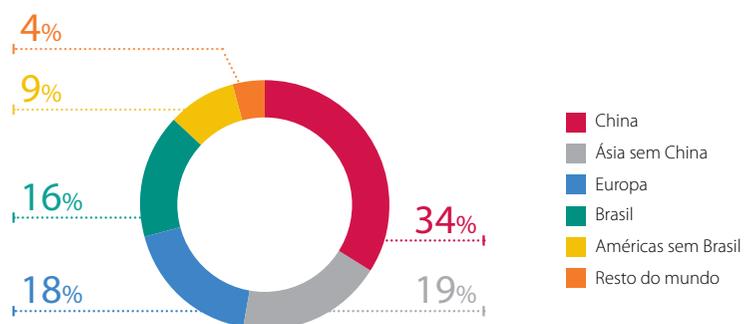
Receita líquida por produto

US\$ 37,5 bilhões



Receita líquida por destino

US\$ 37,5 bilhões



Volume de produção em mil toneladas métricas (a menos que informado)

	2013	2014
Minério de ferro	310.392 ^I	331.556 ^I
Pelotas	49.558 ^{II}	55.020 ^{II}
Minério de manganês	2.378	2.352
Ferroligas	176	171
Carvão metalúrgico	6.885	6.442
Carvão térmico	1.878	2.202
Níquel	260	275
Cobre	370	380
Cobalto (toneladas)	3.532	3.743
Platina (milhares de onças troy)	145	182
Paládio (milhares de onças troy)	352	398
Ouro (milhares de onças troy)	286	321
Potássio	492	492

^I. Incluindo compras de minério de terceiros e excluindo a produção da Samarco.

^{II}. Incluindo a produção da Samarco atribuível à Vale, de 50%.



O desempenho de Metais Básicos apresentou forte redução de custos operacionais e EBITDA ajustado de US\$ 2,521 bilhões



A maior parte dos recursos investidos em ferrosos está relacionada às iniciativas de crescimento no negócio de minério de ferro



Fosfatados	2013	2014
Rocha fosfática	8.277	8.421
Fosfato monoamônio (MAP)	1.128	1.065
Superfosfato triplo (TSP)	905	910
Superfosfato simples (SSP)	2.102	1.854
Fosfato bicálcico (DCP)	444	502

Nitrogenados	2013	2014
Amônia	347	178
Ureia	219	-
Ácido nítrico	416	469
Nitratoamônico	419	485

Investimentos

Em 2014, nossos investimentos (crescimento e manutenção) totalizaram US\$ 11,979 bilhões, com redução de US\$ 2,254 bilhões³ em relação a 2013, principalmente em razão da entrega de projetos no ano, além de otimização de escopo, eficiência na execução de projetos e câmbio.

A maior parte dos recursos investidos em ferrosos está relacionada às iniciativas de crescimento no negócio de minério de ferro, especificamente a expansão de Carajás e infraestrutura relacionada; projeto Itabirito; e rede de distribuição global, com destaque para o centro de distribuição na Malásia. Também investimos no projeto de Moatize II e em sua logística associada – o Corredor Nacala.

Para 2015, otimizamos e reduzimos nosso plano de investimentos de capital para US\$ 10,2 bilhões, mantendo disciplina na alocação de capital e focando apenas projetos de classe mundial. Os próximos anos exigirão muita disciplina em razão de nossos investimentos para concluir Moatize II, em Moçambique, em 2015; e S11D, no Pará, em 2016.

³ Incluindo US\$ 602 milhões em investimentos na Vale Logística Integrada (VLI) em 2013.

Investimentos por tipo

Em US\$ bilhões

	2013	2014	2015 ^I
Execução de projetos	9,6	7,9	6,4
Manutenção das operações	4,6	4	3,8
Total	14,2	11,9	10,2

I. Orçamento de investimentos.

Nossos impactos, tanto positivos quanto negativos, são geridos desde a fase do planejamento do projeto até o seu encerramento

No próximo ano, intensificaremos a simplificação de nossa estrutura corporativa e os cortes de custos, ao mesmo tempo em que aceleraremos os desinvestimentos e as parcerias para criar valor e construir os fundamentos para uma geração de fluxo de caixa ainda mais sólida de 2017 em diante, por meio de uma carteira de projetos com ativos de classe mundial com potencial para gerar retornos que remunerem bem o capital investido.

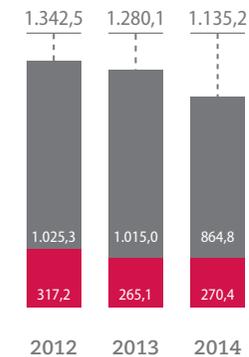
Dispêndios socioambientais EC8, EN30

Realizamos a gestão dos nossos impactos positivos e negativos desde a fase de concepção de projetos até o encerramento, incluindo as etapas de implantação, operação e fechamento (mais informações nos capítulos Relação com as Pessoas e Relação com o Meio Ambiente e

Mudanças Climáticas). Nosso compromisso com a sustentabilidade se reflete nos investimentos de US\$ 1,135 bilhão, 16,4% superior à nossa previsão (US\$ 975 milhões). Desse total, US\$ 864,8 milhões foram destinados à proteção e conservação ambiental (37% voluntários e 63% referentes a requisitos legais), e US\$ 270,4 milhões a projetos sociais (58% voluntários e 42% obrigatórios). No Brasil, foram aplicados 74% dos dispêndios ambientais e 86% dos sociais.

Dispêndios socioambientais

US\$ milhões



	2012	2013	2014
■ Ambientais	1.025,3	1.015,0	864,8
■ Sociais	317,2	265,1	270,4
Total	1.342,5	1.280,1	1.135,2

Tipo de dispêndios ambientais (US\$ milhões)	Valor	%
Barragens, diques e pilhas de estéril	314,8	36,4%
Outras categorias	107,5	12,4%
Resíduos	87,5	10,1%
Recursos hídricos	76,4	8,8%
Emissões atmosféricas	74,8	8,6%
Gestão ambiental	66,8	7,7%
Recuperação de áreas degradadas	31,9	3,7%
Programas e condicionantes	25,8	3,0%
Remediação de áreas contaminadas	18,7	2,2%
Produtos perigosos	14,4	1,7%
Desmobilização e fechamento de mina	12,2	1,4%
Estudos ambientais	11,2	1,3%
Atendimento a ocorrências ambientais	7,5	0,9%
Estudos ambientais e processos de licenciamento ambiental	4,0	0,5%
Gestão da biodiversidade	3,6	0,4%
Mudanças climáticas e Gases de Efeito Estufa (GEE)	2,0	0,2%
Medidas compensatórias	1,4	0,2%
Preparação de resposta a emergências ambientais	1,2	0,1%
Novas tecnologias ambientais	1,0	0,1%
Treinamento ambiental	0,8	0,1%
Gestão e índices de sustentabilidade	0,7	0,1%
Ruído e vibração	0,6	0,1%
Compensação ambiental	0,1	0,0%
Áreas contaminadas	0,0	0,0%
Total	864,8	100%

Tipo de dispêndios sociais (US\$ milhões)	Valor	%
Desenvolvimento humano ^I e econômico	102,6	38,0%
Gestão de impacto ^{II}	62,4	23,0%
Infraestrutura	50,6	19,0%
Patrocínio ^{III}	31,5	12,0%
Doação para Fundação Vale	23,1	9,0%
Diagnóstico socioeconômico/PGIS	0,2	0,0%
Total	270,4	100,0%

I. Desenvolvimento humano, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é aquele que situa as pessoas no centro do desenvolvimento, trata da promoção do potencial das pessoas, do aumento de suas possibilidades e do desfrute da liberdade de viver que valorizam.

II. Gestão de impacto: ações mitigadoras ou corretivas para reduzir significativamente o efeito dos impactos gerados em consequência da nossa presença. Tais ações devem promover soluções sustentáveis às questões observadas.

III. Patrocínio: iniciativa que visa ao fortalecimento da imagem institucional e é conduzida por diretrizes corporativas predefinidas. Por meio do patrocínio, são transferidos recursos, bens ou serviços exclusivamente a pessoas jurídicas, para a viabilização de um determinado projeto, que deve prever a utilização da nossa marca e a definição de contrapartidas alinhadas aos nossos objetivos estratégicos.

16,4%

Percentual de aumento dos investimentos destinados à proteção e conservação ambiental e a projetos sociais em relação ao valor previsto

Mudanças regulatórias

A mineração é uma atividade desempenhada por concessão governamental e, portanto, está sujeita a regulamentações específicas. Em junho de 2013, o governo brasileiro enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei nº 5.807/2013, propondo alterações ao Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (legislação mineral vigente). O projeto de lei, atualmente em discussão na Câmara dos Deputados, dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração (ANM) e dá outras providências. Outras informações sobre questões regulatórias estão disponíveis no Relatório 20-F.

Licenciamento ambiental

Tanto a instalação de novas operações quanto a ampliação de nossas unidades estão sujeitas ao licenciamento ambiental – processo pelo qual são identificados os impactos socioambientais dos projetos e propostas e medidas necessárias de controle alinhadas à legislação sobre o tema (mais informações sobre os impactos biofísicos no quadro a seguir e, sobre os impactos socioeconômicos, no capítulo **Relação com as Pessoas**). Além de atender ao requisito legal, a fase de licenciamento é uma oportunidade de reforçarmos nosso compromisso com o desenvolvimento de projetos cada vez mais sustentáveis, com a mensuração dos impactos socioambientais relacionados a cada uma de suas fases (planejamento, implantação, operação e fechamento) e com a proposição de medidas adequadas de mitigação, monitoramento e compensação. Na etapa de conclusão das atividades, avançamos nos planos de fechamento de mina, desenvolvidos em consonância com as normas internacionais (veja mais sobre esse assunto no **Capítulo Relação com as Pessoas**).

Por variar de acordo com o país ou estado onde vigora, o processo de licenciamento ambiental exige conhecimento prévio tanto da legislação aplicável quanto dos territórios de interesse. Para orientar a condução desse processo, mantemos ferramentas de gestão e diretrizes técnicas, como o Guia de Boas Práticas – Licenciamento Ambiental e Meio Ambiente, disponível para Brasil, Canadá, Moçambique e Peru; o Guia de Relacionamento com Comunidades; o Manual de Relação com Comunidades para Projetos de Capital; o Guia para Programa de Educação Ambiental; e a Metodologia da Licença para Operar.

As diretrizes e ferramentas desenvolvidas, aliadas à atuação de especialistas, subsidiam a adequada gestão do processo de licenciamento com as instituições envolvidas, o que é fundamental para o planejamento adequado dos projetos e, conseqüentemente, para os planos de produção e desenvolvimento de novos negócios. Além das licenças ambientais emitidas pelo órgão ambiental licenciador, há uma série de autorizações, permissões e anuências que devem ser observadas e que variam de acordo com a legislação vigente.

Para estabelecer uma comunicação mais clara e transparente com as instituições licenciadoras, estamos adotando ações internas para proporcionar uma única interface de atuação. Como resultado dessas ações, obtivemos, em 2014, entre outras, licenças ambientais que possibilitaram a expansão e continuidade das atividades de operação das minas de N4 e N5, em Carajás, que representam avanço no processo de crescimento da nossa produção de minério de ferro.



Veja mais sobre os impactos socioeconômicos no **Capítulo Relação com as Pessoas**.

N4, N5

Minas cujas licenças ambientais representam avanço do processo de crescimento da nossa produção de minério de ferro

Potenciais impactos biofísicos IP1.2

- Alteração da qualidade do ar
- Alteração dos níveis de pressão sonora e de vibração
- Perda de solo
- Alteração na dinâmica hídrica superficial e subterrânea
- Redução da disponibilidade hídrica (superficial e subterrânea)
- Alteração da qualidade da água (superficial e subterrânea)
- Supressão de cavidades naturais subterrâneas
- Modificação do relevo
- Modificação da paisagem
- Perda de *habitat* nas áreas de operações das minas
- Fragmentação de ecossistemas
- Redução da população de comunidades da fauna terrestre e aquática
- Eliminação de espécimes vegetais e redução nas respectivas populações
- Redução da biomassa vegetal
- Intensificação dos processos de erosão do solo e de sedimentação de corpos d'água
- Modificação das propriedades do solo
- Redução do potencial de produção agrícola
- Aumento da disponibilidade de água subterrânea (rebaixamento do lençol freático)
- Fragmentação e efeito de borda
- Afugentamento de fauna
- Modificação das comunidades da biota
- Alterações de funções fisiológicas vegetais
- Perda de *habitats* da fauna fora das áreas de mineração
- Incremento do índice de atropelamento da fauna
- Aumento da pressão de caça e coleta clandestina da fauna
- Aumento da incidência de doenças transmitidas por vetores animais
- Perda de riqueza e diversidade e declínio populacional de espécies da fauna

Relação com as Pessoas

- Respeito à Vida
- Engajamento dos Empregados
- Desenvolvimento Territorial
- Relacionamento com as Comunidades

Respeito à vida

Para assegurar a perda zero, temos investido continuamente no nosso bem mais precioso: as pessoas. “Cuidar das pessoas” é um de nossos cinco pilares estratégicos e “A vida em primeiro lugar” é um dos nossos valores. Por meio da disseminação de conceitos e práticas e da aplicação de soluções inovadoras que visam à prevenção de lesões e doenças, nosso desempenho e cultura em saúde e segurança evoluíram nos últimos anos.

Ainda assim, há um caminho a percorrer para alcançarmos a perda zero, que abrange:

- Zero vidas perdidas
- Zero vidas mudadas devido a doenças ou lesões
- Reporte de todos os acidentes e doenças para promover o aprendizado organizacional e melhoria contínua
- Disseminação da cultura do Cuidado Ativo Genuíno
- “A Vida em Primeiro Lugar” no trabalho, no lar e na comunidade

Alinhada a essas diretrizes, em 2014, treinamos 68 mil empregados e 5,8 mil líderes, incentivamos as boas práticas, com mais de 500 iniciativas catalogadas e aprovadas, e avançamos com a estratégia de saúde e segurança nos seguintes tópicos:

Incentivamos as boas práticas, com mais de 500 iniciativas catalogadas e aprovadas, e avançamos com a estratégia de saúde e segurança

Integração dos Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança e Meio Ambiente

Prevenção de Fatalidades

Foco em Saúde

Saúde e Segurança como parte das decisões do negócio

Cultura do Cuidado Ativo Genuíno



68

mil empregados e 5,8 mil líderes foram treinados em 2014 em temas relacionados à saúde e segurança



Integração dos Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança e Meio Ambiente

Até 2013, os sistemas de gestão de Saúde e Segurança e de Meio Ambiente eram independentes, resultando em duplicidade de esforços, investimento e tempo. Em 2014, iniciamos a integração desses sistemas, visando à otimização de processos com maior similaridade, por exemplo, a auditoria, com a criação de um único programa. Essa integração resultou em simplificação (redução de 62% no número de requisitos), ganhos de produtividade, sinergia e redução de custos. Além disso, treinamos 400 auditores internos em saúde e segurança e meio ambiente. A aderência ao Sistema de Gestão Integrado foi de 54,60%, superior à meta de 46,32%, definida no ano anterior.

Prevenção de fatalidades

Eliminar as fatalidades é o principal desafio da nossa jornada rumo à perda zero. Continuamos a implementação de programas de prevenção em todas as nossas unidades, respeitando a diversidade geográfica e cultural das localidades onde estamos instalados.

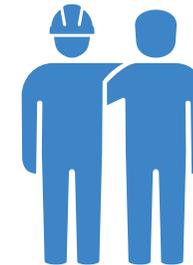
Em 2014, lançamos o Guia para Programas de Prevenção de Fatalidades, uma referência para que os diretores adotem ou revisem os programas em suas áreas, reforçando o valor "A Vida em Primeiro Lugar". O objetivo é estabelecer requisitos para que os riscos das situações com potencial para fatalidades sejam ativas e continuamente gerenciados, com o comprometimento da liderança e a participação dos empregados.

Além disso, reforçamos a disseminação dos Requisitos para Atividades Críticas (RACs), elemento fundamental do nosso Sistema de Gestão e que salvam muitas vidas.

Apesar de nossos esforços, registramos oito acidentes fatais no ano, envolvendo empregados próprios e contratados na execução de atividades em operações e projetos:

- Acidente durante reboque de equipamento móvel (um contratado, em Moçambique)
- Acidente ao remover um bloqueio em um britador (um empregado, no Canadá)
- Acidente relacionado a desmoronamento de terra (um empregado, na Indonésia)
- Acidente durante manutenção de equipamento móvel (um empregado, no Brasil)
- Acidente durante manobra de vagões (um empregado, no Brasil)
- Acidente em área de estacionamento de veículos (um empregado, no Brasil)
- Acidente relacionado a desmoronamento de um túnel em construção (um contratado, no Brasil)
- Acidente durante condução de veículo automotor (um contratado, em Moçambique) **LA7**

Em todos esses acidentes, nossa ação imediata foi o apoio às famílias, seguido de análises para o estabelecimento de planos de ação corretivos, monitorados até a sua conclusão. Para evitar recorrências, as lições aprendidas dos acidentes são discutidas em fóruns com líderes e amplamente divulgadas para os empregados próprios e contratados. Adicionalmente, o processo de Gerenciamento de Incidentes foi revisado em 2014 para aplicar-se a todos os negócios, com a adoção de critérios similares aos de outras empresas de mineração de classe mundial.



Zelamos pelo Cuidado Ativo Genuíno, o que significa cuidar de si, cuidar do outro e deixar que os outros cuidem de você

Plano de atendimento à emergência

Dispomos de centro de gerenciamento de crises, integrado às áreas operacionais, para controlar as situações críticas e os acidentes, com o objetivo de proteger os empregados próprios e contratados e controlar os danos ao patrimônio da empresa. Possuímos sistemas de gerenciamento, regulamentos e planos que promovam agilidade e eficiência, além de oferecermos treinamentos às equipes responsáveis, com exercícios de simulação.



54,60%

foi o índice de aderência
ao Sistema de Gestão
Integrado no ano, superior
à meta que havia sido
definida de 46,32%



Foco em saúde

Focar saúde, para nós, significa gerir saúde de forma integrada por meio de três pilares. Assim, buscamos contribuir para que haja um número cada vez maior de pessoas saudáveis em todas as fases da vida.

Pilares

- **Saúde ocupacional** | Enfoque em medicina do trabalho, higiene ocupacional e ergonomia. Em 2014, o foco foi a capacitação de lideranças e técnicos nessas temáticas.
- **Saúde pessoal** | Incentiva os cuidados com a saúde dos empregados fora do ambiente de trabalho. Nesse pilar, realizamos diversas campanhas de conscientização e prevenção, além de ações de treinamento. Para mais informações, veja nosso quadro de ações dedicadas aos empregados, familiares e comunidade.

- **Saúde da comunidade** | Visa à prevenção de doenças e promoção de saúde. A operacionalização das clínicas de saúde em Vitória, São Luís e Itabira, e os Hospitais Yutaka Takeda e 5 de Outubro, em Carajás, são exemplos de operacionalização desse pilar. Os principais objetivos das clínicas e dos hospitais são criar uma alternativa de atendimento médico na rede credenciada e gerar uma rede de profissionais da área que sejam fidelizados e integrados aos nossos objetivos.

Além dessas iniciativas, demos continuidade às seguintes ações preventivas:

Medicina do Viajante | Intensificamos a prevenção e a mitigação de riscos por meio da avaliação de risco pré-viagem, associada ao acompanhamento durante e após o período do deslocamento. O foco é orientar

sobre medidas de prevenção, avaliar a necessidade de vacinação e classificar o potencial de risco da viagem, que, de acordo com o resultado, pode ser contraindicada. Além disso, possuímos uma plataforma on-line que informa todos os empregados em viagem e os riscos a que estão expostos, facilitando a tomada de decisão em caso de emergência.

Controle da malária | Seguimos com o Programa de Controle da Malária, que aborda, de forma sistemática, o risco em áreas endêmicas. A iniciativa está alinhada à nossa aderência ao Fundo Global de Luta contra a Aids, Tuberculose e Malária, apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Investimos e nos empenhamos para que haja um número cada vez maior de empregados saudáveis em todas as fases de suas vidas

Com o programa de Saúde Integrada, promovemos, no ano, ações direcionadas aos empregados, aos seus familiares e às comunidades do entorno de nossas operações, observando também as necessidades de cada região, inclusive as endêmicas, onde há treinamentos e ações preventivas para malária, febre amarela e dengue. Confira as iniciativas no quadro a seguir. **LA8**

Tema	Ação	Público
<ul style="list-style-type: none"> • Álcool e drogas • Prevenção de doenças como câncer, diabetes, HIV/Aids e doenças sexualmente transmissíveis • Prevenção de doenças endêmicas: malária, dengue e febre amarela 	Educação/treinamento, prevenção e controle de riscos	Empregado, familiares e comunidade
<ul style="list-style-type: none"> • Riscos ocupacionais: perda auditiva e ergonomia 	Educação/treinamento	Empregado
<ul style="list-style-type: none"> • Fadiga, controle de risco cardiovascular e de doenças crônicas: diabetes e hipertensão 	Educação/treinamento, prevenção e controle de riscos	Empregado e familiares
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da saúde e bem-estar 	Educação/treinamento, prevenção e controle de riscos	Empregado e comunidade
<ul style="list-style-type: none"> • Aconselhamento jurídico, financeiro, interpessoal e de assuntos diversos de saúde, como uso de medicamentos, distúrbios psicossociais e outras doenças 	Aconselhamento	Empregado, familiares e comunidade
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de prática para identificar, avaliar, controlar, prevenir e minimizar perigos e riscos dos processos e atividades relacionadas a viagens e suas consequências para a saúde e segurança e aconselhamento pré-viagem para empregados enviados a operações internacionais 	Prevenção, controle de riscos e aconselhamento	Empregado
<ul style="list-style-type: none"> • Vacinação 	Prevenção e controle de riscos	Empregado

Ações de engajamento em 2014

Dia de Reflexão | Evento sobre saúde e segurança que reuniu cerca de 130 mil empregados e contratados para refletir sobre as fatalidades e intensificar os esforços coletivos para atingirmos a perda zero.

Semana Interna Global de Saúde | Com o tema "Saúde em Equilíbrio", 82 mil empregados e contratados participaram das ações para reforçar a importância de equilibrar os aspectos da vida dentro e fora do trabalho, mantendo hábitos saudáveis e prevenindo doenças.

Semana Interna Global de Prevenção de Acidentes | Ações de conscientização para empregados e contratados sobre gerenciamento de riscos, reforçando a prevenção, identificação, análise e controle dos riscos a fim de diminuir a ocorrência de eventos indesejáveis.

Saúde e segurança como parte das decisões do negócio

O valor "A vida em primeiro lugar" está presente em todas as nossas diretrizes e ações. As decisões da Diretoria Executiva são pautadas no desempenho em saúde e segurança e desdobradas para os líderes da empresa por meio de reuniões que visem à redução de incidentes e à melhoria na qualidade de vida dos nossos empregados.

O nosso desempenho em saúde e segurança continua evoluindo, como demonstram as quedas nos gráficos de taxa de lesões com e sem afastamento¹.

Em 2014, passamos a reportar nossa taxa de absenteísmo médico², que foi de 1,60 dia perdido para cada 10 empregados expostos. Entre as causas, 93% foram por razões não ocupacionais, 3% por doença ocupacional e 2% por acidente de trabalho. Já a nossa incidência de doença ocupacional³ foi de 0,60 novos casos para cada 1000 empregados expostos, sendo 44% com tratamento médico, 44% com afastamento e 12% com restrição. **LA7**

Cerca de 96% dos nossos empregados em 2014 eram representados pelos Comitês de Saúde e Segurança que, além de contribuírem para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, identificam melhoria contínua dos processos e das condições de trabalho (o percentual era de 96,5%, em 2013, e 89,5%, em 2012)⁴. Em alguns países como Brasil, Canadá, França e Nova Caledônia, ter comitês formais de saúde e segurança é um requisito legal. **LA6**

1. Nossa gestão em saúde e segurança é conduzida por cada diretoria operacional. Sendo assim, os dados não são informados por região.

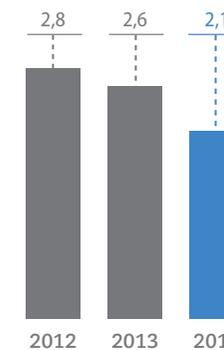
2. Nossa taxa de absenteísmo médico é calculada pela soma dos dias perdidos por acidente de trajeto, dias perdidos por doença ocupacional, dias perdidos por incidentes e dias perdidos por causas não ocupacionais, dividida pelo efetivo exposto e multiplicada por dez.

3. Nossa incidência de doença ocupacional é calculada pela soma dos novos casos de doença ocupacional com tratamento médico, com restrição, com afastamento e com fatalidade, dividida pelo efetivo exposto e multiplicada por mil.

4. Algumas unidades não atingiram o percentual de 100% de representação devido a fatores como total de empregados da unidade menor que a exigência legal para constituição de comissão, novos projetos que ainda não constituíram comitês de saúde e segurança e novas contratações. Empregados próprios deste indicador (**LA6**) correspondem a 99% (2012), 100% (2013) e 96% (2014) do total de empregados reportados (**LA1**).

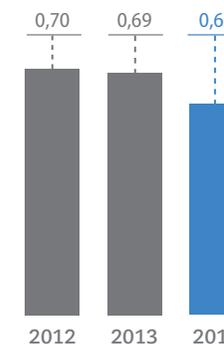
Taxa total de lesões

Número de lesões /HHT x 1MM



Taxa de lesões com afastamento

Número de acidentes com afastamento/HHT x 1MM



Os dados do gráfico englobam empregados próprios e terceiros e não incluem atendimento de primeiros socorros.

• HHT = homens-horas trabalhadas

• 1 MM = 1 milhão

• Inclui lesões com ou sem afastamento. O cálculo das taxas não inclui doenças ocupacionais.

Para a Vale Brasil, as taxas de saúde e segurança são calculadas com base na HHT mensal estimada pelo número de efetivos. Incluem dados das empresas de pesquisa mineral, inclusive as internacionais. Para a Vale Canadá e subsidiárias, Vale Austrália e Projeto Moatize, utiliza-se HHT real.

Ganhos da inovação

O projeto S11D, no Complexo Minerador de Carajás (PA), é um exemplo do nosso compromisso com o uso de tecnologias operacionais inovadoras. Uma delas é o sistema Truckless, que será adotado para o transporte do minério de ferro da mina até a usina.

Com ele, em vez dos 100 caminhões que seriam necessários para cumprir a tarefa, uma estrutura composta de escavadeiras e britadores móveis extrai o produto e alimenta 37 quilômetros de correias transportadoras, que levam o minério até a usina de processamento.

Essa substituição reduzirá a quantidade de trabalhadores expostos ao risco, além de oferecer uma operacionalização mais segura, já que a operação de equipamentos móveis, na qual se incluem os caminhões, é a atividade mais crítica para a ocorrência de acidentes fatais em nossa empresa.

Além dos benefícios para saúde e segurança, o sistema contribuirá para diminuição da quantidade de resíduos como pneus, filtros e lubrificantes e possibilitará a redução de 77% no consumo de combustível. Em comparação com sistemas convencionais, o Truckless, somado à nossa metodologia de processamento do minério à umidade natural, resulta na queda anual de 50% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), que significa 130 mil toneladas de CO₂ equivalentes.

Cultura do Cuidado Ativo Genuíno

O Cuidado Ativo Genuíno significa cuidar de si, cuidar do outro e deixar que os outros cuidem de você, conceito que foi disseminado em nossas ações de engajamento, em 2014, com vistas a conscientizar os nossos empregados e contratados sobre saúde e segurança.

Buscamos construir a percepção de uma ação contínua, baseada em uma cultura de interdependência, ou seja, em que todos se sintam responsáveis por todos. Incentivamos também a disseminação dessas práticas na vida pessoal dos empregados e contratados em suas comunidades.

Engajamento dos empregados

Reafirmamos o compromisso de valorizar e apoiar o desenvolvimento de nossos empregados. Por meio de práticas, processos e, fundamentalmente, de nossa Política de Recursos Humanos, reforçamos os princípios de promoção da meritocracia, colaboração, melhoria contínua e valorização dos empregados. Acreditamos na capacidade, no potencial e no desejo de autorrealização das pessoas. Engajar, desenvolver e reconhecer nossa força de trabalho garante crescimento contínuo, resultados sustentáveis e a realização da nossa visão de futuro.

O conceito de engajamento, disseminado na Vale em 2011, evoluiu para o de engajamento sustentável e é aplicado por meio da condução da pesquisa global de empregados, um canal de comunicação regular e transparente. Enquanto engajamento se caracteriza pelo vínculo do empregado com a empresa e sua vontade de dar o melhor de si, o engajamento sustentável

está baseado em variáveis mais complexas, tais como o suporte que a empresa oferece para o profissional desempenhar suas tarefas de forma produtiva e eficiente e o bem-estar físico, interpessoal e emocional no trabalho, que favorece a continuidade de seu engajamento, tornando-o sustentável. Estudos recentes, conduzidos pela consultoria internacional Towers Watson, mostram que, a partir dessa abordagem, os empregados são capazes de sustentar altos níveis de engajamento e esse aumento impacta positivamente os resultados da empresa.

O ano de 2014 foi dedicado à implementação dos planos de ação elaborados pelos gestores e suas equipes a partir dos resultados da Pesquisa Global de Empregados, conduzida em 2013. O objetivo dessa atividade é endereçar questões nas quais há baixa percepção dos empregados e envolvê-los no processo de melhoria contínua da empresa. A interpretação dos resultados da pesquisa e construção dos planos de ação envolvendo desde os empregados até a alta liderança garante o sentimento de propriedade e comprometimento com a mudança em todos os níveis de empresa.

Contamos com
206,4 mil empregados,
entre próprios e
terceirizados

Com significativo volume de ações cadastradas (7,3 mil) e percentual de 83% de conclusão⁵, concentramos os esforços no desenvolvimento de ações associadas aos temas em que os empregados foram menos favoráveis. Isso reforça a importância do processo de engajamento de empregados, buscando transformá-lo em resultados para o negócio.

Para tópicos críticos, foram propostas ações estruturantes em toda a empresa. Em 2014, um grupo multidisciplinar foi responsável pela implementação de melhorias relacionadas a trabalho colaborativo; comunicação da missão, visão, valores e estratégia; ética; meritocracia e simplificação.

Além disso, ao longo de 2014 foram realizados estudos e análises de correlação estatística entre os indicadores de engajamento e outros estratégicos, como os de carreira e sucessão, retenção e saúde e segurança, comprovando a relação entre os temas e criando uma nova perspectiva para gestão de pessoas e resultados na Vale.

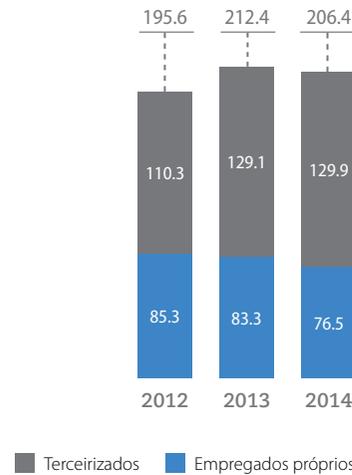
Nosso perfil

No fim de 2014, contávamos com 206,4 mil empregados, entre próprios (com contrato de trabalho por tempo indeterminado) e terceirizados (prestadores de serviço em atividades permanentes e em projetos)⁶, além de 333 empregados próprios com contrato por prazo determinado.

Do total de empregados próprios e terceirizados, 77% (158,1 mil) atuam no Brasil⁷, em sua maioria nos estados de Minas Gerais e Pará, que juntos representam 68% do efetivo brasileiro. Na comparação com 2013, houve queda de 8,1% no número de empregados próprios principalmente em razão da venda de ativos⁸. A maior parte de nossos empregados próprios (66%) está entre 30 e 50 anos, 23% abaixo de 30 e 11% acima de 50 anos. **IP2.8, LA1**

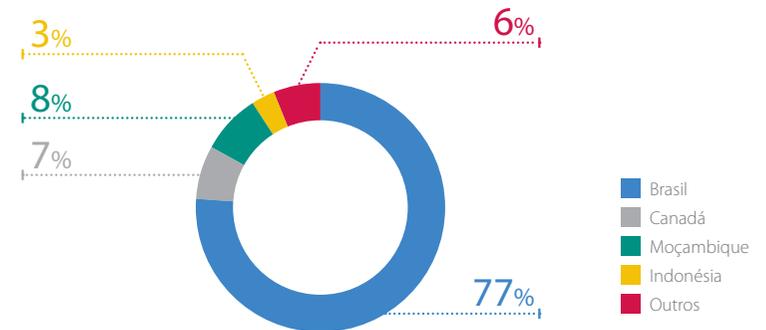
Quadro de profissionais¹

em milhares



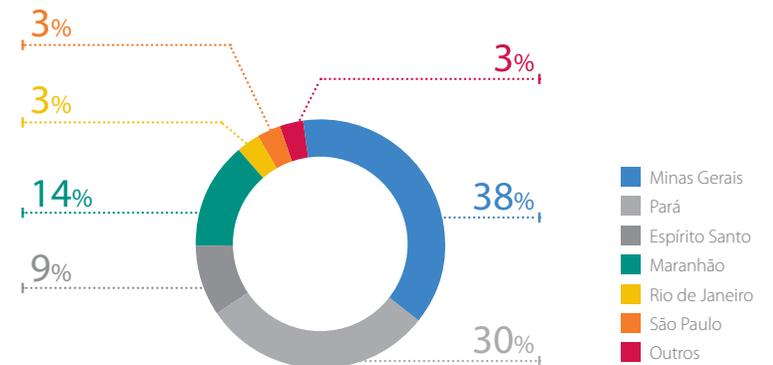
¹ Empregados próprios e terceirizados apresentados no gráfico correspondem a 100% do total de empregados reportados.

Distribuição dos empregados próprios e terceirizados por país¹



Empregados próprios e terceirizados por Estado brasileiro¹

(2014)



⁵ Dados coletados até março de 2015.

⁶ Os empregados terceirizados, em geral, trabalham nas obras de reforma, de expansão e de novos empreendimentos e nos contratos de manutenção, limpeza e segurança patrimonial, entre outros tipos de prestação de serviços.

⁷ Na Vale S.A., no Brasil, onde trabalham 65% dos nosso empregados próprios, não há contratação *part-time*.

⁸ Venda de carga geral: Ferrovia Norte-Sul, Ferrovia Centro-Atlântica, Vale Logística de Carga Geral, Vale Operações Portuárias.



Em 2014, alcançamos a marca de 15 mil empregados de nível técnico-operacional cobertos pelo processo interno de certificação



Desenvolvimento e qualificação

Frente ao desafio que assumimos de eliminar as deficiências de educação básica entre nossos empregados próprios de nível técnico-operacional no Brasil, no fim de 2014 possuíamos 1.400 empregados sem o certificado de conclusão dos ensinos fundamental e médio. Esse número é inferior aos 3,8 mil empregados nessas condições reportados em 2013 pelas seguintes razões: conclusão das turmas iniciadas em 2012, do Programa de Formação Educacional, saneamento da base de cadastro dos empregados, taxa de rotatividade e venda de ativos, como a Vale Logística Integrada (VLI).

Para assegurar a adequada capacitação dos empregados, baseamos nossa estratégia educacional no mapeamento dos principais processos e funções a serem desempenhadas, com a elaboração de portfólio de treinamentos para o desenvolvimento das competências para garantir a excelência operacional técnica (públicos operacionais, especialistas, analistas e de supervisão), de gestão e liderança (líderes) e

transversal (saúde e segurança, meio ambiente e diversidade direcionadas a todos os empregados).

Alcançamos a marca de 15 mil empregados de nível técnico-operacional cobertos pelo processo interno de certificação (iniciado em 2009), sendo 93,5% na certificação básica e 6,5% na avaliação teórica da certificação técnica. A iniciativa tem o propósito de direcionar os investimentos em capacitação e possibilitar que os empregados desenvolvam as competências necessárias ao pleno e seguro exercício da função.

Para o público de especialistas, estimulamos a troca de conhecimentos por meio de projetos de inovação e melhoria contínua nas áreas de exploração, mineração e logística. Além disso, intensificamos a capacitação para funções corporativas nas áreas de Finanças, Suprimentos, Tecnologia da Informação e Recursos Humanos, disponibilizando 1,2 mil vagas, incluindo um aperfeiçoamento em Recursos Humanos em Moçambique.

Em 2014, os investimentos em educação e em treinamentos no Brasil, onde estão 77% dos nossos empregados, foram de US\$ 25 milhões, redução de aproximadamente US\$ 9,4 milhões em relação ao ano anterior. A diminuição de investimentos aliada ao aumento da média anual de horas de treinamento deve-se à ampliação de instrutoria interna e lançamento de novos cursos on-line, em linha com a nossa estratégia de educação de disseminação de conhecimentos, reconhecimento e valorização do capital intelectual de nossos empregados.

Demos continuidade à estratégia de formar os empregados para atuar como instrutores internos ao lançar a Comunidade Virtual de Prática, na qual cerca de 1,4 mil empregados podem publicar textos, documentos, vídeos e dinâmicas, trocar experiências e disseminar boas práticas. Em 2014, cerca de 500 ações educacionais foram ministradas.

Para reforçar o conceito do Cuidado Ativo Genuíno, 3,1 mil líderes foram capacitados. Aproximadamente 60 mil técnicos operacionais foram treinados para ampliar a sua percepção de risco nas atividades consideradas críticas. Além disso, para fortalecer o papel dos profissionais de saúde e segurança como agentes de mudança e catalisadores da educação para prevenção, treinamos mais de 250 empregados.

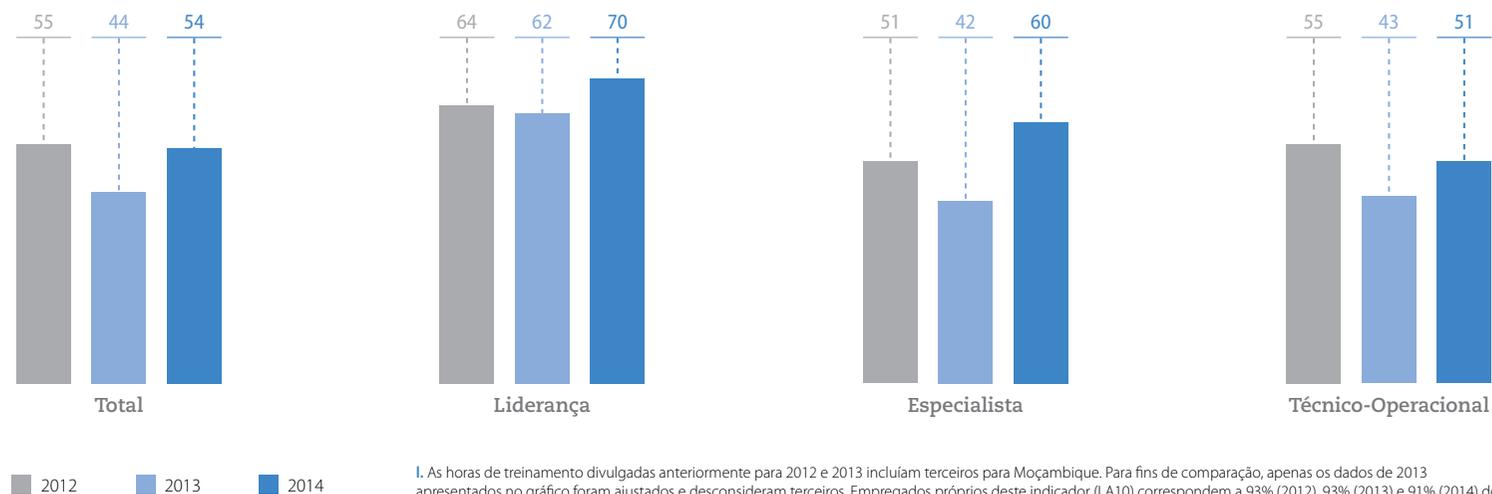
Realizamos, desde 2004, iniciativas de fomento à mão de obra local por meio do Programa Formação

Profissional (PFP) para capacitação de jovens para o desempenho de funções relacionadas à operação e manutenção de equipamentos nas áreas de mineração, porto, ferrovia e pelotização. Entre 2008 e 2012, participaram da iniciativa mais de 13 mil jovens no Brasil, em Moçambique e na Malásia. Em 2014, no Brasil, como resultado dessa capacitação, 1,2 mil jovens foram contratados. Em Moçambique, no âmbito desse programa, cerca de 130 jovens foram treinados nas operações brasileiras e 30 vagas foram oferecidas para o desenvolvimento de engenheiros e geólogos no Programa de Especialização Profissional.

Com essas e outras ações, encerramos 2014 com média de 54 horas anuais de treinamento por empregado, crescimento de 23% em relação a 2013, com aumento de 13%, 43% e 19% nas categorias de liderança, especialista e técnico-operacional, respectivamente. O resultado foi influenciado pela aplicação de novas formas de desenvolvimento, como o uso das plataformas tecnológicas de colaboração. **LA10**

Horas de treinamento^I

média anual



I. As horas de treinamento divulgadas anteriormente para 2012 e 2013 incluíam terceiros para Moçambique. Para fins de comparação, apenas os dados de 2013 apresentados no gráfico foram ajustados e desconsideram terceiros. Empregados próprios deste indicador (LA10) correspondem a 93% (2012), 93% (2013) e 91% (2014) do total de empregados reportados (LA1).

97%

de empregados tiveram o desempenho avaliado em 2014

Remuneração

Para avaliar se a remuneração total oferecida está competitiva em relação ao mercado local⁹, realizamos anualmente pesquisa salarial nas localidades onde atuamos. Os bons resultados alcançados são compartilhados por meio do programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR)¹⁰, que tem como principal ferramenta a Avaliação de Desempenho.

Anualmente, o Conselho de Administração discute e aprova as metas para o Diretor-Presidente e para os Diretores-Executivos. Em seguida, são estabelecidas para os demais empregados. Além do desempenho individual de cada empregado, são considerados o desempenho das equipes e os resultados da empresa no ano. O percentual de empregados com desempenho avaliado em 2014 foi de 97%¹¹, o mesmo de 2013.

Nossa cultura de meritocracia está expressa também no processo de carreira e sucessão que tem como objetivo avaliar competências e identificar o potencial dos nossos empregados para orientar o seu desenvolvimento,

apoiar os gestores nas decisões sobre pessoas e identificar sucessores para posições de liderança. A partir dos resultados, o empregado e o gestor elaboram o plano de desenvolvimento de competências (Plano de Desenvolvimento Individual, PDI), tendo como base os pontos de melhoria, as aspirações de carreira do empregado, o pleno desempenho de sua função atual ou futura e a potencialização de oportunidades. Em 2014, o processo abrangeu 76% dos nossos empregados, incluindo todos os técnico-operacionais no Brasil e com previsão de implementação em 2015 em Moçambique, Omã e Malásia. **LA12**

Benefícios

Uma de nossas diretrizes é garantir que os benefícios sejam oferecidos de forma consistente nas diversas localidades onde estamos presentes, observando os objetivos de cada negócio, a filosofia e a estratégia corporativa de recursos humanos, além de respeitar as exigências legais do país e considerar as condições locais do mercado¹².

Oferecemos aos nossos empregados um pacote de remuneração e benefícios que contribui para a estratégia de atração, retenção e engajamento.

Concedemos a 100% dos nossos empregados os benefícios de assistência médica e seguro de vida e, para a maior parte dos empregados, oferecemos seguro contra acidentes pessoais, previdência privada, auxílio-transporte, formação educacional, refeição no trabalho, auxílio-alimentação e programa de assistência ao empregado¹³. **LA3**

Em relação aos nossos planos de previdência, recomendamos que nas localidades onde o mercado financeiro permita a administração dos recursos de longo prazo de forma sustentável seja oferecido modelo do tipo contribuição definida (mais informações sobre os nossos planos de previdência no Relatório 20-F).

9. Respeitamos o salário-mínimo exigido em cada localidade onde atuamos. **EC5**

10. Jovens aprendizes, estagiários, empregados autônomos, temporários e terceirizados não são elegíveis para participação no programa, em respeito à legislação trabalhista e aos acordos coletivos de trabalho.

11. Empregados próprios deste indicador (**LA12**) correspondem a 100% (2012, 2013 e 2014) do total de empregados reportados (**LA1**).

12. No Canadá, para os contratos casuais e temporários de trabalho, os benefícios variam de acordo com a localidade.

13. O Programa Apoiar oferece, de forma gratuita e confidencial, serviços de assistência social e psicológica e orientação financeira e jurídica a todos os empregados e a seus respectivos dependentes.

Rotatividade

Passamos a gerenciar e a reportar nossa rotatividade conforme metodologia difundida no mercado¹⁴, diferente da utilizada no ano anterior. Para possibilitar a comparabilidade das informações, a tabela seguinte apresenta a taxa de *turnover* calculada de acordo com as duas metodologias.

Em 2014, nossa taxa geral de rotatividade foi de 8,1%, sendo 9,6% entre as mulheres e 7,8% entre os homens, reflexo das políticas de austeridade frente ao atual cenário para o mercado de minério de ferro e do objetivo da empresa de manter o foco em ativos de classe mundial. **LA2**

¹⁴ Taxa de *turnover* calculada por meio da soma das admissões e desligamentos anuais dividida por dois. O resultado é dividido pelo número total de empregados do ano anterior.

Rotatividade	2012 (metodologia anterior)	2013 (metodologia anterior)	2014 (metodologia anterior)	2014 (metodologia nova)
Geral	5,1%	6,6%	9,1%	8,1%
Por gênero				
Homens	5%	6,3%	8,6%	7,8%
Mulheres	5,9%	8,5%	12,5%	9,6%
Por faixa etária				
Abaixo de 30 anos	4,4%	5,4%	8,6%	10,9%
Entre 30 e 50 anos	4,8%	2,6%	8,4%	6,6%
Acima de 50 anos	10,1%	39,2%	14,4%	10,6%
Por região				
Brasil	4,7%	5,9%	8,3%	7,3%
Canadá	6,5%	6,2%	6,5%	6,6%
Moçambique	6,7%	11,5%	13,9%	17,6%
Indonésia	5,5%	4,2%	4,2%	3,0%



8,1%

taxa de rotatividade apurada no ano, sendo 9,6% entre as mulheres e 7,8% entre os homens. A metodologia de cálculo foi ajustada à usualmente adotada pelo mercado



Ações em Moçambique

Adotamos o projeto Diversidade e Inclusão nas operações de Moçambique, em 2014, no qual se observa a crescente diversificação da força de trabalho. A iniciativa busca ampliar a consciência e sensibilidade dos trabalhadores em relação às várias dimensões do cotidiano relacionadas à diversidade. Para isso, realizamos diagnóstico com base em pesquisa que contou com a aderência de cerca de 20% (438 pessoas) do quadro funcional da unidade, a partir do qual ministramos um *workshop* de sensibilização com líderes e empregados. Eles debateram temas prioritários e seus respectivos planos de ação para 2015, como responsabilidade social, desafios da mulher, violência e assédio sexual – também abordados em fóruns e palestras.

Diversidade e inclusão

Promovemos ambientes inclusivos e o respeito às diferenças, conforme princípios do nosso Código de Ética e Conduta e da nossa Política de Direitos Humanos, por meio dos quais reforçamos que não toleramos discriminação de qualquer tipo e assédios moral e sexual.

Segundo a última Pesquisa Global de Empregados, de 2013, 85% acreditam que nossa liderança apoia a diversidade no local de trabalho, reconhecendo e valorizando as diferenças, e 89% concordam que proporcionamos um ambiente de trabalho que aceita as diferenças entre homens e mulheres.

No Brasil, foram mantidas as iniciativas referentes ao tema como o Projeto Equidade de Gênero, por meio do qual realizamos ações de sensibilização. Uma delas foi o curso on-line Diversidade e Inclusão para Líderes, que integra o portfólio de atividades de desenvolvimento da trilha de gestão e liderança e que abrangeu cerca de 2,3 mil empregados.

Realizamos também rodas de conversa e adotamos o Programa de Mentoria para mulheres no Brasil, que contou com a participação de 22 empregadas das áreas operacional e administrativa. O foco

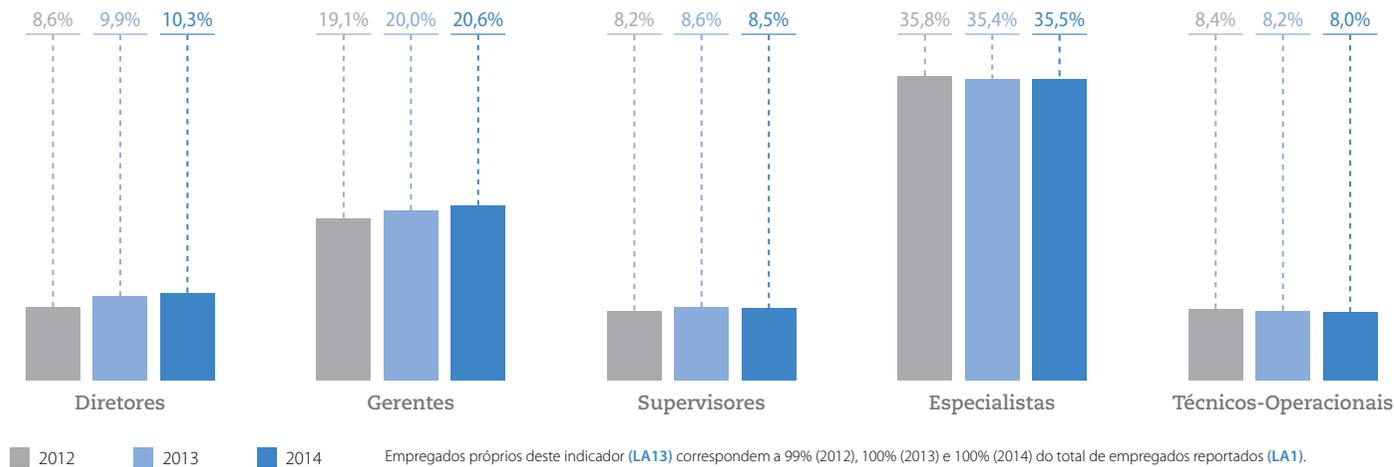
foi a orientação ao desenvolvimento de carreira para que assumam posições de liderança. Com duração de um ano, a iniciativa incluiu capacitação e *workshops* que trataram de temas como gravidez e inserção da mulher no universo operacional genuinamente masculino.

Em 2014, a participação de mulheres no total de empregados próprios foi de 12,9%, mesmo nível do período anterior. Das profissionais, 47% ocupavam cargos técnicos (operacionais e administrativos), 45% enquadravam-se no segmento de especialistas (analistas, engenheiras, geólogas, etc.), 3% eram supervisoras e 5%¹⁵ gerentes ou coordenadoras, conforme gráfico da [página 62](#). A Diretoria-Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal são integrados por 36 profissionais, dos quais três são mulheres. Em relação à faixa etária, dois profissionais têm até 40 anos, nove, entre 40 e 50 anos e 25, mais de 50 anos. [LA13, LA14](#)

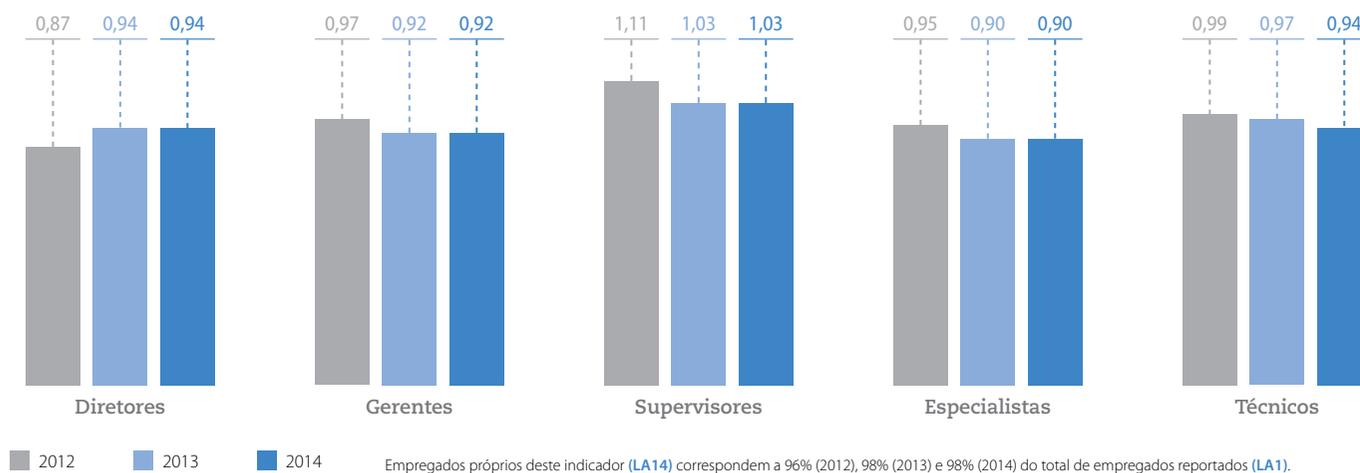
Não há diferenciação de salários-bases entre mulheres e homens que exercem as mesmas funções, conforme determina nossa Política de Remuneração. As eventuais variações salariais decorrem de diferentes níveis de senioridade e maturidade dos empregados em sua categoria funcional.

¹⁵. Em 2013 o valor consolidado reportado (3,7%) não computou o cargo de Gerente-Geral; o valor correto era de 4,6%.

Proporção de mulheres por categoria funcional

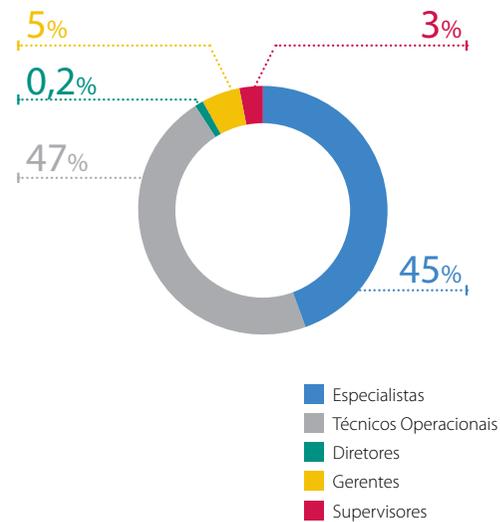


Proporção de salário-base entre mulheres e homens por categoria



Atuamos
com respeito
à legislação
de todas as
localidades
onde operamos
e de acordo com
as diretrizes
do Pacto Global

Distribuição de mulheres por categoria funcional



Contratamos
228 pessoas com
deficiência no
decorrer de 2014

Como parte do nosso Programa de Inclusão da Pessoa com Deficiência, divulgamos as Orientações sobre Acessibilidade, em consonância com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 9050 da ABNT), de forma que os gestores realizem as adaptações necessárias para receber cada vez mais pessoas com deficiência em suas áreas. Em 2014, para assegurar o cumprimento da cota anual de contratação de 140 pessoas, estabelecido no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público em 2004, para o cumprimento da Lei nº 8.213/91, contratamos 228 pessoas com deficiência.

Liberdade de associação e negociação

Respeitamos a liberdade de associação e negociação dos empregados e temos o compromisso de não interferir no estabelecimento, funcionamento ou na administração das organizações trabalhistas ou dos acordos coletivos. Segundo o nosso Código de Ética e Conduta, a discriminação em virtude da sindicalização é considerada intolerável. Garantimos a livre associação e sindicalização dos empregados e os direitos sindicais por meio de acordo coletivo. **HRS**

Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2007. Respeitamos a legislação dos países onde atuamos e as oito convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), conforme a tabela a seguir:

Convenções da OIT

Nº 29	Trabalho Forçado, 1930
Nº 87	Liberdade de Associação e Proteção ao Direito Sindical, 1948
Nº 98	Direito de Sindicalização e Negociação Coletiva, 1949
Nº 100	Remuneração Equânime, 1951
Nº 105	Abolição do Trabalho Forçado, 1957
Nº 111	Discriminação, Emprego e Ocupação, 1958
Nº 138	Idade Mínima, 1973
Nº 182	Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999



Com a criação da Ouvidoria, ampliamos os canais de denúncia e prevenção ao assédio moral



Em 2014, 96% dos empregados foram abrangidos por acordos de negociação coletiva (mesmo percentual de 2012 e 2013)¹⁶. O Acordo Coletivo de Trabalho do Brasil, renovado em 2013, tem vigência até novembro de 2015. Em novembro de 2014, conforme previsto no acordo, os salários foram reajustados, bem como os benefícios que contêm valores financeiros. **LA4**

Entre os itens mais importantes está a prevenção de assédio moral e ampliação dos canais de denúncias, com a criação da Ouvidoria. Durante o ano de 2014, fizemos diversas reuniões com os sindicatos, com objetivo de deixar ainda mais transparente os meios para utilizar esses canais, conforme descrito no capítulo Governança interna e externa.

Reforçamos o amplo diálogo com entidades que representam os nossos empregados e acreditamos que a transparência nessa relação contribuiu para a não ocorrência de greves nas principais operações brasileiras desde 1989 e para que não tenha sido registrada, em 2014, notificação de greve ou paralisação nas demais localidades¹⁷. **LA5, MM4**

Um dos temas que está presente no diálogo com os representantes sindicais e nos acordos coletivos firmados é a disseminação da cultura de saúde e segurança associada ao desafio de alcançar a perda zero. Consideramos as preocupações e os pontos de vista dos representantes dos empregados na definição de mecanismos e requisitos para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, além de respeitarmos as regulamentações e legislações locais. Entre as medidas estão capacitações no uso de máquinas e equipamentos, fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), realização de vistorias periódicas nas áreas operacionais e manutenção de comitês conjuntos de saúde e segurança. Nossos empregados também têm o direito de recusa ao trabalho inseguro garantido e reforçado por norma interna¹⁸. **Mais informações na seção Respeito à Vida. LA9**

Desenvolvimento territorial

A mineração é uma atividade que, em geral, está inserida em áreas com significativos déficits

socioeconômicos, problemas fundiários e conflitos pelo uso da terra, gerando impactos sociais positivos e negativos, tais como aumento de arrecadação pública e da oferta de empregos, mudanças nos modos de vida tradicionais, remoção de famílias, entre outras questões (veja mais no quadro na **página 64**).

Assim, para compreendermos essa dinâmica territorial, sermos assertivos na gestão dos impactos e definirmos investimentos sociais aderentes à realidade local temos trabalhado no fortalecimento do processo de diálogo social por meio de metodologias participativas, com foco nas comunidades das áreas de influência. Para isso, contamos com o suporte de um modelo de gestão integrado de demandas, de questões críticas e de *stakeholders*, além de estudos e monitoramentos de indicadores socioeconômicos.

Entre os resultados do Modelo de Gestão Integrada, registramos 3.096 demandas e reclamações de comunidades, sendo 1.757 solucionadas, 386 em tratamento e 953 não cabiam à empresa atender.

16. Empregados próprios deste indicador (**LA4**) correspondem a 95% (2012), 98% (2013) e 95% (2014) do total de empregados reportados (**LA1**).

17. A notificação prévia de mudanças significativas não é uma prática padronizada e não está prevista em acordos coletivos. Segundo a Global Reporting Initiative (GRI), mudanças significativas correspondem a alterações no padrão de produção, como reestruturação, encerramento de atividades, aquisições e fusões.

18. Instrução para Análise e Gerenciamento de Riscos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente.

Potenciais impactos socioeconômicos IP1.2, EC9



Diretos

- Aumento da contratação de produtos e serviços locais
- Aumento da arrecadação pública
- Aumento do número de empregos da força de trabalho local associados à cadeia produtiva da mineração
- Incômodos à população ocasionados pelas atividades da empresa
- Eventual remoção de famílias para instalação ou ampliação do empreendimento
- Geração ou intensificação de conflitos pelo uso da terra
- Redução do número de empregos durante a etapa de desmobilização ao final da fase de implantação



Indiretos

- Aumento do número de empregos indiretos formais
- Aumento da renda
- Atração de novos fornecedores de produtos e serviços
- Atração de investimentos de esferas pública e privada
- Melhoria da infraestrutura e serviços
- Dinamização de outros setores econômicos
- Incentivo à imigração pela expectativa de emprego e negócio e consequente elevação da taxa de crescimento populacional
- Incremento do déficit habitacional
- Incentivo à especulação imobiliária
- Pressão sobre a infraestrutura e os serviços públicos
- Mudança nos modos de vida tradicionais
- Aumento e diversificação da oferta e da demanda por serviços e atividades comerciais (arranjos produtivos locais)
- Capacitação de fornecedores locais
- Ganho de representatividade política e econômica do município
- Desenvolvimento econômico regional
- Aumento do nível de preços dos alimentos, habitação, bens e serviços
- Qualificação profissional das comunidades locais para atividades na cadeia de mineração e outras vocações econômicas
- Geração de conhecimento científico

Nossas diretrizes estratégicas, entre elas o desenvolvimento sustentável dos territórios, reforçam a importância de atuarmos no âmbito social. Por isso, nos últimos anos, intensificamos a gestão compartilhada com a Fundação Vale para aumentar a dinâmica e a efetividade no tratamento das questões sociais.

Os temas sociais, além de serem tratados diretamente por nossos empregados nos diferentes territórios, passaram também a ser coordenados corporativamente com o objetivo de fornecer orientação e suporte aos empreendimentos, amparados por políticas, como a de Atuação Social, normas, ferramentas de apoio, processos e equipes especializadas. Algumas frentes de atuação envolvem o diálogo social, a gestão de demandas da comunidade, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais, o planejamento e a gestão dos dispêndios sociais, o voluntariado e ações estruturadas em temas como direitos humanos e remoção involuntária. Paralelamente, a Fundação Vale mantém iniciativas em áreas temáticas prioritárias, como saúde, educação e geração de trabalho e renda, e

também nos eixos complementares de cultura, esporte, desenvolvimento urbano, promoção e proteção social.

Além disso, por meio de parcerias intersetoriais com os diversos níveis de governo, instituições públicas, empresas e sociedade civil potencializamos as oportunidades proporcionadas pelo crescimento econômico gerado por nossas atividades. Também, por intermédio da Fundação Vale, com base no conceito da Parceria Social Público-Privada (PSPP), desenvolvemos alianças estratégicas nos territórios, sobretudo no Pará (veja mais em Fundação Vale).

Acreditamos que o relacionamento pautado pela ética e transparência com as comunidades é fundamental para a sustentabilidade dos negócios. Para operarmos com segurança e convivermos bem com as comunidades, especialmente as vizinhas de nossos empreendimentos, procuramos gerenciar e mitigar os riscos e os impactos sociais, bem como entender suas necessidades e demandas, para construirmos juntos soluções que sejam sustentáveis para todos.

Estudos socioeconômicos

As ações sociais que desenvolvemos, de natureza voluntária ou obrigatória, têm como base o conhecimento do território e da dimensão dos impactos gerados. Desde a fase de implantação até o encerramento das atividades, os empreendimentos interferem nas dinâmicas territoriais, não só pelas suas características, mas, principalmente, pelas particularidades das localidades.

Com base nas especificidades regionais, produzimos estudos que analisam indicadores demográficos, econômicos e sociais. O monitoramento desses indicadores socioeconômicos permite avaliar a efetividade dos resultados obtidos com as ações de mitigação e direcionar os investimentos sociais. A gestão efetiva dos impactos depende da sinergia entre as ações de mitigação executadas e a capacidade de gestão do desenvolvimento territorial pelo Poder Público.



Veja mais sobre nossas parcerias no [Capítulo Relação com as Pessoas](#).



57%

entre as 3.096 demandas e reclamações registradas das comunidades foram solucionadas, 31% não cabiam à empresa atender e 12% estão em tratamento



Programas e práticas por fase do empreendimento ^{so1}

	Licenciamento/ Implantação	Operação	Fechamento
Estudo de Impacto Ambiental/Social/Econômico	■	■	■
Programas Sociais (educação, cultura, geração de renda, etc)	■	■	■
Plano de Fechamento de Mina (aspectos ambientais, sociais e econômicos)	■	■	■
Relacionamento com Comunidades Locais e Tradicionais	■	■	■
Gestão de Impacto Social, Ambiental e Econômico	■	■	■
Qualificação Profissional para Comunidades e Empregados	■	■	■
Programa de Desenvolvimento de Fornecedores	■	■	■
Programa de Valorização/Proteção do Patrimônio Cultural	■	■	-

■ Ocorrência intensa – mais de seis programas implementados

■ Ocorrência moderada – até seis programas implementados

Diálogo social

O processo de diálogo social tem sido estratégico para fortalecer nosso relacionamento com as comunidades. Por meio de canais permanentes de interação e metodologias participativas, buscamos gerir impactos, compartilhar informações e entender os interesses e as expectativas ao nosso redor, construindo em conjunto as soluções. Entre as iniciativas realizadas, destaca-se a elaboração de Planos de Relacionamento e Investimento Social com comunidades, fundamentado no envolvimento direto dos moradores na definição e execução de investimentos sociais aderentes às necessidades locais. Em 2014, foram monitorados 26 planos, em continuidade às ações do ano anterior, e implementados 14 novos Planos de Relacionamento e Investimento Social no Brasil.

Dispêndios sociais

Também no ano, aplicamos US\$ 270,4 milhões em ações e projetos sociais nas localidades onde atuamos, oriundos dos Planos Plurianuais de Dispêndios Sociais, que orientam a alocação de recursos nos territórios, elaborados a partir do alinhamento entre as demandas da comunidade, os estudos socioeconômicos e as diretrizes definidas pela Política de Atuação Social. Dos recursos investidos no período, 58% foram voluntários (mais informações no capítulo Perspectivas do Negócio).

Do total de recursos aplicados, US\$ 50,6 milhões foram destinados à melhoria de infraestrutura, conforme tabela a seguir: **EC8**

Gestão de impacto e diálogo social

Antônio Pereira é um distrito de Ouro Preto (MG), localizado a 16 quilômetros da sede do município, com população estimada de mais de 4 mil pessoas (IBGE, 2010) e está na área de influência da Mina de Timbopeba. Pela proximidade da comunidade com o empreendimento, uma das principais preocupações é a emissão de particulados, sobretudo nos períodos mais secos do ano. Outra demanda levantada no diagnóstico social participativo tratava do acesso limitado dos moradores a áreas de lazer.

A partir do Plano de Relacionamento e Investimento Social, elaborado em 2013, foi desenvolvido um projeto de redução de emissão de particulados que modificou o método de construção da barragem, com reestruturação de equipamentos, capacitação de equipes e a adoção de controles de contingências, como cortina de água, caminhão-pipa 24 horas, canhões de água e válvulas nas baias. Como resultado, a emissão de particulados foi reduzida em 40%. O trabalho refletiu positivamente em nosso relacionamento com a comunidade.

Para atender à demanda da comunidade em relação ao maior acesso a áreas de lazer, mobilizamos moradores e empregados em um mutirão para a revitalização de uma quadra de esportes (que ganhou cobertura, vestiários e um palco) e da praça principal do distrito, que foi completamente remodelada e recebeu pista de caminhada no seu entorno. Aproximadamente 40 lideranças participaram do plano em todas as suas etapas e cerca de 50 jovens foram envolvidos também nas atividades promovidas.

Recursos aplicados em infraestrutura (em US\$ milhões)		2012		2013		2014	
Por tipo	Realização de obras	90%	55,8	93%	31,5	89%	45,0
	Apoio a serviços públicos ^I	10%	6,5	7%	2,3	11%	5,6
	Total	100%	62,3	100%	33,8	100%	50,6
Por forma	Materiais/serviços ^{II}	92%	57,6	88%	29,6	75%	37,9
	Engajamento comercial ^{III}	8%	4,7	12%	4,2	25%	12,8
	<i>Pro bono</i> ^{IV}	0%	-	0%	-	0%	-
	Total	100%	62,3	100%	33,8	100%	50,6

I. Apoio a serviços públicos: suporte na elaboração de Planos Diretor dos municípios em áreas como saneamento, infraestrutura urbana, saúde, etc.

II. Investimento em infraestrutura em espécie por provisão de serviços ou pela entrega de um produto.

III. Atividade que gera benefício público, mas que primariamente representa retorno econômico ou investimento para a empresa.

IV. Destinado a atividades desenvolvidas em benefício público, com alocação de pessoas com funções definidas em atividades, durante o tempo previsto de trabalho, com recursos da empresa.

Fundação Vale

Com 46 anos de existência, a Fundação Vale, parceira da empresa em sua missão de “transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável”, busca deixar um legado positivo nos territórios, potencializando as oportunidades proporcionadas pelo crescimento econômico gerado pela mineração e qualificando os investimentos sociais corporativos. Com esse propósito, realiza projetos sociais voluntários nas áreas de saúde, educação e geração de trabalho e renda, a partir de demandas locais, em parceria com instituições de reconhecida experiência nessas temáticas.

A Fundação Vale tem como premissa que o desenvolvimento territorial de longo prazo só se torna efetivo a partir do diálogo intersetorial e da construção coletiva, ou seja, a partir da articulação com as políticas públicas vigentes e com as ações sociais promovidas localmente pelo Poder Público, iniciativa privada e sociedade civil.

Em razão da importância das alianças intersetoriais e participativas, concebemos o conceito da PSPP – Parceria Social Público-Privada, baseada na união de esforços, recursos e conhecimento do governo, sociedade civil e empresas privadas para a construção de uma agenda com metas comuns, com vistas ao desenvolvimento territorial.

Parceria Social Público-Privada

A partir da PSPP, desenvolvemos projetos sociais em estreita parceria com instituições governamentais, como ministérios e prefeituras, empresas privadas e instituições não governamentais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Temos acordos de cooperação técnica com os Ministérios da Saúde e das Cidades. Como exemplo dos objetivos desses convênios, podemos citar as articulações intersetoriais realizadas no município de Canaã dos Carajás, no Pará (conheça as iniciativas no *case* a seguir). Os esforços intersetoriais buscam integrar o trabalho no sentido de tornar o investimento, tanto público quanto privado, mais sustentável e duradouro, o que propicia maior transparência aos investimentos públicos, contribuindo para deixar um legado para as comunidades após o encerramento de nossas atividades.

Parcerias que transformam

Localizado no sudeste do Pará, Canaã dos Carajás está na área de influência direta do Projeto Ferro Carajás S11D. O município passou de uma taxa de urbanização de 35,9% em 2000 para 77,6% em 2010, com aumento populacional de 144% e de ocupação urbana de 428%. Tamanho crescimento resulta em desafios socioeconômicos significativos.

Com o Poder Público motivado a trabalhar as parcerias intersetoriais e a comunidade interessada em protagonizar o processo de melhoria, estabeleceu-se um ambiente positivo para que a Fundação Vale pudesse potencializar as oportunidades existentes no território, atraindo investimentos e parcerias para realização de projetos sociais.

Como resultado dessa articulação, destacamos algumas iniciativas sociais desenvolvidas em Canaã em 2014.

- No âmbito da Educação Infantil, foram realizadas atividades de estímulo à leitura e formação de professores em sinergia com o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Ainda na linha de fortalecimento das políticas públicas, também foi feita a formação da equipe da Secretaria Municipal de Educação, contribuindo assim para a meta assumida pelo Pacto pela Educação no Pará cujo objetivo é elevar em 30% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Estado nos próximos cinco anos.
- Cooperação técnica com o Ministério das Cidades para atuação nas frentes habitação, saneamento, regularização fundiária e mobilidade urbana. Uma das iniciativas decorrentes dessa cooperação foi a realização de dois cursos regionalizados sobre Política e Gestão dos Serviços de Saneamento Básico. O material desenvolvido foi adaptado para ser aplicado como ensino a distância e está disponível no Portal Capacidades, do Ministério das Cidades, para qualquer município brasileiro. Também foi oferecida assistência técnica para a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, uma vez que no município não há serviços públicos de transporte.
- Por meio de parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), foi possível contribuir para a revisão do Plano Diretor do município e desenvolvimento de projeto piloto de regularização fundiária. O objetivo é apoiar a prefeitura na construção de uma forma de gestão pública mais integrada e efetiva.
- Apoio na implantação do primeiro modelo de Conselho Tutelar referenciado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República.
- Cooperação técnica com o Centro Popular de Promoção à Saúde (CEDAPS) para implantação do projeto Ciclo Saúde em 100% das Unidades Básicas de Saúde do município, capacitando 130 profissionais e fornecendo os equipamentos básicos necessários para o atendimento da comunidade.
- Cooperação técnica com o Poder Público na revisão do Plano Municipal de Saúde, instrumento que apresenta as intenções e resultados a serem buscados pela gestão no período de quatro anos, expressos em objetivos, diretrizes e metas.
- Parceria com a Pastoral da Criança na vigilância nutricional e acompanhamento de 260 crianças no município.
- Apoio técnico da Fundação Vale ao município, no planejamento de ações futuras para a melhoria da cobertura em Atenção Básica à Saúde e assistências técnicas para implantação de novos equipamentos e serviços públicos, por meio de Cooperação Técnica com o Ministério da Saúde.

Programa AGIR

O Programa de Apoio à Geração e Incremento de Renda (AGIR) fomenta iniciativas de grupos e empreendedores locais que resultam no fortalecimento das comunidades e no desenvolvimento dos territórios, por meio do mapeamento das vocações produtivas, da capacitação empreendedora e do estímulo a ações sociais relacionadas ao incremento da renda familiar.

Já implantado em seis municípios nos estados do Pará, Minas Gerais e Espírito Santo, o programa é realizado em três etapas, sendo a primeira de prospecção e seleção de grupos e empreendedores individuais para serem capacitados. Em seguida, são realizadas as fases de capacitação, incubação e aceleração, dependendo do perfil do negócio mapeado durante a capacitação. A terceira etapa é a consolidação dos negócios sociais, a formação de redes e arranjos produtivos que fortalecem o ecossistema do empreendedorismo local. Em 2014, 281 empreendedores foram envolvidos diretamente, o que beneficiou aproximadamente 1.124 pessoas indiretamente na cadeia produtiva do negócio.

No último ano, a iniciativa chegou às regiões de Nova Lima (MG) e Costa Verde (RJ), com foco na economia criativa – AGIR Criativo. Em Nova Lima, 60 empreendedores de negócios sociais e rurais participaram do Curso de Empreendedorismo para Pequenos Negócios, que resultaram na elaboração de 38 planos de negócio. Desses, oito foram selecionados para a etapa seguinte do AGIR, que é a incubação do negócio. Na Costa Verde, foi iniciado o diagnóstico dos grupos produtivos nos municípios de Itaguaí e Mangaratiba, no qual 70 empreendedores e instituições foram mapeados. Já o AGIR Criativo iniciou suas atividades nos municípios de São Luís (MA) e Parauapebas (PA), no qual 39 empreendedores participaram do Ciclo de Capacitação de Empreendedorismo Criativo, que resultou em 24 planos de negócios, sendo oito selecionados para a fase de incubação. O programa conta com parceria do Instituto de Socioeconomia Solidária (ISES), do Instituto Kairós, do Instituto Gênesis/PUC-Rio, da APRAX e do SEBRAE/PA.

A seguir destacamos os principais resultados alcançados pela Fundação Vale em 107 municípios brasileiros em 2014. Mais informações sobre os projetos estão disponíveis no site www.fundacaovale.org.

Educação | Em 2014, destacamos a formação de 552 professores e 42 gestores escolares. Ainda nesse ano, realizamos diversos encontros de autores de livros infantojuvenis, com a participação de mais de 2 mil professores e 4,5 mil alunos. Nos encontros foram entregues mais de 1.800 maletas com mais de 18 mil livros para turmas de 1º ao 3º ano do ensino fundamental. Além disso, a Fundação Vale possui sete Casas do Aprender, espaços de integração, troca de experiências e acesso a diferentes atividades educativas abertas a toda a comunidade.

Saúde | Foram capacitados cerca de quatro mil profissionais de saúde, que apoiaram a implementação de ações preventivas e fortaleceram a atuação das unidades básicas de saúde. Ações de mobilização social e promoção de saúde, como campanhas preventivas e projetos sociais, contaram com a participação de 22 mil pessoas. Ainda em 2014, em parceria com o Ministério da Saúde, foi desenvolvido e lançado um material didático da estratégia Rede Cegonha para capacitação de profissionais de saúde e comunidade sobre a política materno-infantil.



Para a Fundação Vale, o desenvolvimento territorial de longo prazo só é efetivado com diálogo intersetorial e a construção a partir da articulação com as políticas públicas e ações sociais locais



Geração de trabalho e renda | O programa AGIR apoia negócios sociais, criativos e rurais por meio da prospecção e fomento de empreendimentos familiares ou coletivos, capacitações, assessorias, mentorias e acompanhamento dos negócios (incubação ou aceleração). Em um ano, foram capacitados 211 empreendedores, elaborados 117 planos de negócio, encerrando o ano com 20 negócios sociais/rurais e oito criativos em processo de incubação.

Desenvolvimento urbano | Foram capacitadas 58 pessoas em mobilidade urbana no Pará, 27 pessoas em regularização fundiária do Espírito Santo e 80 pessoas em política e gestão dos serviços de saneamento básico por meio da Educação à Distância no portal capacidades do Ministério das Cidades. Em habitação, a Fundação Vale desenvolveu o Selo de Qualidade Urbana, em cooperação técnica com o Ministério das Cidades, para a seleção de projetos demonstrativos de

moradia popular, permitindo que os empreendimentos de interesse social que estejam inseridos no programa Minha Casa, Minha Vida acessem recursos de complementação financeira para introduzir inovações na forma de produzir a moradia popular.

Promoção e proteção social | 10.852 pessoas, entre empregados, terceirizados e comunidade foram sensibilizadas pela campanha Proteger é Preciso contra a exploração sexual infantil. Além disso, foram inaugurados cinco núcleos de comunicação, com o objetivo de oportunizar a participação direta de adolescentes e jovens dos municípios abrangidos em ações de mobilização comunitária com foco na prevenção e enfrentamento da violência sexual. Foram realizadas ainda mais de 100 oficinas com foco em temas como educomunicação, direitos humanos e direitos sexuais, mobilizando cerca de 200 adolescentes.

Esporte | O programa de esporte Brasil Vale Ouro atendeu, somente em 2014, 2.500 crianças em cinco estados no Brasil, que realizam treinamento esportivo nas modalidades atletismo, judô, futebol e natação no contraturno escolar.

Cultura | 117 mil pessoas, sendo 27 mil estudantes, visitaram o Museu Vale, em Vila Velha (ES). Já o Memorial Minas Gerais, em Belo Horizonte, recebeu mais de 138 mil visitantes, com 25 mil participantes em ações educativas promovidas, incluindo alunos de 878 escolas.

Estações Conhecimento | Beneficiaram mais de 8.650 pessoas nos programas regulares, efetuando mais de 15.400 atendimentos diretos. Destes, 300 famílias foram beneficiadas em programas rurais para geração de trabalho e renda, 3.100 crianças, jovens e adultos participaram de atividades esportivas e 9.500 atendimentos em atividades educativas (como apoio pedagógico, apoio e incentivo à leitura, inglês, informática, cursos profissionalizantes, educação ambiental, entre outros) e 1.100 participações em atividades culturais foram realizadas.

Desenvolvimento de fornecedores e mão de obra locais

O aumento da contratação de mão de obra, produtos e serviços é consequência importante de nossa atuação nos territórios. Reforçamos o compromisso de respeitar as realidades locais e suas necessidades, assim como identificar e implementar iniciativas que considerem as vocações regionais. Para isso, buscamos o desenvolvimento da nossa cadeia de suprimentos e a qualificação de profissionais.

O nosso índice de contratação local foi de 64%¹⁹, um ponto percentual acima do registrado no ano anterior. Considerando apenas os membros da alta gerência²⁰, provenientes da comunidade local²¹, o índice foi de 49%, quatro pontos percentuais superior quando comparado a 2013. Entre as iniciativas que colaboraram para a elevação do indicador estão a identificação e o desenvolvimento de sucessores locais para posições de liderança. Além disso, mantemos nossa política de contratação que prioriza candidatos locais (nascidos ou residentes na localidade) e o compromisso de capacitarmos a mão de obra local. **EC7**

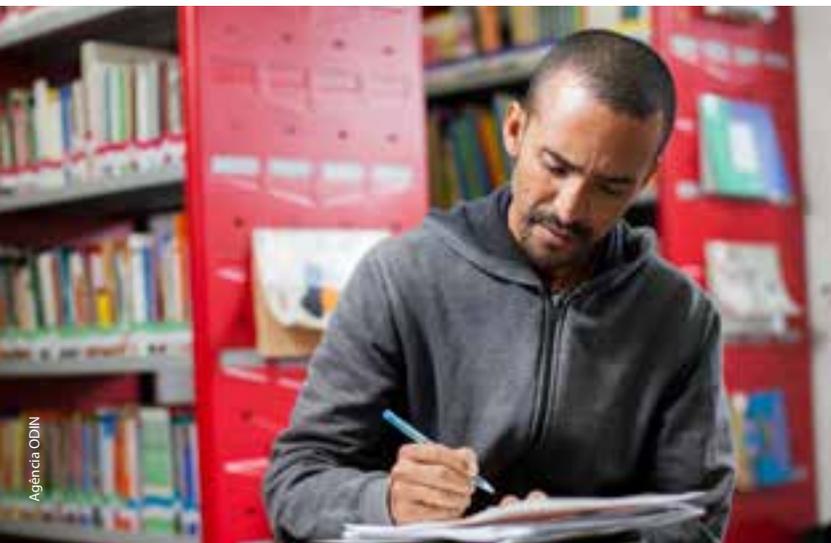
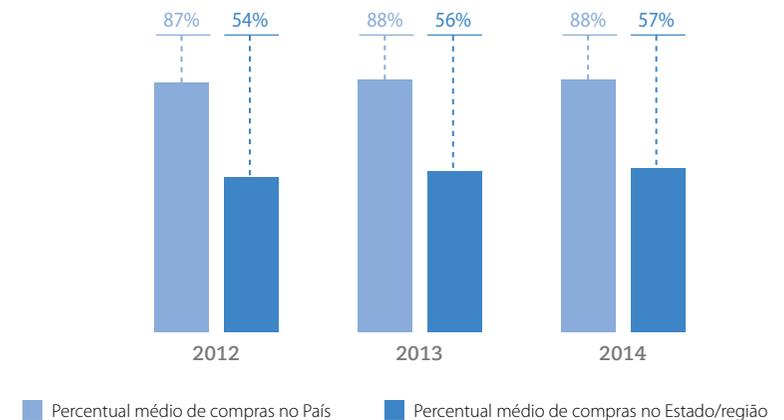
Em 2014, nosso percentual de compras locais foi de 88%, mantendo-se no mesmo patamar dos anos anteriores, e de 57% para as compras realizadas no mesmo estado/região. No Brasil, o desempenho foi de 93% (no país) e 63% (no estado), esse último sete pontos percentuais acima de 2013. Em Moçambique, as compras locais alcançaram 67%, quatro pontos percentuais acima de 2013. **EC6**

¹⁹. Empregados próprios deste indicador (**EC7**) correspondem a 99,1% (2014) do total de empregados reportados (**LA1**).

²⁰. Consideramos "alta gerência" os gerentes e diretores.

²¹. Apesar de o cálculo do indicador ter considerado local o estado de nascimento dos empregados, a nossa prática de contratação, quando aplicável, prioriza residentes no estado, e não necessariamente os naturais dele.

Percentual de compras locais em termos de valores monetários – resultados globais



88%

Foi o nosso percentual de compras locais em 2014, mesmo patamar dos anos anteriores





73

Número de empresas capacitadas no ano sobre nossos processos de suprimentos e análises de risco financeiros, em parceria com federações de indústrias do Pará, Maranhão e Espírito Santo



O Programa Inove é uma iniciativa de desenvolvimento de conteúdo local que apoia os fornecedores de cada região por meio de capacitação, apoio à concessão de empréstimos e incentivo à realização de negócios e competitividade. Em 2014, fortalecemos nossas parcerias com importantes agentes de desenvolvimento do empresariado local, ligados às Federações das Indústrias e dos quais também somos mantenedores. Com isso, conseguimos aprimorar o planejamento de capacitações, de acordo com as prioridades de fornecimento de bens e serviços de cada região.

Em parceria com as federações de indústrias dos estados do Pará, Maranhão e Espírito Santo, capacitamos 73 empresas sobre os nossos principais processos de suprimentos e diretrizes de cadastro de fornecedores e avaliação de risco financeiro de empresas. Além disso, revisitamos e atualizamos o portfólio de cursos da nossa Plataforma de Capacitação On-line, que oferece mais de 100 opções de cursos em português em diversas áreas.

Lançamos o Guia de Compras Locais de Projetos, ferramenta que padroniza as melhores práticas de compras e tem por objetivo disseminá-las ao longo da cadeia de suprimentos para projetos.

Outra iniciativa importante foi a renovação do convênio de cooperação técnica com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional). Pretendemos expandi-lo para mais 500 fornecedores nos estados do Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pará e ajudá-los no aumento da competitividade. O novo ciclo se iniciará em 2015 e terá duração de dois anos. As empresas participantes terão capacitação em diversas áreas de gestão a partir de consultorias individualizadas. No total, em 2014, foram liberados cerca de US\$ 192,2 milhões em financiamentos e créditos e mais de 100 empresas se beneficiaram dos cursos presenciais e a distância.



Nossa Plataforma de Capacitação On-line está disponível em www.inoveedu.com.br

Relacionamento com as comunidades

Povos indígenas e comunidades tradicionais

Com foco na melhoria contínua do relacionamento com povos indígenas e comunidades tradicionais, reforçamos o nosso time com profissionais com formação multidisciplinar e experiência indigenista. Além disso, qualificamos os empregados e fornecedores que possuem interface com povos indígenas nas áreas de influência das operações. Participamos também de fórum de elaboração de boas práticas de relacionamento entre Empresas e Povos Indígenas, organizado pelo The Nature Conservancy – TNC e pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), com a participação da Funai, organismos de financiamento, empresas e movimentos indígenas. Nesse âmbito, busca-se o estabelecimento de relacionamento construtivo, de benefícios mútuos, baseado no respeito à diversidade cultural e aos direitos específicos, com foco no etnodesenvolvimento²² dos povos indígenas e das comunidades tradicionais nas nossas áreas de influência.

No Brasil²³, nossas operações têm interface com 34 comunidades tradicionais e 12 povos indígenas, com os quais temos acordos, programas de mitigação de impactos ou ações de relacionamento. Dos 16 povos indígenas localizados na Austrália, no Canadá, na Indonésia, Malásia e em Nova Caledônia, temos acordos firmados com 12 comunidades. **MM5**

Em 2014, foram finalizados três estudos de impacto ambiental e iniciada a implantação de seis programas de mitigação de impacto, todos com a participação efetiva dos povos indígenas e dos órgãos licenciadores.

Apesar da melhoria contínua do relacionamento com as comunidades, em 2014, houve a interdição de nossas ferrovias em decorrência, dentre outras questões, de manifestações de povos indígenas ou comunidades quilombolas.

Interdição das ferrovias

As ferrovias estão entre os nossos grandes diferenciais competitivos. No Brasil, onde mantemos os maiores sistemas de mineração, operamos aproximadamente 1,8 mil quilômetros de malha ferroviária, 6,3% do total das estradas de ferro do País, por meio da Estrada de Ferro Carajás (EFC), com 892 quilômetros de extensão, e da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), com 905 quilômetros.

Essas linhas ferroviárias percorrem quatro estados, atravessam diversos municípios com déficits socioeconômicos significativos e onde, muitas vezes, não há outra opção de transporte público ou vias de acesso seguras. Nesses trechos operamos também trens de passageiros de longa distância.

²² A noção de etnodesenvolvimento refere-se ao exercício da capacidade social dos povos indígenas e das comunidades tradicionais de construir seu futuro, em consonância com as respectivas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. Pressupõe existirem as condições necessárias para que a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada possa se manifestar, definindo e guiando seu desenvolvimento.

²³ Nos estados do Pará, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo e Sergipe.

Apoio à agricultura familiar

As atividades agropecuárias possuem grande importância social e econômica no sudeste paraense. Para beneficiar os agricultores familiares, a Fundação Vale tem apoiado o desenvolvimento de diversas ações, com incentivo à diversificação de produção, agregação de valor e capacitações técnicas.

Após o mapeamento de demandas locais, de acordo com as vocações das comunidades e respeitando boas práticas de produção, a Fundação Vale identifica parceiros com conhecimento nos temas para realizar as ações no campo Instituto de Socioeconomia Solidária (ISES), Semear Ambiental e Cooperativa CAMPPAX.

No último ano, foram beneficiados 1.140 produtores rurais dos municípios de Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Tucumã, Parauapebas e São Felix do Xingu. Destaca-se a implantação de unidades de produção de frangos na Área de Proteção Ambiental (APA) do Gelado, em Parauapebas, o apoio à cooperativa de beneficiamento de castanhas em São Felix do Xingu e capacitações em produção de cacau e pecuária leiteira em Ourilândia do Norte e em operação de equipamentos agrícolas em Canaã dos Carajás.

Em 2013 e 2014, as ferrovias EFC e EFVM foram interditadas em razão de manifestações associadas à necessidade de mitigação de impactos, renovação e formalização de acordos, segurança das comunidades, entre outras questões não relacionadas às nossas atividades. As principais partes interessadas envolvidas foram as comunidades tradicionais e os povos indígenas e comunidades urbanas e rurais, localizadas nas áreas de influências dos nossos empreendimentos, além de movimentos sociais e políticos. As paralisações acarretaram impactos não apenas para o escoamento de nossa produção mas também nas demais comunidades, em virtude da interrupção ou do atraso do transporte de combustíveis e outras cargas e de passageiros.

No caso de obstrução, são adotadas as medidas legais cabíveis para reestabelecimento da via, que se trata de um bem público e um serviço primordial para o País, sendo nossa responsabilidade zelar por sua integridade e pela segurança de todos. No entanto, procuramos entender as motivações dos manifestantes e tratar das demandas sobre as quais podemos contribuir. Estamos comprometidos em deixar um legado positivo para as comunidades próximas às nossas operações e projetos por meio da consolidação de uma relação de confiança, de respeito mútuo e da promoção do diálogo aberto.

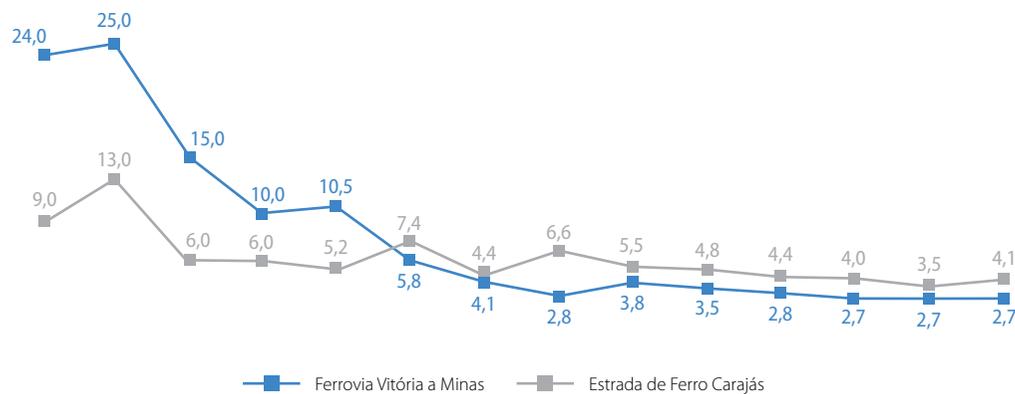
Ocorrências nas ferrovias

Seguimos também comprometidos com a redução do número de ocorrências de incidentes nas ferrovias. Mantemos uma série de iniciativas para mitigar os impactos e equipes dedicadas à gestão, ao monitoramento, ao acompanhamento e às ações de bloqueios dos incidentes.

Entre as iniciativas de mitigação, destacamos a identificação dos trechos críticos de risco ambiental, monitoramentos meteorológicos, expansão do número de simuladores e treinamentos para a condução de trens. Além disso, desenvolvemos sistemas de bloqueio de falhas, padronização das operações, manutenções periódicas em via permanente e material rodante, campanhas educativas e de sensibilização nas comunidades próximas às ferrovias e modernização e ampliação dos sistemas de sinalizações.

Ocorrências

Por milhão de trem/quilômetro (MTKm)



Desenvolvemos várias ações em linha com o nosso compromisso com a redução do número de ocorrências de incidentes nas ferrovias

Acompanhamento de situações judicializadas

Mantemos comunicação e diálogo amplo, permanente e estruturado com os povos indígenas e as comunidades tradicionais próximos às operações e aos projetos.

Em 2014, não tivemos novas ações judiciais e as questões legais foram gerenciadas, sempre de modo transparente e em permanente diálogo com as comunidades.

Atualmente, possuímos dez processos ativos, que foram reportados no Relatório de Sustentabilidade de 2013. **HR9**



Disponível em
www.vale.com/rs2013

Conflitos pelo uso da terra

Nossos empreendimentos são localizados em áreas remotas, onde há povos indígenas e comunidades locais adjacentes às nossas operações. A terra e seus recursos são de fundamental importância para essas comunidades, porque além de área de convivência, constituem sua base de subsistência.

Nossas equipes de relações com comunidades e especialistas lidam diretamente com cada uma das lideranças locais. O relacionamento com algumas comunidades requer especial atenção devido ao histórico de conflitos e vulnerabilidade social. Assim, priorizamos o gerenciamento dos conflitos por meio do diálogo. Eventualmente é necessário conduzir o processo na esfera judicial – situação na qual buscamos a conciliação e agimos com respeito aos direitos dos envolvidos, negociando acordos que viabilizem o apoio e a preservação às identidades cultural e social, assim como ao desenvolvimento territorial.

De acordo com a legislação, a manutenção da integridade e da segurança da faixa de servidão nas ferrovias é de nossa responsabilidade. Em sua maioria, os conflitos nas faixas de domínio das ferrovias Vitória a Minas e Carajás (EFVM e EFC, respectivamente) são decorrentes de ocupações e demarcações irregulares, instalação de cercas para agricultura familiar e construção de moradias ou edificações comerciais de pequeno porte de forma irregular.

Em 2014, lidamos com 44 casos de conflitos pelo uso da terra, com 33 ocupações indevidas em nossas propriedades, sendo 32 no Brasil, distribuídos por Minas Gerais, Pará e São Paulo e uma em Moçambique. Outros dez casos discutem questões relacionadas a serviços básicos, tais como transporte, alimentação e abastecimento público.

Houve também um protesto do povo indígena Tupiniquim, no Espírito Santo, motivado pelo ramal ferroviário Barra do Riacho, com interferência na Terra Indígena Comboios, homologada em 2010. Para resolução do conflito, foi firmado, no âmbito do licenciamento ambiental, um termo de compromisso socioambiental que prevê a execução de projetos nos eixos de educação, saúde, moradia, atividade produtiva e projetos sociais que beneficiem o povo indígena.

Todos os casos estão sendo devidamente acompanhados visando à resolução da situação. **MM6, MM7**

Remoção involuntária

A remoção involuntária de comunidades pode ser imprescindível para o desenvolvimento das nossas atividades, em função da rigidez locacional das jazidas de minério. Por isso, desde 2014, a Norma de Remoção Involuntária orienta a execução desses processos. Além dela, utilizamos o Manual de Relação com Comunidades para Projetos de Capital, o Guia de Relacionamento com Comunidades e o Procedimento de Remoção Involuntária, documentos elaborados à luz das diretrizes internacionais, especialmente aquelas definidas pelo Banco Mundial e IFC – International Finance Corporation.

Os processos de remoção involuntária em curso no ano de 2014 estão relacionados aos empreendimentos Onça Puma (PA), Projeto S11D Logística (PA e MA), Perfuração de Poços para Pesquisa de Minério de Silvinita (SE), Projeto Complexo Mineral de Patrocínio (MG), Projeto Modernização (MG), no Brasil, e Projeto Corredor Nacala, em Moçambique e Malauí.

Esses processos encontram-se em fases distintas de execução, conforme previsto nos normativos da empresa: planejamento, análise de cenário (diagnósticos), elaboração de Plano de Atendimento, negociação, pré-mudança, mudança e pós-mudança.

Em Moçambique e Malauí, o processo de remoção em curso, em 2014, possibilitou a desocupação de áreas operacionais necessárias à implantação do Projeto Corredor Nacala, demandou compensações pela perda de infraestruturas e outros bens para 8.406 famílias e demandou também a inclusão de 1.798 famílias em programas de indenização assistida.

No Brasil, nove famílias receberam indenização simples pela perda de infraestrutura e outros bens; 49 foram contempladas em programas de indenizações assistidas e duas foram reassentadas. **MM9**

A tabela apresenta as atividades de remoção involuntária detalhadas por empreendimento:

Empreendimento	Local	País	Estado/Distrito	Contempladas com indenização simples (sem acompanhamento)	Removidas por meio de indenização assistida	Removidas por meio de reassentamento
Projeto Modernização BH – Sabará	Bairro Nações Unidas	Brasil	Minas Gerais	4	12	0
Projeto Complexo Mineral de Patrocínio	Mata da Bananeira	Brasil	Minas Gerais	0	0	2
Perfuração de Poços para Pesquisa de Minério de Silvinita	Povoado Patioba	Brasil	Sergipe	0	1	0
S11D Logística	Cajuapara	Brasil	Maranhão	0	2	0
	São Félix	Brasil	Pará	4	32	0
Unidade Operacional de Onça Puma	Projeto de Assentamento Campos Altos e Tucumã	Brasil	Pará	1	2	0
Projeto Corredor Nacala (Seção 2)	Catete, Nhassossa, Cachoeira, Inhangoma, Nhamitsatsi, Monga, Cituavua, Mpassi, Mameme, Madamba, Ntsanha Mbembezi e Kalango ya Ntchenga	Moçambique	Tete	151	11	0
Projeto Corredor Nacala (Seções 6 e 7)	Mecanhelas, Cuamba, Malema, Ribaue, Mecuburi, Rapale, Nampula, Meconta e Monapo	Moçambique	Nampula e Niassa	5.460	1.176	0
Projeto Corredor Nacala (Seção 8)	Nacala-a-Velha, Mossuril	Moçambique	Nampula	0	611	0
Projeto Corredor Nacala (Seções 3 e 5)	Senior Chief Nasamala, Liwonde Town, Traditional Authority Sitola, Senior Chief Liwonde, Traditional Authority Mlomba e Senior Chief Kawinga	Malauí	Distrito Balaka e Distrito Machinga	2.795	0	0
Total				8.415	1.847	2

Emissões atmosféricas, ruído e vibração

Mantemos o compromisso de melhoria contínua na redução de emissões atmosféricas, ruído e vibração. Em 2014, investimos US\$ 75,4 milhões em iniciativas direcionadas ao aperfeiçoamento de processos e aprimoramento da gestão e dos sistemas de controle relacionados aos temas.

Na mineração, as emissões atmosféricas mais significativas são de material particulado provenientes de fontes difusas (emissões fugitivas). Elas têm origem no tráfego de veículos em vias não pavimentadas, de áreas expostas sujeitas ao arraste eólico, na movimentação de materiais a granel e no transporte ferroviário.

Adotamos diferentes medidas para o controle de emissões difusas, entre as quais se destacam os sistemas de aspersão, a aplicação de agentes supressores de poeira, enclausuramento, *wind-fences*²⁴ e revegetação de taludes.

Nas usinas de pelotização 1 a 4 do Complexo de Tubarão (ES), foi introduzido o projeto de modernização do sistema de aplicação de glicerina nas rotas de pelotas, permitindo o aprimoramento do controle de emissões. Esse projeto está em implementação nas Usinas de 5 a 8, com previsão de início de operação em 2015.

Já no Complexo Industrial de Moatize, em Moçambique, desenvolvemos um Plano de Ação para a redução das emissões atmosféricas, elaborado com base em Estudo de Melhores Práticas Globais no Controle de Emissões de Material Particulado e no Diagnóstico de Sistemas de Controle do Complexo. Dentre as medidas adotadas, destacam-se a instalação de três canhões de aspersão de água para controle de emissões em áreas críticas e a aplicação de supressores de poeira em vias de tráfego de veículos. Adicionalmente, foram instalados novos monitores de meteorologia e qualidade do ar, automáticos e com resultados em tempo real que contribuirão para modernizar a rede de monitoramento e aprimorar a gestão das emissões atmosféricas do complexo.

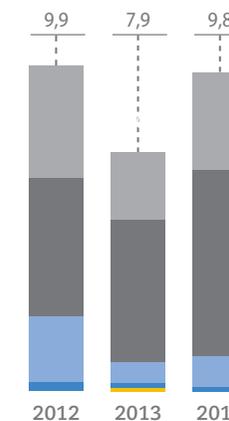
Visando ao desenvolvimento e à disseminação de boas práticas, mantemos também programas internos de capacitação técnica nas unidades operacionais, além de realizarmos reuniões periódicas em dois subcomitês temáticos – Emissões Atmosféricas e Ruído & Vibrações – e em um grupo de trabalho de tecnologia ambiental.

As nossas emissões provenientes de fontes fixas (níquel, pelotização, fertilizantes e ferroligas), em 2014, totalizaram 9,8 mil toneladas, 25% superiores às emissões de 2013. A principal razão desse aumento decorre da maior produção e de problemas operacionais no sistema de controle de material particulado, na Indonésia. As emissões, no entanto, mantiveram-se em conformidade com o padrão local. **EN20**

²⁴ Barreiras de vento que cercam os pátios de estocagem de produtos e reduzem o arraste de poeira.

Emissões de material particulado EN20

Em mil toneladas



* Inclui emissões de carvão e cobre.

No que diz respeito ao controle de ruído ambiental, foi elaborado, para a Estrada de Ferro Vitória a Minas, um Plano Estruturante com ações de curto, médio e longo prazos para a redução de ruído nas operações ferroviárias, visando ao conforto acústico das comunidades do entorno. Além disso, realizou-se um programa de conscientização e melhores práticas, destinado aos operadores e gestores das unidades de carregamento e aspersão de supressores de poeira para aprimorar o controle de emissões durante o transporte ferroviário.

O Centro de Controle Ambiental (CCA), em Nova Lima (MG), mantém uma equipe multidisciplinar responsável por realizar a gestão e o monitoramento ambiental nas unidades operacionais do Sistema Sul, que compreende a produção de minério de ferro, de pelotas e de seu entorno. O CCA é certificado na norma ISO 17025 para o automonitoramento da qualidade do ar, sismografia e ruído ambiental. Nesse centro, foi implantado, em 2014, um novo sistema de monitoramento de ruído ambiental, equipado com 11 estações automáticas com análises em tempo real, o

que possibilita a adoção de ações para aperfeiçoar o controle dos ruídos. A iniciativa é pioneira na América do Sul e até 2018 estão previstas mais 27 estações.

Desmobilização de ativos e fechamento de mina

As reservas minerais não são infinitas. Por essa razão, nos preparamos para encerrar uma operação por meio da elaboração de planos de fechamento de mina, que envolvem aspectos técnicos, econômicos e socioambientais. Esse planejamento engloba todo o ciclo de vida dos nossos empreendimentos, desde a fase de pesquisa até o fechamento, incluindo novos projetos. Além de atender às legislações das localidades em que atuamos, nossas ações de fechamento de mina têm como objetivo garantir um legado positivo nas regiões.

No Brasil, concluímos a elaboração dos planos de fechamento de todas as nossas unidades de mineração. Em relação às demais operações, 93% das unidades de mineração estão cobertas por planos dessa natureza, alinhados à legislação de cada localidade.

Além disso, um procedimento interno, alinhado às normas internacionais, regulamenta a composição da Provisão para Desmobilização de Ativos. Cada estrutura (ativo) tem sua vida útil avaliada anualmente para estimarmos os custos de sua desmobilização. Esse processo é adotado desde 2003 e é apresentado em nossa demonstração contábil. No fim de 2014, a provisão totalizou aproximadamente US\$ 3,369 bilhões em valor nominal para todas as nossas empresas no Brasil. Foram utilizados por nossas unidades cerca de US\$ 37,3 milhões em ações de desmobilização de estruturas em fase final de vida útil. Essas ações favorecem a reabilitação progressiva na medida em que as atividades de reabilitação são iniciadas ainda durante a vida útil da mina e não somente ao fim da operação. A aplicação dos valores liberados da provisão é acompanhada corporativamente e submetida à auditoria externa, de modo que garanta a transparência na gestão dos recursos. **MM10**



O Centro de Controle Ambiental (CCA), em Nova Lima (MG), mantém uma equipe multidisciplinar responsável por realizar a gestão e o monitoramento ambiental nas unidades operacionais do Sistema Sul



- Mudanças Climáticas e Energia
- Recursos Hídricos
- Biodiversidade e Uso da Terra

Relação com o Meio Ambiente e as Mudanças Climáticas

Mantemos compromisso com a Meta Carbono, que consiste em reduzir em 5% as emissões diretas de GEE em 2020

Mudanças climáticas e energia

As mudanças climáticas são um desafio global que impacta toda a sociedade, especialmente por envolver a disponibilidade de recursos hídricos e energia, a biodiversidade, o uso da terra e as comunidades. Para reduzir seus efeitos, é necessário o esforço de todos na redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), de forma que limite o aquecimento global em até 2°C¹.

Nossa Política Global de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas inclui a Meta Carbono, que consiste em reduzir em 5% as emissões diretas de GEE em 2020, e incentivos à nossa cadeia de valor a fazer o mesmo.

Apoiamos a mobilização de organizações setoriais, governos e empresas, participamos ativamente dos fóruns de debate sobre mudanças climáticas, acompanhamos a legislação dos países onde atuamos e avaliamos alternativas para redução de emissões.

Pela quinta vez, integramos o índice Climate Disclosure Leadership Index (CDLI²), do CDP³, e também tivemos nosso inventário⁴ classificado com o selo Ouro do Programa Brasileiro do GHG Protocol. As metodologias, as diretrizes, os potenciais de aquecimento global, as referências e os fatores de emissão adotados no nosso Inventário são publicados anualmente no CDP Climate Change e no Programa Brasileiro do GHG Protocol⁵.

Encerramos o ano com 13,8 milhões de tCO₂e de emissões diretas de GEE (escopo 1⁶) e com 2,1 milhões de tCO₂e de emissões indiretas (escopo 2⁷). Já as emissões renováveis⁸, provenientes de fontes de emissão diretas, totalizaram 0,3 milhão de tCO₂e. Nossas emissões de escopo 1 reduziram em 2%, em razão das vendas de ativos na logística e paradas de produção nos negócios de carvão e manganês. As emissões de escopo 2 aumentaram em 30%, impactadas principalmente pelo fator de emissão do sistema elétrico brasileiro, que aumentou em 40%.

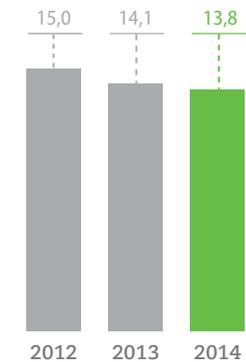
EN15, EN16, EN17, EN29

1. Conforme estabelecido no Acordo Copenhague: unfccc.int/resource/docs/2009/cop15/eng/11a01.pdf
2. Disponível em: www.cdp.net/CDPResults/CDP-brazil-climate-change-report-2014-english.pdf, página 34.
3. Seu sistema global permite às empresas medir, gerenciar e compartilhar informações sobre emissões de GEE e outros temas ambientais: www.cdp.net/en-US/Pages/HomePage.aspx
4. Elaborado com abordagem de controle operacional, possui ano-base móvel e inclui os gases: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e um grupo de hidrofluorcarbonos (HFC).

5. Disponível em: registropublicodeemissoes.com.br/index.php/statistic
6. Abrangem as emissões de fontes próprias ou controladas pela Vale como o uso de combustíveis e processos produtivos.
7. Abrangem as emissões de fontes não controladas pela Vale referentes à compra de energia elétrica e vapor de processo.
8. Emissões provenientes de energia de fontes inesgotáveis, como biocombustíveis, solar e eólica. Adaptado de GHG Protocol – www.ghgprotocol.org/files/ghgp/public/ghg-protocol-revised.pdf, página 101.

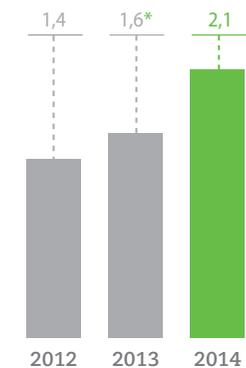
Emissões de Gases de Efeito Estufa

Escopo 1 – milhões de toneladas de CO₂e



Emissões de Gases de Efeito Estufa

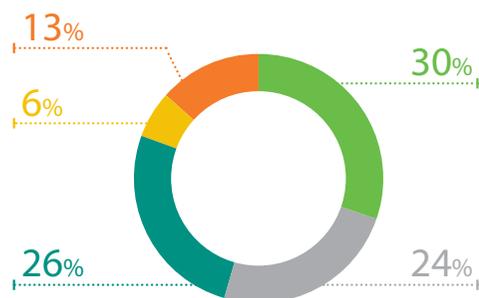
Escopo 2 – milhões de toneladas de CO₂e



* Escopo 2: Para 2013, o valor foi recalculado de 1,3 para 1,6, pois o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) corrigiu os fatores de emissão.

Emissões por fonte (direta e indireta)

Total em milhões de toneladas de CO₂e



- Combustão Móvel
- Combustão Estacionária^I
- Processos Industriais^{II}
- Emissões Fugitivas^{III}
- Compra de eletricidade e vapor
- Emissões Agrícolas^{IV}

- I. Combustão estacionária: Consumo de combustível, uso de explosivos e queima em *flare*.
- II. Processos industriais: pelota queimada, níquel e coprodutos, ferroliga, amônia e ureia, rocha fosfática e ácido nítrico.
- III. Emissões fugitivas: mineração do carvão, *post mining* e gases refrigerantes.
- IV. Emissões agrícolas representam 0,1%.

Nossas emissões de GEE refletem o perfil da nossa matriz energética, composta por cerca de 21% de energia renovável e 79% de energia não renovável, sendo o diesel e o gás natural as principais fontes de energia e emissão. O nosso consumo energético totalizou 195 mil TJ e o nosso indicador de emissão por consumo de energia foi 81 tCO₂e/mil TJ, 1% menor que o do ano anterior.

Matriz energética consolidada	(%)	Tipo
Diesel	24%	■
Gás natural	18%	■
Eletricidade renovável GRID	14%	■
Carvão mineral e coque	12%	■
Combustíveis de navegação	7%	■
Eletricidade não renovável GRID	7%	■
Combustível renovável	7%	■
Outros	2%	■

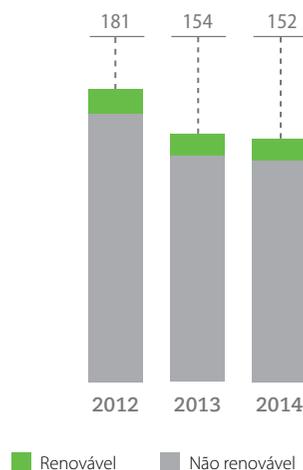
- Renovável (21%)
- Não renovável (79%)

Nosso consumo de eletricidade (42 mil TJ) corresponde a 21% da nossa matriz energética, sendo que 51% desse total é proveniente de autoprodução de energia elétrica.

Em 2014, os investimentos em energia renovável totalizaram US\$ 117 milhões, com aplicação em geração de energia hidráulica e eficiência energética. Esse resultado reforça o nosso compromisso de garantir o suprimento de energia de forma competitiva e sustentável, privilegiando as fontes renováveis e eficiência energética das operações, buscando reduzir custos e emissões de GEE. **EN3, EN4, EN16, EN17**

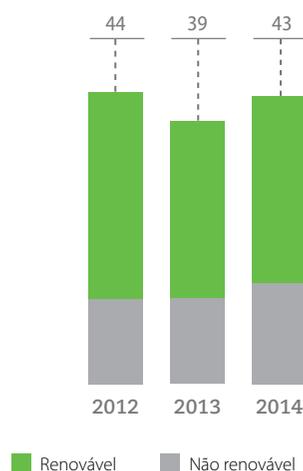
Consumo consolidado de energia direta

Em mil TJ/ano



Consumo consolidado de energia indireta

Em mil TJ/ano



A Vale mantém participação societária em nove usinas hidrelétricas (UHEs) no Brasil e em três na Indonésia, além de quatro pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), também no Brasil, e cinco no Canadá. Detemos ainda participação indireta na Norte Energia S.A., sociedade de propósito específico, que tem por objetivo a construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Em 27 de fevereiro de 2015, concluímos a transação iniciada em 2013 com a Cemig GT para formação da *joint venture* Aliança Geração de Energia S.A., que passa a abrigar alguns projetos e ativos de geração de energia elétrica das duas empresas. Vale e CEMIG GT detêm participação de 55% e 45%, respectivamente, no capital total da Aliança Geração. Foi também concluída a transação com a CEMIG GT para a venda de 49% da participação da Vale na Norte Energia, que aconteceu em duas etapas: inicialmente a Vale transferiu a sua participação de 9% na Norte Energia para a sua subsidiária Aliança Norte Energia Participações S.A. (Aliança Norte) e, na sequência, a CEMIG GT adquiriu 49% das ações dessa empresa. O fechamento da transação da Aliança Norte ocorreu em 31 de março de 2015, passando Vale e CEMIG GT a deter participação de 51% e 49%, respectivamente, no capital da empresa⁹.

⁹. Mais informações sobre o acordo com a Cemig Geração e Transmissão S.A. encontram-se no Formulário de Referência.

Medidas de mitigação

A gestão energética é fundamental para atingirmos a Meta Carbono e pode ser evidenciada por meio das metas de redução de consumo de combustíveis e eletricidade nas nossas operações, que compõem o Plano de Ação em Sustentabilidade (PAS).

Atuamos na conservação e no uso racional dos recursos energéticos, por meio da identificação e implantação de projetos de redução de consumo em sistemas de transporte de material (bombeamento e transportadores de correias), de utilidades (ventilação, captação de água e ar comprimido) e de sistemas térmicos (fornos, caldeiras e queimadores).

Para exemplificar os diversos esforços em prol da promoção da conservação de energia em 2014, destaca-se a implantação de dois projetos de eficiência energética na Mina de Alegria, em Mariana (MG): a conversão da fonte de alimentação a diesel por energia elétrica em uma das britagens semimóveis e a instalação de *kits* Caçamba Quente na balsa de 13 caminhões fora de estrada, que impedem o transporte de material "morto" aderido na caçamba, promovendo a redução do consumo de diesel e ao mesmo tempo



34%

da redução alcançada
com projetos de
substituição de
combustíveis
como óleo ou GLP
por gás natural



o aumento de produtividade. Essas duas ações geram uma economia anual de US\$ 344,8 mil, além da redução de 1,5 mil tCO₂ e 17 TJ anuais.

Vale ressaltar também a implantação do Sistema de Informação de Energia nas operações de pelletização de Vitória e na Vale Fertilizantes, o que possibilita o monitoramento detalhado do desempenho energético das unidades, além do mapeamento e identificação de oportunidades de redução do consumo.

Buscamos alternativas de substituição do diesel em nossas operações por meio de investimentos em combustíveis, como gás natural e biodiesel. Em 2014, alcançamos a redução de 1,2 milhão de tCO₂e, sendo cerca de 20% referente à implantação de novos projetos no ano e os demais 80% correspondem a projetos implantados anteriormente. Do total da redução

atingida, 46% devem-se a projetos de eliminação de GEE (como uso de *flare* e catalisador); 34% à troca de combustível (como substituição de óleos ou GLP por gás natural); 18% ao aumento de eficiência (como substituição de equipamentos e melhoria de processos) e o restante à mudança na forma de transporte ou no comportamento de operadores. **EN5, EN7, EN18**

Riscos e oportunidades referentes às mudanças climáticas IP1.2, EC2

A mineração é particularmente suscetível aos impactos da mudança do clima por concentrar-se em localidades geográficas específicas, envolver ativos fixos com longa vida útil e cadeias de valor globais. Além disso, as atividades compreendem a gestão de recursos hídricos e energéticos sensíveis ao clima e as expectativas de diferentes partes interessadas.



Buscamos alternativa de substituição do diesel em nossas operações por meio de investimentos em gás natural e biodiesel

Nossos riscos relacionados às mudanças climáticas são classificados em duas principais dimensões:

Físicos | Expressos em alterações físicas capazes de impedir a continuidade e a segurança da produção. Nossas vulnerabilidades¹⁰ vêm sendo mapeadas, assim como os possíveis impactos decorrentes delas, para a integração do tema à realidade das operações e dos negócios, com destaque para quatro grandes grupos de eventos climáticos: aumento de temperatura, elevação do nível do mar, mudanças nos padrões de precipitação e aumento da frequência e/ou intensidade de eventos climáticos extremos (secas, enchentes, tempestades).

Os ativos da área de logística são considerados os mais suscetíveis aos impactos físicos das mudanças climáticas. Estamos dedicados à busca de soluções que minimizem seus riscos, levando em conta as áreas e comunidades onde estamos inseridos. Para isso, iniciamos, em 2014, um trabalho de avaliação de riscos específicos à mudança do clima em três portos: Tubarão, São Luiz e Terminal da Ilha Guaíba (TIG).

Um exemplo de nossas medidas de adaptação foi a instalação do radar meteorológico do Centro Capixaba de Monitoramento Hidrológico (CCMH), em parceria com o Governo do Estado do Espírito Santo, conferindo maior segurança e proteção à integridade de equipamentos e, principalmente, à vida nas nossas operações do Porto de Tubarão.

Regulatórios | Há dois principais riscos de natureza regulatória. O primeiro é o limite de emissão ou taxações/impostos de carbono que podem levar à diminuição da atividade econômica e, conseqüentemente, à redução da demanda por nossos produtos. O segundo seriam novas regulações exigindo investimentos em novas tecnologias de processos industriais, sistemas de monitoramento e abatimento de emissões ou nova infraestrutura, resultando em aumento dos custos de produção, transporte ou extração. **EC2**

Engajamento de fornecedores

Em 2014, realizamos o terceiro Fórum sobre Gestão de GEE para trocar experiências e debater os desafios sobre o tema. Desde 2012, treinamos 195 fornecedores na elaboração de inventários de GEE para incentivar a nossa cadeia de valor na gestão de suas emissões e, em 2014, em atendimento à nossa cláusula voluntária¹¹, recebemos 102 inventários.

As emissões de escopo 3, apuradas ao longo da cadeia de valor, somaram 255 milhões de tCO₂e e as emissões renováveis totalizaram 6.732 tCO₂e e no ano. O gráfico ao lado apresenta as emissões por categoria¹² de escopo 3 da Vale.

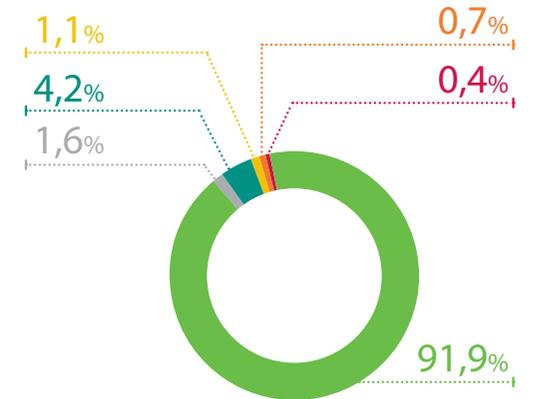
¹⁰ O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) define vulnerabilidade como "o grau de suscetibilidade de um sistema aos efeitos adversos da mudança climática, ou sua incapacidade de administrar esses efeitos, incluindo variabilidade climática ou extremos. Vulnerabilidade é função do caráter, dimensão e taxa de variação climática ao qual um sistema é exposto, sua sensibilidade e capacidade de adaptação".

¹¹ Desde 2012, estabelecemos em nossos contratos uma cláusula voluntária sobre a disponibilização de inventário de emissão de GEE.

¹² As seguintes categorias não são contabilizadas no escopo 3: Resíduos Gerados, por não ser material; Tratamento de Fim de Vida dos Produtos Vendidos, Bens Arrendados e Franquias, por não serem categorias aplicáveis; e Investimentos, por ainda não terem sido calculados.

Emissões indiretas de GEE

Escopo 3 – Total de 255 milhões de toneladas de CO₂e



- Processamento de produtos (minérios e ferroligas)
- Compras de materiais e serviços
- Uso de produtos da Vale (carvão térmico e fertilizante)
- Compras de insumos energéticos e eletricidade
- Fonte móvel contratada (Upstream e Downstream)
- Outros*

*Bens de capital, viagens aéreas de funcionários, transporte terrestre contratado de funcionários.

Promovemos em 2014 o terceiro Fórum sobre Gestão de GEE, com o propósito de debater e trocar experiências

Recursos hídricos

Diante de novos padrões de crescimento da população, produção de energia e condições climáticas, é crescente a necessidade de proteção dos recursos hídricos – bem valioso para a atual e as futuras gerações. Tanto que, em 2014, a relevância da eficiência hídrica levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a chamar a atenção do mundo para a relação água e energia.

A água é indispensável ao processo de mineração, embora a atividade não seja a maior usuária do recurso no Brasil ou globalmente. Segundo a Agência Nacional de Águas¹³, cerca de 60% da vazão de água retirada do meio ambiente é destinada à agricultura irrigada e animal. Já o setor industrial, que inclui a mineração, retira 17% e consome 7%, os outros 10% são devolvidos ao meio ambiente. Calcula-se que, da retirada total do setor industrial (17%), fomos responsáveis por 2,2%¹⁴.

Buscamos garantir a conservação da água por meio de iniciativas que vão além do atendimento aos requisitos legais. Atuamos em diferentes instâncias: do desenvolvimento de tecnologias inovadoras à participação na construção de instrumentos legais de gestão de recursos hídricos. Em 2014, cerca de 9% (US\$ 76 milhões) dos nossos dispêndios ambientais foram direcionados ao gerenciamento dos recursos hídricos.

Aprimoramos o nosso desafio que se estende além da redução de água nova e considera a redução da demanda total: água retirada do meio ambiente somada à de reúso e de recirculação. A partir de 2015, nosso objetivo é otimizar todo o recurso usado nos processos, seja água nova ou reutilizada.

Como algumas de nossas operações estão localizadas em regiões com pouca infraestrutura hídrica, apoiamos o seu desenvolvimento, beneficiando também as comunidades do entorno, como cerca de 160 famílias da comunidade rural Rio Grande, em São Luís (MA). Nessa comunidade, foi concluída a implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Centro Comunitário e Horta Comunitária de Rio Grande, que iniciou sua operação em fevereiro de 2014, contribuindo assim para o abastecimento doméstico, para a produção agrícola da horta comunitária (11 hectares), para criação de animais e para o início da atividade de piscicultura.

¹³. Dados de 2010 obtidos a partir da Publicação da Agência Nacional de Águas: Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, de 2013.

¹⁴. Percentual calculado pela razão dos nossos dados divulgados no Relatório de Sustentabilidade para o ano de 2010 e dados divulgados na Publicação da Agência Nacional de Águas: Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, de 2013.

Programa Selo Verde

Para adequar as nossas edificações ao conceito de Edificação Eficiente, ou seja, instalação que utiliza soluções que economizem recursos naturais, reduzam a poluição e respeitem o meio ambiente, a gerência de operação da Estrada de Ferro Vitória a Minas criou, em 2012, o Programa Selo Verde. Baseado no Padrão PGS 002585, a metodologia possui uma classificação de E a A (do menos ao mais eficiente) e avalia um conjunto de requisitos, como aproveitamento de água de chuva, uso de painéis para captação de energia solar, sensores de presença nas áreas comuns, torneiras e mictórios com temporizadores, iluminação artificial com lâmpadas LED, sanitários com caixa acoplada de fluxo duplo, segregação e destino correto dos resíduos e substituição de pilhas por baterias recarregáveis. Em 2014, 40 edificações da Diretoria de Operações Logísticas receberam esse reconhecimento, com soluções voltadas à redução do consumo de recursos naturais e geração de resíduos.



9%

Total dos dispêndios ambientais do ano destinado ao gerenciamento dos recursos hídricos. O percentual representa recursos da ordem de US\$ 76 milhões



Concurso Vale Natureza

Mecanismos de engajamento

Acompanhamos as discussões sobre água nos âmbitos local e global e mantemos contato estreito com órgãos governamentais, o que nos possibilita antever tendências e participar das discussões sobre mudanças regulatórias. No Brasil, participamos de 33 Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), constituídos nas bacias onde estão localizadas 39 de nossas operações, incluindo os comitês das quatro bacias que demandam maior volume de água nova: Cubatão, Araguari, Piracicaba e das Velhas. Os CBHs, de acordo com a Política de Recursos Hídricos do Brasil, são, entre outras atribuições, responsáveis por:

- Tratar das prioridades do uso da água, do gerenciamento de conflitos e da aprovação dos planos de recursos hídricos das bacias
- Definir e estabelecer os mecanismos de cobrança

- Sugerir os valores a serem cobrados, que devem ser aprovados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou pelos respectivos Conselhos Estaduais, a depender do domínio das águas

De acordo com a legislação, somente são cobrados os usos sujeitos à outorga e cabe destacar que a cobrança ainda não está instituída em todas as bacias hidrográficas brasileiras. Nossas operações realizam o pagamento pelo uso da água naquelas bacias em que o instrumento da cobrança já foi instituído.

Buscamos mobilizar os nossos especialistas em água, de diferentes áreas de negócios, no âmbito do Subcomitê de Recursos Hídricos para debater os desafios tecnológicos e as tendências regulatórias associadas à gestão de águas e efluentes. Em

2014, promovemos encontro focado na troca de experiências entre os participantes sobre suas atuações nos Comitês de Bacias Hidrográficas e sobre o cenário atual da política de recursos hídricos no Brasil, tendo em vista o aperfeiçoamento de nossa atuação com os demais usuários dos recursos hídricos, de forma articulada e integrada.

Além disso, mantivemos a nossa participação na Rede de Recursos Hídricos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, em 2014, passamos a ocupar a presidência da Câmara Temática de Água do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), representante no Brasil do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD).

Monitoramento

Para o gerenciamento dos recursos hídricos, é fundamental o aperfeiçoamento de nossos programas e equipamentos de monitoramento. Esses elementos contribuem para o aumento da confiabilidade dos dados e para a identificação de desperdícios e de melhorias potenciais, levando à redução da demanda total de água.

De 2011 a 2014, foram desenvolvidos mais de 500 projetos para a instalação de equipamentos de monitoramento de vazão, sendo que 300 já foram adquiridos ou instalados. No Porto do Complexo de Tubarão, por exemplo, a instalação de medidores mais modernos e automatizados levou à redução de aproximadamente 30% da demanda total de água.

Demos continuidade também aos estudos relacionados à pegada hídrica, com o projeto piloto nas unidades de ferrosos, usando como referência a norma ISO 14046 Water footprint – Principles, Requirements and Guidelines. **ENB**

Desenvolvemos, ainda, o projeto das Redes Integrada e Consorciada de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, em Minas Gerais, nas bacias dos rios das Velhas e Paraopeba, respectivamente, onde estão localizadas 14 unidades operacionais. O objetivo do projeto, iniciado em 2012, era otimizar o monitoramento por meio de padrões e parcerias com os órgãos ambientais e de recursos hídricos. Em 2014, essa iniciativa foi replicada em 12 de nossas operações nas bacias dos rios do Carmo, Piracicaba e Santo Antônio, em Minas Gerais, e em quatro operações do Sistema Norte e no Projeto S11D, em fase de instalação, na bacia do rio Itacaiúnas, no Pará. As três propostas de redes integradas e os planos de redes consorciadas, nos quais se concentram aproximadamente 30% do nosso volume de água nova captado em 2014, foram encaminhados para avaliação dos órgãos ambientais pertinentes. Desse total, os projetos relacionados às nossas operações, nas bacias hidrográficas localizadas em Minas Gerais, já foram aprovados pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), abrangendo 26 unidades operacionais.

Conforme apresentado no mapa a seguir, cerca de 80% das nossas unidades encontram-se em áreas de “baixo” e “baixo a médio risco” de estresse hídrico e representam aproximadamente 90% das vazões retiradas do meio ambiente. Menos de 7% das nossas operações estão localizadas em regiões de alto ou extremo risco de estresse hídrico e são responsáveis por, aproximadamente, 8% do volume total de água captada pela empresa. Cabe destacar que, na unidade do Complexo de Bayovar, no Peru, localizada em área de alto risco de estresse hídrico, o suprimento de água para o processo é por meio de dessalinização da água do mar.

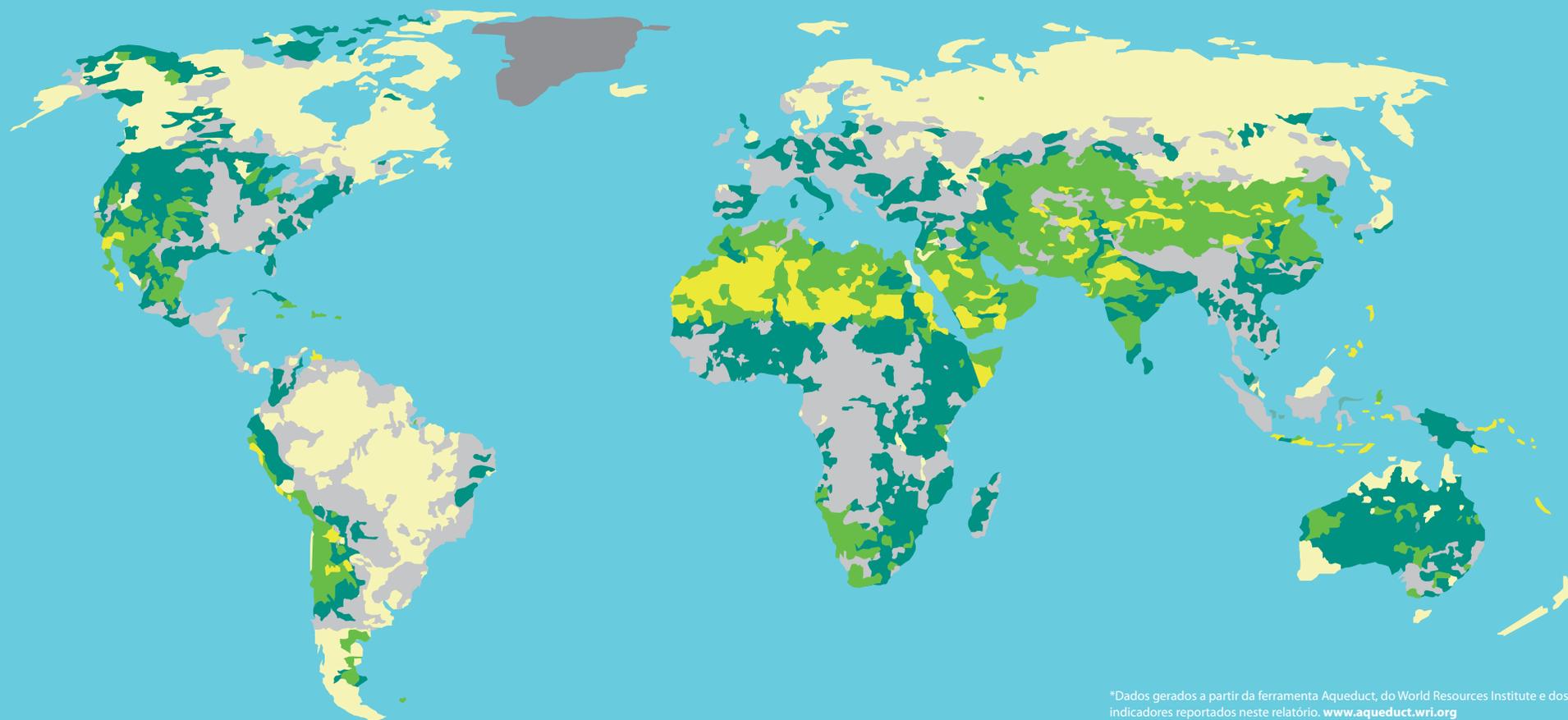


30%

Redução da demanda total de água no Porto do Complexo de Tubarão em virtude da instalação de medidores mais modernos e automatizados



Áreas de risco de estresse hídrico*



*Dados gerados a partir da ferramenta Aqueduct, do World Resources Institute e dos indicadores reportados neste relatório. www.aqueduct.wri.org

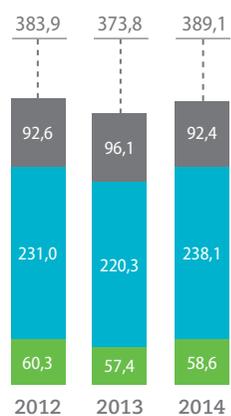
Operações da Vale nestas áreas

Argentina	01	Indonésia	01	Paraguai	01
Austrália	02	Japão	01	Peru	01
Brasil	44	Moçambique	01	Reino Unido	02
Canadá	04	Nova Caledônia	01	Taiwan	01
China	01	Omã	01		

Risco	Operações	Distribuição (%)
■ Baixo	13	21%
■ Baixo a médio	36	58%
■ Médio a alto	8	13%
■ Alto	3	5%
■ Extremo	1	2%
■ Sem dados	1	2%

Total de água captada por tipo de captação EN8

Em milhões de m³/ano

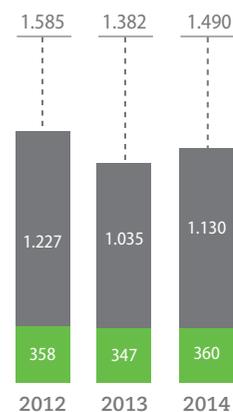


■ Captação Subterrânea ■ Captação Superficial ■ Outros*

* Captação de águas pluviais, água fornecida por empresas de abastecimento/concessionárias ou provenientes de outras organizações. A água de fonte superficial ou subterrânea, que é captada exclusivamente para uso de terceiros, também está contabilizada nessa categoria.

Demanda total*

Em milhões de m³/ano



■ Soma de volume reutilizado (reúso + recirculação)
■ Água nova (captação total excluindo terceiros)

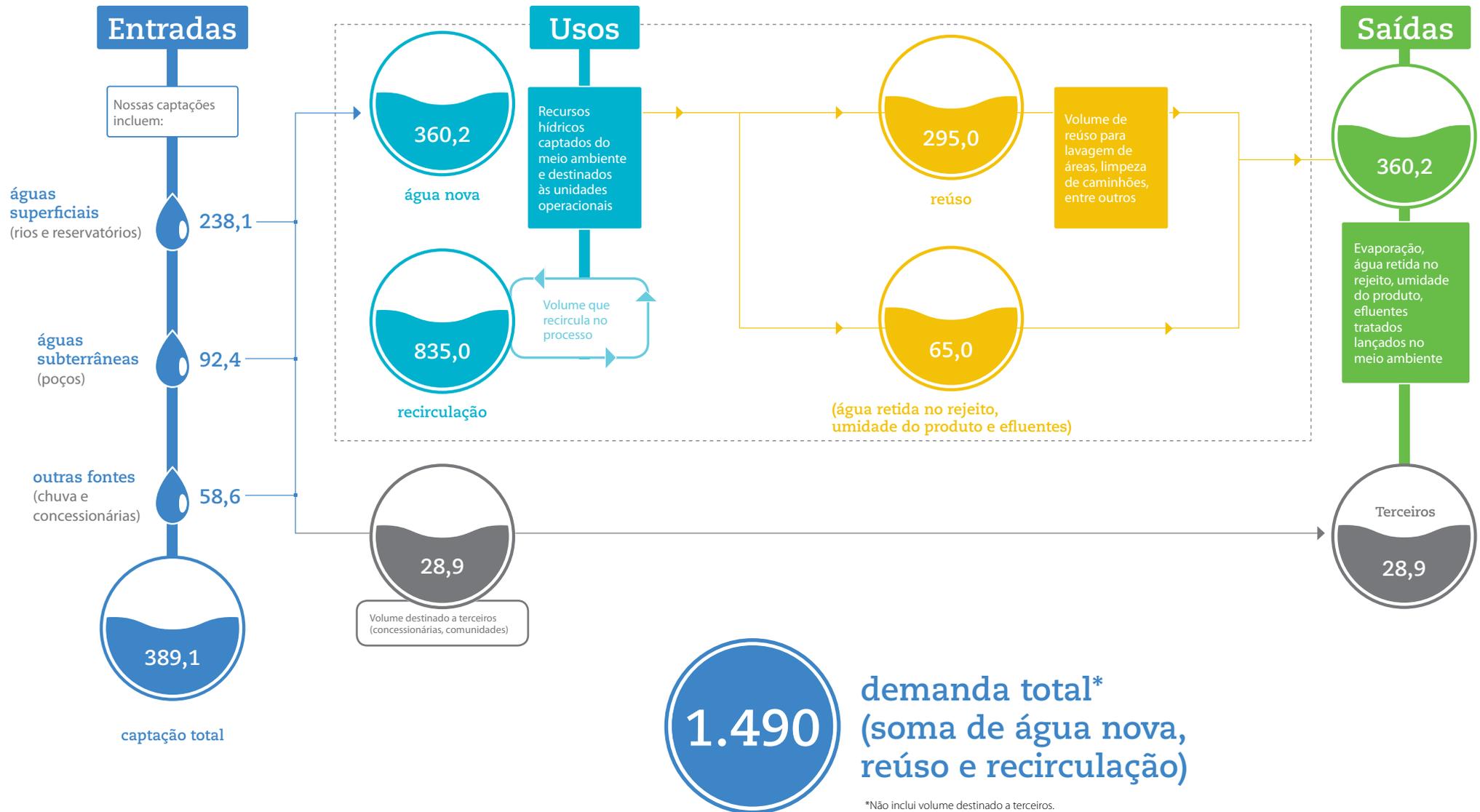
* Em geral, os dados são obtidos por meio de medição direta, exceto em algumas operações para as quais são realizadas estimativas, analisadas conforme os respectivos balanços hídricos. Estamos trabalhando na melhoria contínua dos processos de medição.

Demanda total

Em 2014, nossa taxa de reutilização foi de 76%. Deixamos de captar 1.130 milhões de m³ de água em fontes naturais. O percentual de reutilização aumentou em 1% em comparação com 2013 (75%). Do ponto de vista de demanda total (água captada, recirculação e reúso), houve aumento de

aproximadamente 8% em relação ao ano anterior. Isso se deve ao aumento de produção das seguintes áreas de negócio: minério de ferro (6,8%), pelotas (10,2%), níquel (5,7%), cobre (2,6%) e rocha fosfática (1,7%). EN8, EN10

Balanço hídrico simplificado Vale (milhões de m³)



2,6mil

quilômetros quadrados é o total das nossas áreas operacionais, sendo 39% dedicadas à extração de minério e 61% a plantios industriais

Biodiversidade e uso da terra

Avançamos na construção de nossa estratégia para a biodiversidade e, alinhado à nossa Política de Desenvolvimento Sustentável, estabelecemos ações para prevenção, controle, mitigação e compensação em todas as etapas do ciclo de vida dos nossos empreendimentos.

O nosso objetivo é mitigar os impactos do uso da terra, ao mesmo tempo em que conservamos e recuperamos territórios nas regiões onde atuamos, incluindo uma abordagem para os serviços ecossistêmicos¹⁵ relevantes às nossas atividades, associados aos temas de água, mudanças climáticas, energia e comunidade. A ideia é considerar as especificidades das regiões e a busca do impacto líquido positivo¹⁶ no longo prazo. **EN14**

Para reforçar esse objetivo, em 2014, aderimos à Parceria Empresarial para os Serviços Ecossistêmicos – PESE II, com a realização de capacitação sobre a aplicação da metodologia Avaliação Empresarial de Serviços Ecossistêmicos (ESR). Além disso,

contribuímos para elaboração do documento Pagamento por Serviços Ambientais: Recomendações para o Marco Regulatório Brasileiro (desenvolvido pela Câmara Temática de Biodiversidade e Biotecnologia do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, CEBDS)¹⁷.

Nossas áreas operacionais correspondem a 2,6 mil km², sendo 39% dedicadas à extração de minérios, produção industrial, processamento, beneficiamento e ao transporte dos produtos, e 61% destinadas a plantios industriais, das quais 60% são voltadas à recuperação e à manutenção da vegetação nativa¹⁸, e 40% ao plantio produtivo. Em relação a 2013, houve redução de 2,3 mil km² (47%) devido ao desinvestimento nos ativos da Vale Logística Integrada (VLI), Vale Florestar (plantio industrial) e Três Valles (vendido em 2013, mas reportado).

Do total de nossas operações, 73,7% estão inseridas em áreas classificadas como *wilderness areas*¹⁹ e 16,4% como *hotspots* e estão distribuídas em nove localidades da seguinte forma²⁰:

- 11,9%, ou 307,6 km², em áreas de alto índice de biodiversidade, fora de áreas protegidas
- 8,5%, ou 220,5 km², adjacentes a áreas de alto índice de biodiversidade
- 23,2%, ou 600 km², próximo às áreas legalmente protegidas
- 8,6%, ou 222,3 km², em áreas legalmente protegidas (unidades de conservação) **EN11**

O processo de supressão da vegetação pode ser necessário nas fases de instalação dos empreendimentos ou no desenvolvimento das atividades operacionais, como ampliação de áreas de lavra, de disposição de estéril e de barragens de rejeito.

15. Funções e processos desempenhados pelos ecossistemas e suas espécies que permitem a manutenção das condições de vida no planeta, incluindo a provisão de recursos (alimentos, água, madeira e fibras), serviços de suporte (formação do solo, fotossíntese e ciclagem de nutrientes) e serviços de regulação (associado ao clima, controle de inundações, controle de doenças infecciosas e pragas e manutenção da qualidade da água e do ar).

16. Quando os resultados positivos das ações realizadas pela empresa superam os efeitos negativos de suas operações.

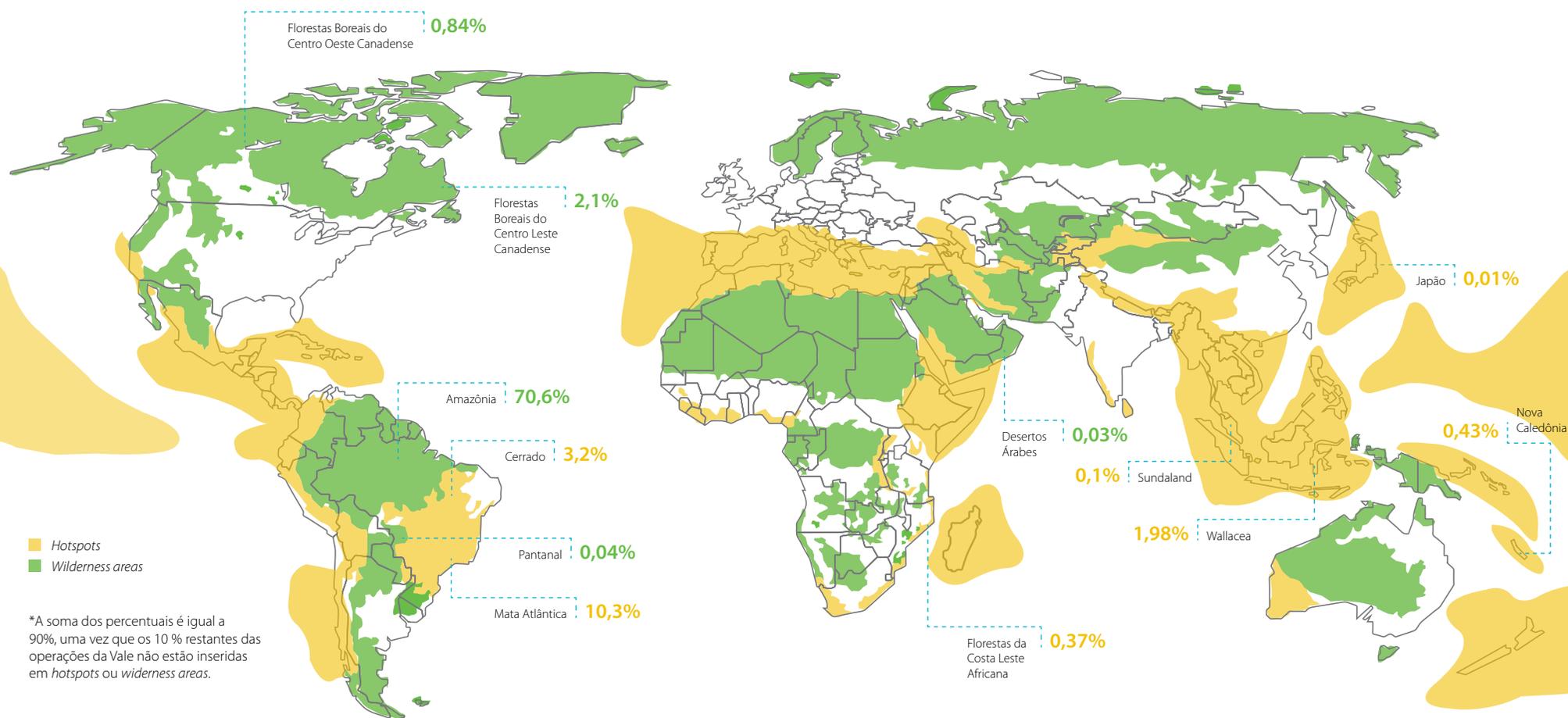
17. Publicação disponível em: cebds.org/publicacoes/pagamento-por-servicos-ambientais.

18. As áreas dedicadas à recuperação e à manutenção da vegetação nativa são compostas por reservas legais e Áreas de Preservação Permanente (APP) dos imóveis destinados aos plantios industriais.

19. *Hotspots* e *wilderness areas* são grandes áreas geográficas consideradas importantes para a conservação da flora e da fauna mundiais, que funcionam como categorias complementares de importância para a biodiversidade, oficialmente reconhecidas por diversas organizações internacionais.

20. Para o cálculo da área adjacente, foi considerado um *buffer* de 10 km, gerado a partir dos limites externos das áreas protegidas e de alto índice de biodiversidade (entorno), e foi avaliada sua sobreposição em relação à área da unidade operacional. Os territórios relacionados a terras indígenas não foram considerados nas análises.

Distribuição dos ativos da Vale em *hotspots* e *wilderness areas*



Mapa adaptado de Mittermeier *et al*, 2003 e 2004

Dentre os programas de gestão da biodiversidade, destacamos:

No Pará, monitoramento limnológico e de fauna e flora das áreas de influência da Mina do Sossego, que tem como propósito acompanhar espécies ameaçadas, endêmicas, raras e novas e também as potencialmente invasoras, além de mapear *habitats*, para nortear planos de ação.

Em Minas Gerais, contribuição para a política de proteção da biodiversidade, com o objetivo de sensibilizar a sociedade em relação ao respeito e à proteção dos animais e disseminar informações sobre biodiversidade para ampliar a proteção e auxiliar o Poder Público na gestão da fauna no Estado.

Os principais riscos e impactos diretos e indiretos sobre a biodiversidade, relacionados às nossas atividades, referem-se a alterações nos componentes do meio físico, que funcionam como suporte para os elementos do meio biótico (flora e fauna) e podem causar alterações na biodiversidade e nos serviços ecossistêmicos. Alguns dos principais impactos diretos são a perda de espécimes (remoção da flora e morte acidental de representantes da fauna) e a fragmentação e perda de *habitats*. Já os indiretos (secundários) são afugentamento de espécimes e alterações de comportamento na composição das populações e comunidades (fauna e flora). Além disso, pode haver alterações na função dos ecossistemas em razão, por exemplo, da interrupção de corpos d'água para a abertura de cavas ou construção de barragens de rejeito. **EN12**

Em 2014, foram identificadas em nossas áreas operacionais 4.172 mil espécies vegetais e 3.342 mil espécies animais, das quais aproximadamente 6,2% integram a Lista Vermelha da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) e 2,4% constam de listas nacionais oficiais de espécies ameaçadas de extinção do Ministério do Meio Ambiente. **EN15**

Gestão da biodiversidade

Desenvolvemos Planos de Gestão da Biodiversidade em todas as etapas do ciclo de vida dos nossos empreendimentos. Eles contemplam ações de prevenção, controle, mitigação e compensação dos impactos das atividades, incluindo ações obrigatórias e voluntárias. Adicionalmente, adotamos iniciativas para a conservação da biodiversidade, destacando-se a manutenção das áreas protegidas.

Em 2014, 48% das operações requeriam Planos de Gestão da Biodiversidade, totalizando 75, dos quais 88% já estavam implementados e os demais estavam em fase de definição de escopo ou detalhamento. Ainda no ano, iniciamos o mapeamento de iniciativas e medidas de mitigação aplicadas à gestão e à redução de impactos sobre a biodiversidade. Foram analisadas 55 ações, sendo 57% obrigatórias e 43% voluntárias. **MM2**

Áreas naturais protegidas

A manutenção das áreas protegidas é uma de nossas principais medidas de conservação, que contribui para o equilíbrio ambiental e para a preservação dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos. Protegemos 15,2

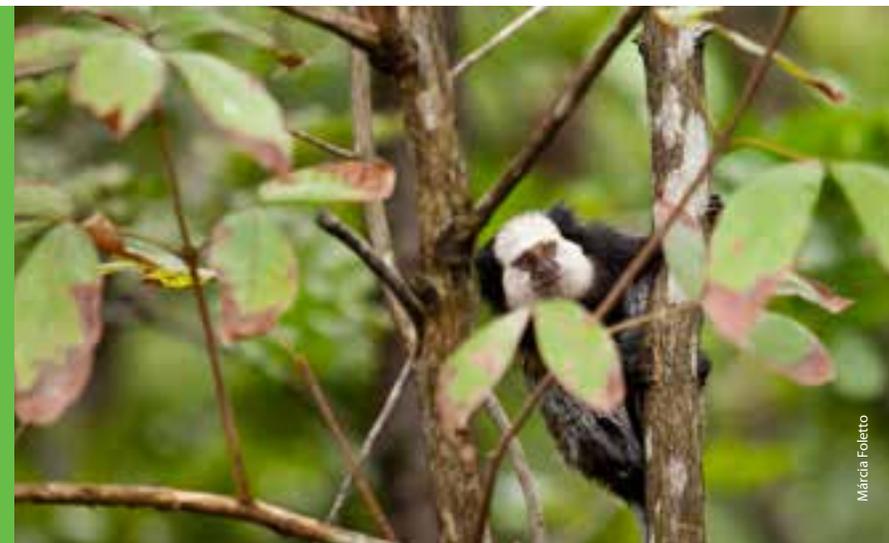
mil km² de áreas naturais – entre iniciativas próprias e por meio de parcerias, que são quase 5,9 vezes maiores que o somatório das áreas de nossas unidades operacionais, 2,6 mil km². Se desconsiderarmos as terras de plantio industrial, essa relação é 15 vezes superior²¹. Em comparação com 2013, o número de áreas protegidas é 2,8 mil km² superior, em razão principalmente da inclusão da área da Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar, protegida em parceria, no Pantanal.

Desse total, 98% foram protegidos em conjunto com os governos locais e 2% em áreas de nossa propriedade. Exemplo são as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e as Unidades de Conservação Estaduais localizadas no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, que são de nossa propriedade, bem como a Reserva Natural Forêt Nord, na Nova Caledônia, protegidas em parcerias. Quanto à localização, 57% das áreas encontram-se em regiões classificadas como *wilderness areas* e 43% em *hotspots*. Além disso, 76% das áreas naturais estão próximas de nossas unidades operacionais e 24% são áreas para além das nossas operações.

²¹ Valor significativamente maior do que o de 2013 devido à venda de ativos e ao acréscimo de áreas protegidas.



15,2
mil quilômetros
quadrados de áreas
naturais são protegidos
por nós, seja por
iniciativas próprias ou
por meio de parcerias



Área protegida	Localização	Bioma	Propriedade	Área (km ²)
Floresta Nacional de Carajás	Brasil (Pará)	Floresta Amazônica	Parceria ICMBio ^I	4.119,5
Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri	Brasil (Pará)	Floresta Amazônica	Parceria ICMBio	1.900,0
Floresta Nacional do Itacaiúnas	Brasil (Pará)	Floresta Amazônica	Parceria ICMBio	1.414,0
Reserva Biológica do Tapirapé	Brasil (Pará)	Floresta Amazônica	Parceria ICMBio	1.030,0
Área de Proteção Ambiental do Igarapé do Gelado	Brasil (Pará)	Floresta Amazônica	Parceria ICMBio	216,0
Parque Botânico de São Luís	Brasil (Maranhão)	Floresta Amazônica	Própria	1,1
Parque Botânico de Tubarão	Brasil (Espírito Santo)	Mata Atlântica	Própria	0,3
Reserva Natural Vale	Brasil (Espírito Santo)	Mata Atlântica	Própria	227,1
Reserva Biológica de Sooretama	Brasil (Espírito Santo)	Mata Atlântica	Parceria ICMBio	240,0
12 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais	Brasil (Minas Gerais)	Mata Atlântica	Própria	70,4
Dois Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) associadas às operações de Fertilizantes	Brasil (Minas Gerais)	Cerrado	Própria	1,6
32 Unidades de Conservação estaduais localizadas no Quadrilátero Ferrífero	Brasil (Minas Gerais)	Mata Atlântica e Cerrado	Parceria Semad/IEF ^{II}	3.090,8
Áreas de proteção de quatro pequenas centrais hidrelétricas (PCHs)	Brasil (Minas Gerais)	Mata Atlântica	Própria	3,3
Parque Estadual da Ilha Grande	Brasil (Rio de Janeiro)	Mata Atlântica	Parceria Inea ^{III}	120,5
Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar	Brasil (Mato Grosso do Sul)	Pantanal	Parceria IHP ^{IV}	2.760,9
Reserva Natural Florestas do Norte (Forêt Nord Nature Reserve)	Nova Caledônia	Floresta e maquis <i>shrubland</i> ^V	Parceria Governo da Nova Caledônia	2,7
Reserva Pic du Grand Kaori	Nova Caledônia	Floresta e maquis <i>shrubland</i>	Parceria Governo da Nova Caledônia	3,1
Centro Ecológico Vale Malásia (Vale Eco Center)	Malásia	<i>Sundaland</i>	Própria	2,9
Total				15.204,2

I. Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (<http://www.icmbio.gov.br>) Ministério do Meio Ambiente.

II. Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Governo de Minas Gerais.

III. Fonte: Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Governo do Rio de Janeiro.

IV. Fonte: Instituto Homem Pantaneiro (IHP).

V. Tipo de vegetação natural presente no *hotspot* intitulado Nova Caledônia.

Além disso, em 2014, o Fundo Vale ampliou em 21% sua contribuição para a proteção e/ou desenvolvimento sustentável de áreas naturais em unidades de conservação, assentamentos e terras indígenas, atingindo 279 mil km² em seis estados da Amazônia (Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima). Com foco na conservação e contenção do desmatamento ilegal, o Programa de Áreas Protegidas e Biodiversidade do Fundo Vale atua por meio de parcerias com instituições socioambientais, governo e comunidades locais para a gestão integrada das áreas protegidas, apoiando ações de fortalecimento da governança ambiental, a formação de cadeias de valor da sociobiodiversidade e o monitoramento estratégico do território (mais informações em www.fundovale.org). **EN13**

Recuperação de áreas

Nossa estratégia de gestão da biodiversidade inclui ainda a reabilitação. Assim, nas áreas degradadas, adotamos medidas de recuperação até que seja alcançado um grau de maturidade que possibilite sua evolução sem interferência humana. Também contribuimos para o equilíbrio ambiental dessas áreas por meio de manutenções e serviços de proteção que previnam a ação de agentes nocivos.

O processo de recuperação ocorre em paralelo às atividades operacionais, sendo que a qualidade e eficácia das atividades são monitoradas por meio de indicadores e procedimentos técnicos. Adotamos metodologia que nos permite evidenciar

a efetividade dos trabalhos ao longo do tempo, a partir da análise de dados geográficos, com o registro de polígonos georreferenciados das áreas em recuperação e suprimidas, sobrepostos a imagens de sensoriamento remoto de alta resolução. Além disso, durante o fechamento da mina, há a verificação dos resultados finais por profissionais externos independentes.

Na busca por novas soluções tecnológicas e melhores práticas de recuperação ambiental, desenvolvemos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – muitos deles em parceria com instituições de ensino e pesquisa – direcionados à redução de custos, à seleção de espécies vegetais nativas para o uso em recuperação ambiental, ao aprimoramento das técnicas aplicáveis e ao desenvolvimento de indicadores da qualidade dos resultados. Visamos, ainda, ao maior conhecimento da ecologia de espécies nativas para deixar legado positivo às comunidades científicas, além de incentivar sua adoção.

Nossas ações e boas práticas são divulgadas em eventos e iniciativas que apoiamos, promovidos por universidades e instituições de pesquisa. Em 2014, patrocinamos, por exemplo, o X Simpósio Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas (Sinrad), principal evento do gênero no Brasil. Focado nas expectativas do mercado, ele visa à criação de soluções práticas aplicáveis às atividades das empresas, de modo que o conhecimento acadêmico seja traduzido nas operações. **EN13, MM1**

Áreas impactadas e em recuperação* (em km²)

Status	2012	2013	2014
Impactada	22,9	18,4	35,8
Recuperação (total)	12,8	17,8	24,4
Permanente	7,2	10,8	16,5
Provisória	5,6	7,1	7,9

* Considera todos os nossos ativos.

Desenvolvemos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para buscar novas soluções tecnológicas e melhores práticas de recuperação ambiental

Quadro de saldo de abertura e fechamento (em km²)* MM1

Ano	Áreas impactadas (Saldo de Abertura)	Áreas impactadas no ano de referência	Áreas em recuperação permanente no ano de referência	Áreas impactadas (Saldo de Fechamento)
2012	588,8	14,8	7,1	596,5
2013	596,5	11,0	8,1	599,4
2014	599,4	28,4	15,5	612,3

* Considera apenas as atividades de extração e produção de minérios.

Cavidades

As cavidades naturais subterrâneas, também conhecidas como cavernas ou grutas, representam um tema importante para os nossos negócios. Contamos com uma área de espeleologia voltada especificamente para tratar do tema, com os objetivos de assegurar o aproveitamento máximo das reservas minerais e atender aos requisitos legais de conservação do patrimônio espeleológico. Também buscamos aprimorar os conhecimentos técnicos sobre essas estruturas naturais, contribuindo para o crescimento e a disseminação de conhecimento científico.

No Projeto Carajás S11D, no Pará, por exemplo, todas as cavidades presentes na área do projeto foram estudadas quanto aos atributos físicos, biológicos e histórico-culturais, cumprindo as exigências da legislação referente a licenciamentos em áreas com cavidades naturais e considerando a sua relevância no contexto local e regional. As cavidades classificadas como de máxima relevância²⁸ serão integralmente preservadas.

Desenvolvemos programas e ações ambientais direcionados especificamente ao patrimônio espeleológico. Um exemplo é o Programa de Bioespeleologia com as inovadoras iniciativas do projeto de biotelemetria em morcegos, análises moleculares por infravermelho e extração de DNA para esclarecimento de dúvidas taxonômicas. O programa contou, ainda, com a implantação de monitoramento remoto de indicadores ambientais e de vibração nas cavidades e o desenvolvimento de um robô capaz de inspecionar cavidades em condições de risco de desabamento, aumentando significativamente nossa segurança operacional.

Além disso, realizamos pesquisas operacionais voltadas para avaliação das interferências das atividades de mineração nas características físicas e biológicas de cavidades em litologias ferríferas. Foram priorizados os aspectos relevantes e variáveis espeleológicas que possam agregar informação à compreensão dos processos de formação das

No Projeto Carajás S11D, todas as cavidades presentes na área do projeto foram estudadas, cumprindo as exigências da legislação

cavidades, de sua ecologia e manutenção de sua integridade física. Os principais resultados alcançados reforçam nosso compromisso quanto à avaliação e ao desenvolvimento de ações alinhadas com as principais preocupações levantadas pelas nossas partes interessadas.

Cangas e campos rupestres

Canga é um tipo de rocha, originalmente descrita no Brasil, mas com ocorrência em várias regiões tropicais e subtropicais do mundo, produto da alteração intempérica de rochas ricas em ferro. Por possuir uma superfície dura, apresenta maior resistência, sendo responsável por sustentar o relevo. Essa mesma característica favorece o escoamento superficial, sendo comum a presença de cachoeiras sazonais e a dificuldade de instalação de vegetação de grande porte. Por isso, a vegetação predominante nessas regiões de canga são os campos rupestres – ecossistemas ricos em biodiversidade e ainda pouco estudados.

²⁸ Cavidades com gênese única ou rara, morfologia única, dimensões notáveis em extensão, área ou volume ou com espeleotemas únicos.

Os programas de recuperação de áreas impactadas pela atividade minerária nesses ambientes carecem de informações mais consistentes para que alcancem bons resultados. Ciente da importância do tema, temos desenvolvido vários projetos para a reabilitação desses ambientes nas nossas áreas operacionais, além de apoiar projetos de pesquisa com universidades brasileiras, alguns dos quais por meio do Instituto Tecnológico Vale (ITV).

Desde 2007, investimos em estudos de ecologia de canga, com o intuito de aumentar o conhecimento da biologia das espécies que habitam esse ecossistema e, a partir disso, aplicar os resultados em projetos de preservação, conservação ou recuperação desses ambientes. Deve-se destacar que estudos estão sendo desenvolvidos também no Quadrilátero Ferrífero, com a mesma finalidade. Além do uso próprio dos resultados em nossas atividades, estamos contribuindo com a comunidade científica, compartilhando o conhecimento gerado nesses trabalhos.

Cadastro Ambiental Rural

Criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para registro on-line das informações ambientais das propriedades e posses rurais em todo o Brasil, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) objetiva compor uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento e combate ao desmatamento.

O registro do imóvel rural no CAR é nacional, único e permanente. Por meio da Instrução Normativa MMA 2/14, de 5 de maio, que considerou o cadastro implantado nacionalmente, o prazo legal para a adesão dos proprietários rurais é de um ano, prorrogável por igual período.

O registro da propriedade no CAR é requisito para a obtenção de Autorizações de Supressão de Vegetação (ASV), para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), para a obtenção de crédito agrícola, entre outras ações. A empresa registrada deve prestar informações sobre o proprietário ou possuidor do imóvel, a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente (APPs), das Reservas Legais, das áreas de uso restrito, das áreas de servidão administrativa e de compensação, das áreas consolidadas e da planta georreferenciada do terreno.

O CAR impõe relação direta com a delimitação de reserva legal e identificação das áreas de uso restrito e de preservação permanente dos imóveis. Assim, atua como ferramenta de integração de informações e implementação de ações para os Programas de Regularização Ambiental (PRA).

Visando a sua adequação aos percentuais da Reserva Legal e à recomposição de Áreas de Preservação Permanente, bem como ao cumprimento da legislação florestal como um todo, atuamos de forma integrada e efetiva para registrar nossos imóveis rurais ao CAR.

Para isso, avaliamos as diferentes modalidades de compensação de reserva legal estabelecidas pela legislação florestal federal e dos estados. As alternativas de compensação de Reserva Legal previstas em lei permitem a compatibilização de nossas operações, expansões e projetos, com o atendimento desse mecanismo de conservação e gestão territorial. Ao mesmo tempo, contribuem para reduzir a fragmentação das áreas de floresta, dotando-as de condições que assegurem sua função ecológica.

21%

Foi a ampliação, em 2014, da contribuição do Fundo Vale para a proteção e/ou o desenvolvimento sustentável de áreas naturais em unidades de conservação, assentamentos e terras indígenas



48%

das nossas operações
requeriam Planos de
Gestão da Biodiversidade
em 2014, totalizando
75, dos quais 88% já
estavam implementados
e os demais estavam
em fase de definição de
escopo ou detalhamento



Márcia Foletto

Conformidade ambiental

Em 2014, foram instaurados dois novos casos relevantes²⁹ de não conformidade ambiental e dois processos ambientais foram encerrados³⁰, em razão da celebração de um acordo e do pagamento de multa³¹ no valor de aproximadamente US\$ 6,47 milhões. **EN28**

Foi iniciada uma ação popular questionando o licenciamento ambiental de uma das usinas de pelotização do Complexo Portuário de Tubarão, em Vitória, Espírito Santo. A ação questiona a qualidade dos estudos ambientais apresentados ao órgão licenciador. Discordamos das alegações feitas pelo autor, tendo apresentado a nossa defesa em meados de 2014, que se encontra em análise pelo juiz da causa.

Em maio, ocorreu um derramamento de efluentes industriais da planta da Nova Caledônia, que atingiu o Córrego da Baía do Norte, Província Sul da Nova Caledônia. O vazamento foi contido em poucas

horas, por meio de neutralização e bombeamento do efluente neutralizado, não tendo gerado impacto remanescente significativo no meio ambiente, tampouco nas populações indígenas locais. Em função do vazamento, foram iniciados, contra a empresa, ações de indenização. A consideração é contínua no que tange à comunicação com as ONGs e a nossa resposta à reivindicação civil.

Processos anteriores a 2014

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) lavrou um auto de infração em desfavor da Salobo Metais S.A., em razão de incêndio ocorrido na Floresta Nacional de Carajás. Apresentamos a defesa demonstrando, com base em perícia técnica, que as nossas atividades não possuem relação com o incêndio, requerendo a desconstituição do Auto de Infração e o afastamento da penalidade de multa imposta. Aguarda-se análise e decisão do órgão ambiental.

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos lidera um grupo que ingressou com Ação Civil Pública, questionando o procedimento de licenciamento ambiental das obras de expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e os impactos nas comunidades vizinhas. Esclarecemos que o processo de licenciamento ambiental foi respaldado nos padrões legais de âmbito federal, estadual e municipal, e no diálogo com os povos indígenas e comunidades quilombolas. Recente decisão judicial do Tribunal Regional Federal (TRF) reconheceu que as medidas adotadas pela Vale estão em total consonância com as exigências dos órgãos técnico-ambientais competentes, autorizando a continuidade das obras de expansão da EFC.

29. Os processos são considerados relevantes com base em pelo menos um dos seguintes critérios: a) em razão do valor, incluindo pedidos de indenizações e aplicação de multas acima de US\$2,15 milhões; b) em razão de tema de interesse da empresa ou de repercussão no público em geral; c) casos de paralisação das atividades.

30. A empresa Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), controlada pela Vale até agosto de 2014, foi vendida, de forma que não haverá mais o reporte dos processos concernentes a essa empresa.

31. A Vale informa os casos existentes e que se encaixam no critério de relevância e divulga apenas os valores que apresentam uma quantia certa reconhecida como devida ou já paga, para melhor atender ao escopo dos indicadores **EN28** e **SO8** da GRI e para evitar eventuais distorções com relação à realidade dos processos administrativos e judiciais que, por estarem ainda pendentes de decisão final, normalmente não apresentam definição ou precisão quanto aos valores monetários em discussão. De qualquer forma, encontra-se disponível, no Relatório 20-F da Vale, uma estimativa de provisão de valores, conforme critérios contábeis.

Fomos autuados pelo Ibama em razão de insumos utilizados na ampliação e manutenção da Estrada de Ferro Carajás e dos possíveis impactos ambientais gerados. Apresentamos a defesa e, por não termos logrado êxito, acabamos por realizar o pagamento dos valores devidos, encerrando o processo em 2014.

No município de Vitória (ES), permanece tramitando uma Ação Civil Pública movida pela Associação Nacional dos Amigos do Meio Ambiente (Anama) em face da Vale, Iema, Ibama, Município de Vitória e União Federal, por suposta poluição atmosférica, que teria gerado danos à saúde e ao bem-estar da população residente na Baía de Camburi, em razão das operações do Complexo de Tubarão. Realizamos um conjunto robusto de medidas de prevenção e mitigação das emissões, não sendo a empresa a única e principal fonte poluidora da região, o que será esclarecido ao longo do processo. A ação encontra-se em fase de perícia técnica.

Ainda em relação às emissões atmosféricas, encontra-se em andamento, em Omã, um caso no qual a Vale Oman Pelletizing Company LLC, entre outros

réus, é questionada sobre o controle da emissão de particulados da planta de pelotização. Aguarda-se realização de perícia técnica para verificação das condições alegadas pelos autores.

A Associação dos Pescadores de Ubu e Parati (Apup), no Espírito Santo, ingressou uma ação coletiva contra a Vale, na qual alega supostos danos ambientais e interferência na pesca causada por sondagens marítimas. Não houve acordo na fase de conciliação, tendo as partes apresentado suas defesas. Desde novembro de 2014, o processo aguarda decisão judicial.

A Urucum Mineração S.A.³² apresentou sua defesa em uma ação civil pública, perante a Corte de Corumbá (MS), requerendo a reabilitação do córrego Urucum e a recuperação de danos ambientais. A ação foi suspensa para realização de estudos ambientais e manifestação dos órgãos envolvidos no caso.

No município de Itabira (MG), permanecem duas ações com pedido de indenização por supostos danos ambientais e sociais decorrentes das nossas operações das minas de ferro naquele município. Em Minas

Gerais, também permanecem tramitando quatro ações que questionam o licenciamento da mina de Capão Xavier, da empresa MBR³³.

No Maranhão, discutimos judicialmente alegada interferência na atividade pesqueira, supostamente causada por queda de minério de ferro no mar, quando do carregamento de nossos navios. O processo encontra-se em fase inicial.

Discutimos, em processo administrativo, os valores devidos a título de Compensação Ambiental do Projeto Salobo. Após decisão do Ibama arbitrando o valor da compensação, apresentamos recurso requerendo que fossem abatidos do Valor de Referência os custos com as medidas e programas socioambientais, conforme prevê a lei.

Além disso, discutimos judicialmente pedido do Ministério Público Federal (MPF) de anulação de Licença de Instalação do projeto de expansão da Estrada de Ferro Carajás, em razão de suposta

³². A Urucum Mineração S.A. foi recentemente incorporada pela Mineração Corumbaense Reunida S.A.

³³. A MBR foi incorporada ao Grupo Vale S.A.

insuficiência de estudos sobre os impactos gerados no município de Açailândia (MA). A liminar pleiteada pelo MPF foi indeferida e o processo encontra-se em fase de produção de provas. Também questionamos judicialmente pedido similar do MPF de suspensão das obras em outro trecho da Estrada de Ferro Carajás.

Em razão da aquisição de ativos de fertilizantes, assumimos algumas ações judiciais das empresas incorporadas ao grupo Vale S.A.³⁴. Uma delas está relacionada à suposta poluição de águas subterrâneas no Complexo Industrial de Uberaba, em Minas Gerais, onde a empresa firmou um acordo judicial e finalizou a ação.

Permanecemos também promovendo nossa defesa em um conjunto de ações indenizatórias na comunidade do Barreiro, em Araxá (MG), por suposta contaminação. O processo encontra-se em fase pericial.

A Vale e a Vale Fertilizantes, juntamente com outras dezenas de empresas, são investigadas por suposta destinação irregular de resíduos sólidos que eram encaminhados à empresa responsável por dar destinação final ambientalmente adequada aos resíduos, localizada no município de Ulianópolis (PA). Dado momento, constatou-se que a empresa receptora de resíduos não executava as suas obrigações de forma regular. A investigação visa apurar possível contaminação no solo, propondo medidas de remediação a serem geridas solidariamente pelo Poder Público e pelas empresas envolvidas no caso.

Outra ação diz respeito à restauração do Parque da Serra do Mar, onde estão bem adiantadas as negociações de acordo judicial entre as empresas do Polo Petroquímico de Cubatão e o Ministério Público Estadual (GAEMA).

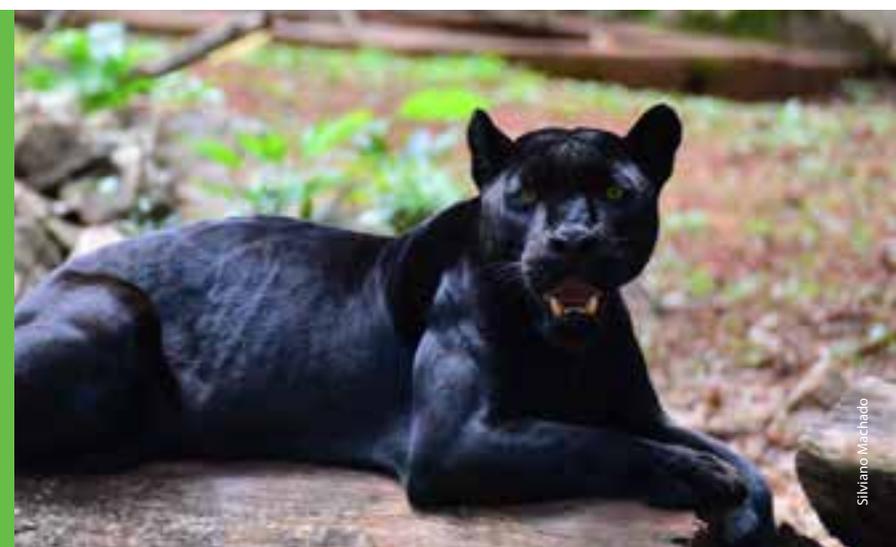
A Vale Fertilizantes ainda discute a cobrança de multa pelo atraso no cumprimento de obrigações de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado nos autos de uma Ação Civil Pública, que visa à construção de uma Estação de Tratamento de Efluente (Etel), entre outras obras, na unidade de Cajati (SP). A construção da Etel foi finalizada e já conta com Licença de Operação provisória, enquanto outras compensações continuam a ser discutidas com o Poder Público.

Lamentamos a necessidade de tratar questões socioambientais junto ao Poder Judiciário e nos empenhamos para que os desfechos dos casos sejam os mais adequados para as partes envolvidas e para o meio ambiente.

³⁴. A empresa desistiu do Projeto Anitápolis (SC), relatado nos anos anteriores, e agora busca o arquivamento do processo.



Investimos em estudos de ecologia de canga para ampliar o conhecimento da biologia das espécies que habitam esse ecossistema



Abrangência e Escopo

De acordo com a metodologia da GRI, as empresas são classificadas em três categorias e essa classificação pautou a forma como foram abordadas no relatório.

Indicadores de desempenho | Nessa classificação são consideradas, além das unidades próprias, as empresas que controlamos e/ou operamos. Para as empresas classificadas nessa categoria, o desempenho em sustentabilidade é reportado por meio de indicadores apresentados ao longo do relatório¹. As informações das empresas recém-adquiridas ou de novos projetos são consideradas conforme aplicabilidade e reporte progressivo de indicadores, abordagem que já adotamos. O escopo das empresas e dos projetos considerados em cada indicador reportado pode variar de acordo com a disponibilidade das informações. As principais exceções, quando aplicáveis, são destacadas.

Forma de gestão | Nessa classificação são consideradas empresas ou entidades sobre as quais exercemos influência significativa. Incluem coligadas com a nossa participação, direta ou indireta, de 20% a 50% do capital votante ou empresas ou entidades em que possuímos controle compartilhado. Nesses casos, a Vale tem assento em diferentes órgãos de administração dessas empresas ou entidades, podendo integrar, ainda, comitês que tratam de questões relacionadas a meio ambiente, saúde e segurança, recursos humanos e finanças, dentre outros temas. Por meio dessa atuação², a Vale participa de decisões estratégicas e influencia a elaboração de normas e políticas dessas empresas ou entidades³, incluindo questões de sustentabilidade.

Questões e dilemas | Nessa classificação são consideradas empresas sobre as quais exercemos influência. Incluem coligadas com a nossa participação, direta ou indireta, inferior a 20% do capital votante. Nesses casos, os temas relevantes em sustentabilidade são aqueles associados a: eventuais questões ambientais em razão de nossas atividades (ThyssenKrupp-CSA e Mineração Paragominas S.A.), exposição a riscos ambientais nas atividades de exploração de óleo e gás em alto-mar (Consórcio de óleo e gás BM-ES-27), tráfego em áreas com comunidades urbanas (MRS Logística S.A.) e questões relacionadas à utilização de recursos hídricos para fins relacionados à geração de energia elétrica (Consórcio Machadinho). A redução da participação acionária na Norte Energia S.A. é um processo consistente com a estratégia da Vale de maximização de valor para os acionistas.

1. Empresas sem atividade produtiva, como escritórios comerciais, não foram consideradas no reporte de desempenho, por terem impacto limitado em sustentabilidade.
2. Não aplicável para empresas dos consórcios de óleo e gás.
3. Observando a legislação vigente do local de estabelecimento da empresa.

O quadro a seguir apresenta como as principais empresas da Vale (conforme sua razão social) foram consideradas neste relatório em termos de sustentabilidade.

Negócio	Indicadores de desempenho	Formas de gestão	Questões e dilemas
Minério de ferro e pelotas	<ul style="list-style-type: none"> ■ Vale S.A.⁴ ■ Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização (Itabasco)⁵ ■ Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização (Kobrasco)⁵ ■ Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização (Nibrasco)⁵ ■ Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização (Hispanobras)⁵ ■ Vale Oman Pelletizing Company LLC ■ Mineração Corumbaense Reunida (MCR) ■ Vale BSGR Limited (VBG) (Projeto Simandou)⁶ 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Samarco Mineração S.A. ■ Zhuhai YPM Pellet Co. Ltd. ■ Anyang Yu Vale Yongtong Pellet Co. Ltd. 	
	Manganês e ferroligas	<ul style="list-style-type: none"> ■ Vale Manganês S.A. 	

4. Inclui operações das empresas Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (MBR), Minas da Serra Geral S.A. (MSG) e Baovale Mineração S.A. (Baovale).

5. Os ativos são operados pela Vale.
6. Em 13 de março de 2015, a Vale transferiu sua participação acionária nessa *joint venture*. O projeto estava com as atividades paralisadas desde 2013.

Negócio	Indicadores de desempenho	Formas de gestão	Questões e dilemas
Cobre	<ul style="list-style-type: none"> Vale S.A. Vale Canada Limited Salobo Metais S.A. 	<ul style="list-style-type: none"> Lubambe Copper Mine Ltd. 	
Logística	<ul style="list-style-type: none"> Vale S.A.⁷ Mineração Corumbaense Reunida (Porto Gregório Curvo) Transbarge Navegación (TBN) Companhia Portuária Baía de Sepetiba (CPBS) Vale Oman Distribution Center Seamar Shipping Vale Shipping Singapore Vale Shipping Company Vale Shipping Enterprise Vale Logística Argentina S.A. (Porto San Nicolás) Central East African Railway (CEAR) – Corredor do Desenvolvimento do Norte (CDN) PT Vale Indonesia Tbk (PTI) (Balintang Special Port e Porto Especial Harapan Tanjung Mangkasa) Vale Malaysia Minerals 	<ul style="list-style-type: none"> Consórcio de Rebocadores da Barra dos Coqueiros (CRBC) Consórcio de Rebocadores da Baía de São Marcos (CRBSM) VLI S.A. (Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA) e Ferrovia Norte-Sul S.A. (FNS))⁹ 	<ul style="list-style-type: none"> MRS Logística S.A.⁸
Fertilizantes	<ul style="list-style-type: none"> Compañía Minera Miski Mayo S.A.C. (Projeto Bayóvar) Vale Fertilizantes S.A.¹⁰ Potasio Río Colorado S.A.¹¹ 		
Siderurgia		<ul style="list-style-type: none"> Califórnia Steel Industries (CSI) 	<ul style="list-style-type: none"> ThyssenKrupp-CSA Siderúrgica do Atlântico Ltda.¹²
Alumínio		<ul style="list-style-type: none"> Mineração Rio do Norte S.A. (MRN) (Bauxita) 	<ul style="list-style-type: none"> Mineração Paragominas S.A.
Carvão	<ul style="list-style-type: none"> Vale Moçambique S.A (Moatize) Vale Australia Pty Ltd.¹³ 	<ul style="list-style-type: none"> Shandong Yankuang Int. Coking Co. Ltd. Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd. Vale Austrália (Isaac Plains)¹⁴ 	

7. Inclui operações da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM).

8. A Vale renunciou a seus direitos de voto e veto a respeito das ações da MRS, de acordo com a resolução nº 1.394, de 11 de abril de 2006, da ANTT.

9. Mesmo a Vale ficando com 37,6% do capital total da VLI S.A., como a transação se concluiu ao longo de 2014, mantivemos o desempenho de alguns indicadores ambientais para Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e Ferrovia Norte-Sul S.A.

10. Vale Fertilizantes S.A. considera o desempenho de diferentes empresas do negócio.

11. O projeto está com as atividades paralisadas desde 2013.

12. Apesar de a Vale ter participação de 26,87% na empresa, ela foi classificada nessa categoria porque, pelo acordo de acionistas, a Vale não indica administradores para gestão da empresa.

13. A operação de Integra Coal teve suas atividades paralisadas em maio de 2014, mas, por ainda pertencer ao grupo Vale S.A., o reporte de alguns indicadores foi mantido. Apenas a operação de Carborough Downs permanece ativa.

14. Operação em *care and maintenance* desde setembro de 2014.

Negócio	Indicadores de desempenho	Formas de gestão	Questões e dilemas	
Energia	<ul style="list-style-type: none"> ■ Biopalma da Amazônia S.A. (Reflorestamento, Indústria e Comércio) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Vale Soluções em Energia S.A. (VSE)¹⁵ ■ Consórcios de Energia¹⁶: Igarapava, Porto Estrela, Candonga, Capim Branco, Funil¹⁷, Aimorés¹⁷, CESTE – Consórcio Estreito Energia e GESAI – Geração Santa Isabel ■ Empresas do Projeto Eólica Santo Inácio¹⁶ (Central Eólica Garrote Ltda., Central Eólica Santo Inácio III Ltda., Central Eólica Santo Inácio IV Ltda., Central Eólica São Raimundo Ltda.) ■ Central Eólica Santo Inácio V Ltda¹⁹ ■ Central Eólica Santo Inácio VI Ltda²⁰ ■ Consórcios de exploração de óleo e gás (Consórcio BM-PAMA-10, Consórcio BM-PAMA-11, Consórcio BM-PAMA-12, Consórcio SF-T-81)²¹ 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Consórcio Machadinho ■ Norte Energia S.A. (UHE Belo Monte)¹⁸ ■ Consórcio BMES- 27²¹ 	<p>15. Embora a Vale detenha a maioria dos votos nas entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, a consolidação é impedida em função de o controle ser compartilhado.</p> <p>16. A partir de fevereiro de 2015, a Vale tem participado desses empreendimentos por meio da <i>joint venture</i> Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança Geração).</p> <p>17. Consórcios extintos e os seus ativos são geridos pela Aliança Geração.</p> <p>18. A partir de março de 2015, a Vale participa desta empresa por meio da Aliança Norte Energia Participações S.A. (Aliança Norte), que detém a participação de 9% do capital da Norte Energia S.A.; como resultado, a participação indireta da Vale no capital da Norte Energia fica de 4,59%.</p> <p>19. No fim de 2013, o consórcio Central Eólica Santo Inácio V Ltda. teve seu nome alterado para Aliança Geração de Energia S.A., empresa 55% Vale e 45% CEMIG GT.</p> <p>20. No fim de 2013, o consórcio Central Eólica Santo Inácio VI Ltda. teve seu nome alterado para Aliança Norte Energia Participações S.A., empresa 51% Vale e 49% CEMIG GT.</p> <p>21. As atividades de óleo e gás são disponibilizadas por consórcio, em função dos diferentes percentuais de participação e da consequente influência da Vale nesse ativo.</p>
Níquel	<ul style="list-style-type: none"> ■ Vale S.A. (Onça Puma) ■ Vale Canada Limited ■ Vale Newfoundland & Labrador Ltd. ■ Vale Europe Limited ■ PT Vale Indonesia Tbk ■ Vale Nouvelle-Calédonie S.A.S. ■ Vale Nickel (Dalian) Co. Ltd. ■ Vale Japan Limited ■ Vale Taiwan Limited 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Korea Nickel Corporation 		

Índice Remissivo GRI



Indicadores de perfil

Estratégia e análise		Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.	-	●	9 e 10
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	-	●	2, 20, 47, 64 e 83
Perfil organizacional		Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
2.1	Nome da organização.	-	●	13
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços.	-	●	13
2.3	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e <i>joint ventures</i> .	-	●	13
2.4	Localização da sede da organização.	-	●	13
2.5	Número de países em que a organização opera e nome dos países onde suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório.	-	●	13
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade.	-	●	13
2.7	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários).	-	●	13
2.8	Porte da organização.	-	●	13, 40 a 43 e 55
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária.	-	●	2 e 3
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.	-	●	32

- Completa
- ◐ Parcial
- Não material

Parâmetros para o relatório		Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
3.1	Período coberto pelo relatório (ano contábil/civil) para as informações apresentadas.	-	●	2
3.2	Data do relatório anterior mais recente (se houver).	-	●	2
3.3	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal, etc.).	-	●	2
3.4	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou a seu conteúdo.	-	●	3
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório, incluindo: a) determinação da materialidade, b) priorização de temas no relatório e c) identificação de quais <i>stakeholders</i> a organização espera que usem o relatório.	-	●	2
3.6	Limite do relatório (países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, <i>joint ventures</i> e fornecedores).	-	●	3
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório.	-	●	3
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou organizações.	-	●	3
3.9	Técnicas de medição de dados e bases de cálculos, inclusive hipóteses e técnicas que sustentem as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e de outras informações do relatório.	-	●	2
3.10	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (fusões ou aquisições, mudança no período ou ano-base, natureza do negócio e métodos de medição).	-	●	3
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	-	●	3
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	-	●	104 a 116
3.13	Política e prática atual relativas à busca de verificação externa para o relatório.	-	●	2
Governança, compromisso e engajamento		Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
4.1	Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização.	1-10	●	18
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor-executivo (e, se for o caso, suas funções na administração da organização e as razões para tal composição).	-	●	19
4.3	Para organizações com estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança.	-	●	19

Governança, compromisso e engajamento		Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança.	-	●	19
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, da diretoria executiva e dos demais executivos (incluindo acordos rescisórios) e o desempenho da organização (incluindo desempenhos social e ambiental).	-	●	19 e 20
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.	-	●	21
4.7	Processo para determinação das qualificações e do conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização em questões relacionadas a temas econômicos, ambientais e sociais.	-	●	19
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para os desempenhos econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação.	-	●	18
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e a gestão por parte da organização dos desempenhos econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou a conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios.	-	●	19
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito aos desempenhos econômico, ambiental e social.	-	●	19
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução.	7	●	21
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caracteres econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.	1-10	●	29
4.13	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização: a) tem assento em grupos responsáveis pela governança corporativa, b) integra projetos ou comitês, c) contribui com recursos de monta além da taxa básica como organização associada ou d) considera estratégica sua atuação como associada.	1-10	●	29
4.14	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.	-	●	2, 28 e 29
4.15	Base para a identificação e a seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar.	-	●	2, 28 e 29
4.16	Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i> , incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupos de <i>stakeholders</i> .	-	●	2, 28 e 29
4.17	Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i> e quais medidas a organização tem adotado para tratá-los.	-	●	2 e 3

Indicadores de desempenho econômico

Aspecto: Desempenho econômico			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1, 4, 6 e 7	●	40 e 41
EC1	Essencial	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	-	●	41
EC2	Essencial	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em razão de mudanças climáticas.	7	●	83 e 84
EC3	Essencial	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	-	○	-
EC4	Essencial	Ajuda financeira significativa recebida do governo.	-	●	Consulte informações na seção Incentivos Tributários do Relatório 20-F disponível em www.vale.com .
Aspecto: Presença no mercado			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1, 4, 6 e 7	●	58, 71 e 72
EC5	Adicional	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário-mínimo local em unidades operacionais importantes.	1	◐	58. Por ser tratar de assunto confidencial, não divulgamos os valores dos salários pagos.
EC6	Essencial	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	-	●	71
EC7	Essencial	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência e força de trabalho recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.	6	●	71
Aspecto: Impactos econômicos indiretos			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1, 4, 6 e 7	●	63 a 65
EC8	Essencial	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> .	-	●	44 e 45; 66 e 67
EC9	Adicional	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	-	●	64

Indicadores de desempenho ambiental

Aspecto: Materiais			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			7, 9	○	-
EN1	Essencial	Materiais usados, por peso ou volume.	8	○	-
EN2	Essencial	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	8, 9	○	-
Aspecto: Energia			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			7-9	●	80 a 84
EN3	Essencial	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	8	●	81 e 82
EN4	Essencial	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	8	●	81 e 82
EN5	Adicional	Energia economizada em razão das melhorias em conservação e eficiência.	8, 9	●	83
EN6	Adicional	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia ou que usem energia gerada por recursos renováveis e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.	-	○	-
EN7	Adicional	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	8, 9	●	34 e 37; 83
Aspecto: Água			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			7-9	●	85 a 90
EN8	Essencial	Total de retirada de água, por fonte.	8	●	89
EN9	Adicional	Fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água.	8	○	-
EN10	Adicional	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	8, 9	●	89
Aspecto: Biodiversidade			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			7-9	●	91 a 97
EN11	Essencial	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro ou adjacente a áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	8	●	91 e 94
EN12	Essencial	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas com alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	8	●	93
EN13	Adicional	<i>Habitats</i> protegidos ou restaurados.	8	●	95
EN14	Adicional	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	8	●	91
EN15	Adicional	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com <i>habitats</i> em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	8	●	93

Aspecto: Emissões, efluentes e resíduos			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			7-9	●	77 e 78; 80 a 84
EN16	Essencial	Total de emissões diretas e indiretas de Gases de Efeito Estufa, por peso.	8	●	80 e 81
EN17	Essencial	Outras emissões indiretas relevantes de Gases de Efeito Estufa, por peso.	8	●	80 e 81
EN18	Adicional	Iniciativas para reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa e as reduções obtidas.	7-9	●	83
EN19	Essencial	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	8	○	-
EN20	Essencial	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	8	●	77
EN21	Essencial	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	8	○	-
EN22	Essencial	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	8	○	-
EN23	Essencial	Número e volume total de derramamentos significativos.	8	○	-
EN24	Adicional	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia – Anexos I, II, III e VIII – e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.	8	○	-
EN25	Adicional	Identificação, tamanho, <i>status</i> de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e <i>habitats</i> relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.	8	○	-
Aspecto: Produtos e serviços			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			7-9	○	-
EN26	Essencial	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	7-9	○	-
EN27	Essencial	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	8,9	○	-
Aspecto: Conformidade			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			7-9	●	98 a 100
EN28	Essencial	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.	8	●	98
Aspecto: Transporte			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			7-9	●	80 e 81
EN29	Adicional	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.	8	○	80

Aspecto: Geral			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			7-9	●	44 e 45
EN30	Adicional	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	7,9	●	44 e 45

Indicadores de desempenho referentes a práticas trabalhistas e trabalho decente

Aspecto: Emprego			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1, 3 e 6	●	55;58 e 59
LA1	Essencial	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	-	●	55
LA2	Essencial	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.	6	●	59
LA3	Adicional	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período discriminados pelas principais operações.	-	●	58

Aspecto: Relações entre os trabalhadores e a governança			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1, 3 e 6	●	62 e 63
LA4	Essencial	Percentual de empregados abrangidos, por acordos de negociação coletiva.	1,3	●	63
LA5	Essencial	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.	3	●	63

Aspecto: Saúde e segurança no trabalho			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1, 3 e 6	●	49 a 54
LA6	Adicional	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	1	●	53
LA7	Essencial	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.	1	●	50 e 53
LA8	Essencial	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	1	●	52
LA9	Adicional	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	1	●	63

Aspecto: Treinamento e educação			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1, 3 e 6	●	56 a 57
LA10	Essencial	Média de horas de treinamento por ano e funcionário discriminada por categoria funcional.	-	●	57
LA11	Adicional	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e gerenciam o fim da carreira.	-	○	-
LA12	Adicional	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.	-	●	58
Aspecto: Diversidade e igualdade de oportunidades			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1, 3 e 6	●	60 a 62
LA13	Essencial	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	1,6	●	60
LA14	Essencial	Proporção de salário-base entre homens e mulheres, por categoria funcional.	1,6	●	60 e 61
Indicadores de desempenho referentes a direitos humanos					
Aspecto: Práticas de investimento e de processos de compra			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1-6	○	-
HR1	Essencial	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	1-6	○	-
HR2	Essencial	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	1-6	○	-
HR3	Adicional	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.	1-6	○	-
Aspecto: Não discriminação			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1-6	●	23 e 24
HR4	Essencial	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.	1, 2 e 6	●	24
Aspecto: Liberdade de associação e negociação coletiva			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1-6	●	62 e 63
HR5	Essencial	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	1-3	●	62

Aspecto: Trabalho infantil			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1-6	○	-
HR6	Essencial	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.	1, 2, 5	○	-
Aspecto: Trabalho forçado ou análogo ao escravo			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1-6	○	-
HR7	Essencial	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalhos forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação dos trabalhos forçado ou análogo ao escravo.	1, 2, 4	○	-
Aspecto: Práticas de segurança			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1-6	○	-
HR8	Adicional	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou nos procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.	1, 2	○	-
Aspecto: Direitos indígenas			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1-6	●	73 a 75
HR9	Adicional	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e as medidas tomadas.	1, 2	●	75
Indicadores de desempenho referentes à sociedade					
Aspecto: Comunidade			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			10	●	64 a 66
SO1	Essencial	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo entrada, operação e saída.	-	●	66
Aspecto: Corrupção			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			10	●	21 a 24
SO2	Essencial	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção.	10	●	22
SO3	Essencial	Percentual de empregados treinados nas políticas e nos procedimentos anticorrupção da organização.	10	●	22
SO4	Essencial	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	10	●	23

Aspecto: Políticas públicas			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			10	●	24, 67 e 86
SO5	Essencial	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i> .	10	●	24
SO6	Adicional	Valor total de contribuições financeiras e em espécie, para políticos, partidos políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	10	●	24
Aspecto: Concorrência desleal			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			10	●	34
SO7	Adicional	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.	-	●	34
Aspecto: Conformidade			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			10	●	33 e 34
SO8	Essencial	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.	-	●	33
Indicadores de desempenho referentes à responsabilidade pelo produto					
Aspecto: Saúde e segurança do cliente			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1-8	○	-
PR1	Essencial	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e na segurança são avaliados visando à melhoria e ao percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	1	○	-
PR2	Adicional	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e na segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.	1	○	-
Aspecto: Rotulagem de produtos e serviços			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1-8	○	-
PR3	Essencial	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigido por procedimentos de rotulagem e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	8	○	-
PR4	Adicional	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	-	○	-
PR5	Adicional	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	-	○	-

Aspecto: Comunicações de marketing			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1-8	○	-
PR6	Essencial	Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	-	○	-
PR7	Adicional	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	-	○	-
Aspecto: Privacidade do cliente			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1-8	○	-
PR8	Adicional	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e à perda de dados de clientes.	-	○	-
Aspecto: Conformidade			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			1-8	○	-
PR9	Essencial	Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e ao uso de produtos e serviços.	-	○	-
Desempenho ambiental					
Aspecto: Biodiversidade			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			7-9	●	91 e 97
MM1		Quantidade de terras (próprias ou arrendadas, usadas para atividades produtivas ou extrativistas) alteradas ou reabilitadas.	-	●	95 e 96
MM2		Número e percentual de unidades operacionais que necessitam de planos de gestão da biodiversidade de acordo com critérios estabelecidos e número (percentual) dessas unidades com planos em vigência.	-	●	93
Aspecto: Emissões, efluentes e resíduos			Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão			7-9	●	77 e 78; 80 a 84
MM3		Quantidades totais de estéril, rejeitos e lamas e seus riscos associados.	-	○	-

Desempenho social

Indicadores de desempenho referentes a práticas trabalhistas e trabalho decente

Aspecto: Relações entre os trabalhadores e a governança	Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão	1,3,6	●	62 e 63
MM4 Número de greves e locautes com duração de mais de uma semana, discriminados por país.	-	●	63

Indicadores de desempenho referentes a direitos humanos

Aspecto: Direitos indígenas	Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão	1-6	●	73 e 74
MM5 Número total de operações localizadas em territórios de Povos Indígenas ou adjacentes a eles, e número e percentual de operações ou locais onde há acordos formais com comunidades de Povos Indígenas.	-	●	73

Indicadores de desempenho referentes a sociedade

Aspecto: Comunidade	Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão	10	●	75
MM6 Número e descrição de conflitos significativos relativos ao uso da terra, direitos consuetudinários de comunidades locais e povos indígenas.	-	●	75
MM7 Até que ponto mecanismos para encaminhamento de demandas e queixas foram usados para resolver conflitos relativos ao uso da terra, direitos consuetudinários de comunidades locais e povos indígenas e os resultados.	1, 2	●	75

Aspecto: Mineração artesanal e de pequena escala

Forma de gestão	Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
MM8 Número (e percentual) de unidades operacionais da empresa onde ocorre mineração artesanal e de pequena escala (MAPE) no local ou adjacente a ele, os riscos associados e as medidas adotadas para gerir e mitigar esses riscos.	-	○	-

Aspecto: Reassentamento		Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão		-	●	75 e 76
MM9	Locais onde ocorreram reassentamentos, o número de domicílios em cada um deles e como seus meios de subsistência foram afetados no processo.	-	●	75 e 76
Aspecto: Planejamento para o encerramento das atividades		Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão		-	●	78
MM10	Número e percentual de operações com planos para o encerramento das atividades.	-	●	78
Indicadores de desempenho referentes a responsabilidade pelo produto				
Aspecto: Gerenciamento responsável dos materiais		Pacto Global	Aderência GRI	Página(s)
Forma de gestão		8, 9	○	-
MM11	Programas relacionados ao gerenciamento responsável dos materiais e seu progresso.	8, 9	○	-

- Completa
- ◐ Parcial
- Não material

Declaração de Verificação Independente – Bureau Veritas Certification



Introdução

O Bureau Veritas Certification Brasil (Bureau Veritas) foi contratado pela Vale S.A. (Vale), para conduzir uma verificação independente do seu Relatório de Sustentabilidade (doravante denominado Relatório), abrangendo avaliação de conteúdo, qualidade e limite do mesmo, referente ao ano de 2014.

As informações publicadas no relatório são de inteira responsabilidade da administração da Vale. Nossa responsabilidade encontra-se definida conforme escopo abaixo.

Escopo do Trabalho

Verificação Limitada (conforme ISAE 3000¹) do Relatório de acordo com as Diretrizes e Princípios² da Global Reporting InitiativeTM para Relatórios de Sustentabilidade GRI G3 (2006), incluindo o Suplemento Setorial de Mineração & Metais de 2010 da GRI, sendo referenciado como Versão G3/SSMM, versão final.

A Verificação de Escopo Limitado tem como principal objetivo analisar a capacidade da organização em elaborar um Relatório aderente aos Princípios da GRI, não priorizando a avaliação de mecanismos de controle internos.

Foi excluída deste trabalho qualquer avaliação de informações relacionadas à(ao):

- Atividades fora do período de avaliação definido;
- Declarações de posicionamento (expressões de opinião, crença, objetivos ou futuras intenções) por parte da Vale;
- Informações econômico-financeiras contidas neste Relatório, extraídas de demonstrações financeiras verificadas por auditores independentes.

Metodologia

A verificação contemplou as seguintes atividades:

1. Entrevistas com responsáveis pelos temas materiais e pelo conteúdo do Relatório;
2. Análise de evidências documentais fornecidas pela Vale para o período coberto pelo Relatório (2014);
3. Verificação de dados de desempenho em relação aos Princípios que asseguram a qualidade das informações, de acordo com a GRI G3/SSMM;

4. Avaliação dos sistemas utilizados para compilação de dados;

5. Visitas locais nas seguintes Unidades: Sede Mundial (Rio de Janeiro/RJ), Complexos Industriais de Cubatão (CCB e Fosfatados CUB)³ e Piaçaguera (CPG)³; Complexos de: Carajás (Pará), Tubarão, (Espírito Santo), Itabira (Minas Gerais) e Bayovar (Peru);

6. Análise documental das atividades de engajamento com partes interessadas (*stakeholders*) desenvolvidas pela Vale.

1. ISAE 3000: International Standard on Assurance Engagements

2. Materialidade, Inclusão de Stakeholders, Contexto da Sustentabilidade, Completude, Equilíbrio, Comparabilidade, Exatidão, Tempestividade, Clareza e Confiabilidade

3. Nessas unidades foram realizadas verificações dos Princípios de exatidão e confiabilidade de dados, limitada aos seguintes indicadores associados ao inventário de GEE: **EN3, EN4, EN16, EN17 e EN19**

Parecer sobre o relatório e o processo de verificação

- A Vale elaborou o Relatório seguindo a Diretriz GRI G3/SSMM, contemplando todos os Princípios da GRI, além do Suplemento Setorial de Mineração & Metais, versão final de 2010;
- Constatamos a aplicação do Protocolo de Limites da GRI (2005) para determinação do escopo do Relatório, quanto ao tipo de informação reportada (Dados operacionais / Desempenho de Gestão / Descrição da Estratégia e Dilemas) das diversas empresas onde a Vale tem participação acionária. Isto permite ao leitor uma comparação dos dados e informações ao longo do tempo;
- A Vale realizou nova análise de Materialidade em 2014, seguindo a metodologia da GRI G4. As quatro dimensões apresentadas, que ordenam os temas materiais, fornecem uma estrutura lógica para desdobramento dos mesmos ao longo do Relatório e possibilitam um maior equilíbrio das informações publicadas. Todavia constatamos uma base amostral limitada de consulta a *stakeholders* externos no processo de análise da Materialidade.
- Os dados apresentados para atender aos indicadores EN3, EN4, EN16, EN17 e EN19 da GRI fazem parte do Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), elaborado com base na NBR ISO 14.064-1/07 e Programa Brasileiro GHG Protocol. Este inventário foi certificado pelo Bureau Veritas por meio de um processo de verificação independente. Constatamos que a apresentação dos dados a respeito do inventário de emissões seguiu a metodologia da GRI-G4;
- A Vale apresenta de forma satisfatória os resultados da implantação do Módulo de Sustentabilidade, associado a análise de riscos de fornecedores. Este trabalho é de grande relevância para o desenvolvimento responsável na cadeia de suprimentos da empresa.
- A Vale utiliza uma sistemática de fichas para coleta de dados e informações das suas unidades operacionais.

Durante nossas visitas a campo identificamos certa divergência de interpretação sobre os dados solicitados, dificultando a compilação das informações associadas;

- Durante o período de Verificação, as inconsistências encontradas no Relatório em relação a um ou mais Princípios da GRI G3/SSMM foram corrigidas satisfatoriamente;
- A Vale publicou informações ou justificou a ausência de dados sobre os indicadores Essenciais aplicáveis da GRI G3/SSMM, autodeclarando de forma adequada o nível A+ de aplicação.

Recomendações para o próximo ciclo

- Dar continuidade na apresentação dos resultados da implantação do Módulo de Sustentabilidade, associado a análise de riscos de fornecedores, que foi desenvolvido a partir de 2013;
- Aumentar a base amostral de *stakeholders* externos a serem consultados durante o próximo processo de análise de Materialidade, uma vez que isto possibilita um maior equilíbrio para definição dos temas materiais;
- Reforçar a capacitação nas unidades operacionais a respeito do entendimento sobre os dados e informações solicitados por meio das fichas de coleta de indicadores.

Conclusão

Como resultado de nosso processo de verificação, nada chegou ao nosso conhecimento que pudesse indicar que:

- As informações prestadas no Relatório não sejam equilibradas, consistentes e confiáveis;
- A Vale não tenha estabelecido sistemas apropriados para coleta, compilação e análise de dados quantitativos e qualitativos, utilizados no Relatório;
- A auto declaração de nível de aplicação A+, conforme critérios da GRI G3/SSMM, não seja fidedigna.

Declaração de independência e imparcialidade

O Bureau Veritas é uma empresa independente de serviços profissionais especializado na gestão de Qualidade, Saúde, Segurança, Social e de Meio Ambiente com mais de 180 anos de experiência em serviços de avaliação independente.

Nenhum membro da equipe de verificação possui vínculo comercial com a Vale. Nós conduzimos esta verificação de forma independente, entendendo que não houve conflito de interesses.

O Bureau Veritas implantou um Código de Ética em todo o negócio para manter altos padrões éticos entre o seu pessoal nas atividades empresariais.

Ao final do processo de Verificação foi gerado um Relatório Detalhado, mantido como registro em nosso Sistema de Gestão.

Contato

www.bureauveritascertification.com.br/faleconosco.asp

telefone (11) 2655-9000. São Paulo, abril de 2015.



Alexander Vervuurt

Auditor-líder Assurance Sustainability Reports (ASR)
Bureau Veritas Certification – Brasil

Expediente

Coordenação geral

Meio Ambiente

Apoio editorial

Comunicação Corporativa

Apoio operacional

Ernst & Young

Verificação externa

Bureau Veritas Certification

Coordenação editorial e produção gráfica

TheMediaGroup

Tradução

Batata Comunicações